Thiago Oliveira Neto
Manuel de Jesus Masulo da Cruz

A Geografia e a Formação de Professores no Estado do Amazonas

Experiências, diálogos e saberes (Turma Uarini/AM)

Thiago Oliveira Neto
Manuel de Jesus Masulo da Cruz

A Geografia e a Formação de Professores no Estado do Amazonas

Experiências, diálogos e saberes (Turma Uarini/AM)

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Manaus – AM
2025

Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Esta obra foi revisada por pares duplo-cego.

Financiadores

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Universidade Federal do Amazonas

Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valéria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz — Université de Versailles
Antônio Cattani — UFRGS
Alfredo Bosi — USP
Arminda Mourão Botelho — Ufam
Spartaco Astolfi — Ufam
Boaventura Sousa Santos — Universidade de Coimbra
Bernard Emery — Université Stendhal-Grenoble 3
César Barreira — UFC
Conceição Almeira — UFRN
Edgard de Assis Carvalho — PUC/SP
Gabriel Conh — USP
Gerusa Ferreira — PUC/SP
José Vicente Tavares — UFRGS
José Paulo Netto — UFRJ
Paulo Emílio — FGV/RJ
Élide Rugai Bastos — Unicamp
Renan Freitas Pinto — Ufam
Renato Ortiz — Unicamp
Rosa Ester Rossini — USP
Renato Tribuzy — Ufam

Copyright © 2025 Universidade Federal do Amazonas

Reitor
Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitora
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Editor
Sérgio Freire

Capa
Thiago Oliveira Neto

Imagem da capa
Pintura "A porta dos extremos amazônicos" de Marcos Castro de Lima

Diagramação
Cacio José Ferreira

Revisão Técnica
Rita Cintia Vieira Passos

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48g Oliveira Neto, Thiago
A Geografia e a formação de professores no estado do Amazonas [recurso eletrônico]: experiências, diálogos e saberes (Turma Uarini/AM) / Thiago Oliveira Neto e Manuel de Jesus Masulo da Cruz. – Manaus: EDUA, 2025.
120 p.; il. color ; 19251,2 kB.

Publicação digital (e-book) no formato PDF.
ISBN 978-65-5839-238-5

1. Curso de Geografia – Universidade Federal do Amazonas (UFAM). 2. Formação de professor – Amazonas. 3. Prática de campo – Uarini, AM. I. Cruz, Manuel de Jesus Masulo da. II. Título. III. Série.

CDU 378:91(811.3)

(Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Rita Cintia Vieira Passos CRB 11/718)

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Avenida Gal. Rodrigo Otavio Jordão Ramos, n. 6200 – Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291
E-mail: edua@ufam.edu.br

Agradecimentos

Agradecemos a CAPES pelo financiamento do PARFOR e de parte desta obra.

Agradecimento aos estudantes da turma Uarini que participaram na elaboração deste livro.

Agradecimento aos professores que concederam seus relatos para compor este livro.

Sumário

Apresentação

Introdução

1 A Geografia e os 40 anos de formação superior no Amazonas

1.1 Um breve preâmbulo

2 Formação para além da capital

2.1 A Geografia universitária brasileira

3 RONDON, PROING, PEFD-RP, PARFOR e a formação acadêmica: ontem e hoje

3.1 Projeto RODON

3.2 PROING - Programa de Interiorização da Graduação

3.3 PEFD-RP - Programa Especial de Formação Docente da Rede Pública

3.4 O que é o PARFOR no Amazonas?

4 Realidades e espacialidades

4.1 Os percursos: redes e circulação

4.2 Turma: distribuição espacial dos estudantes

4.3 Trabalhos de campo: atividades práticas, processos e espacialidades

5 Turma Uarini: Relatos de experiências

5.1 Relatos de Experiência: Estudantes

5.1.1 Vivência, formação e a geografia no PARFOR - Louva Maria da Silva Ferreira

5.1.2 Vida, formação e trabalho docente - Terezinha Martins de Barros

5.1.3 Breves Vivências Acadêmica - Wellen Cristine Saraiva Lucio

5.2 Relatos de Experiência: Professores

5.2.1 "Geografando a minha escola" relato de experiência no curso de licenciatura plena em geografia - PARFOR Uarini *- Adorea Rebello da Cunha Albuquerque Odemar José Santos do Carmo Filho*

5.2.2 Leituras geográficas a partir da experiência docente no interior do Amazonas (2007- 2024) *- Deivison Carvalho Molinari*

5.2.3 A contribuição do estágio curricular supervisionado em geografia no âmbito do PARFOR (Uarini/AM)[1]***: limitações e alternativas*** *- Amélia Regina Batista Nogueira e Mircia Ribeiro Fortes*

5.2.4 Formação, trabalho de campo e geografia *- Thiago Oliveira Neto*

5.2.5 A Importância do PARFOR na Formação de Profissionais do Interior do Amazonas: Perspectiva gerais e Atuação do Coordenador Local *- Kauai Cavalcante Barbosa*

6 Perspectivas e a importância da formação no interior do Amazonas

Considerações finais

Referências

[1] Distrito sede do município homônimo, situado na Mesorregião Centro Amazonense.

Apresentação

A publicação deste livro é resultado de cinco anos de formação da turma de Geografia do PARFOR, no município de Uarini, no estado do Amazonas. A turma iniciou em julho de 2019 e concluiu em julho de 2024, ao longo desse percurso enfrentou a pandemia de Covid-19 ocasionando o atraso no andamento do Curso. O autor traz inicialmente um breve preâmbulo dos 40 anos de formação superior em Geografia na Universidade Federal do Amazonas, destacando o processo de interiorização (PROING) que se deu a partir de 1991, com a implantação do Curso de Geografia em Parintins/AM. Destaca ainda a participação do Departamento no PEFD-RP e atualmente no PARFOR, mostrando o compromisso que os professores e as professoras do Curso sempre tiveram com a formação superior nos municípios amazonense.

O Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, nas últimas três décadas, participou da formação de 19 turmas de graduação no formato modular em 14 municípios, cumprindo a missão de interiorizar a formação superior no estado do Amazonas, com enfoque na formação de professores da rede municipal e estadual de ensino.

Além das atividades desenvolvidas em sala de aula o autor ressalta a importância da Prática de Campo na formação dos discentes, durante o curso de Geografia em Uarini os professores e professoras não mediram esforços para realizar inúmeras atividades práticas – verdadeira aula em campo.

As experiências relatadas na segunda parte do livro pelos estudantes e professores nos dão um panorama das diversas atividades realizadas durante o curso tanto em sala de aula quanto nas atividades de campo. São relatos descrevendo as experiências/vivências no decorrer da formação do curso de Geografia no município de Uarini/AM.

Por fim, esperamos que este livro possa ser um incentivo a continuação da formação superior no interior da Amazônia.

Uma boa leitura a todos!

Manuel de Jesus Masulo da Cruz

Coordenador da Turma de Geografia/PARFOR – Uarini/AM

Introdução

A construção dos saberes na sociedade pode ocorrer por diversos caminhos: por meio da formação acadêmica em uma estrutura universitária, pela formação social de grupos específicos e em diversos lugares. Esse processo acontece nas escolas das cidades, nas áreas rurais, indígenas e em quilombos. Em muitos locais, temos espaços formais e informais que possibilitam a construção do saber, assim como do conhecimento acadêmico e científico. Esses conhecimentos e saberes são fundamentais no processo de construção de uma sociedade em seus mais diversos contextos socioespaciais.

O processo de formação dos professores no ensino superior envolve a construção de ferramentas conceituais, práticas e analíticas capazes de auxiliar no processo de ensino e aprendizagem dos educadores. Essas ferramentas são aplicadas nos estabelecimentos de ensino e pesquisa, juntamente com os estudantes do ensino básico.

Esse processo de construção do conhecimento não implica na invalidação da realidade socioespacial dos lugares. Essa construção, especialmente no âmbito das ciências humanas, deve sempre ocorrer articulando a complexa realidade dos municípios, cidades, distritos e vilas com os elementos teóricos e analíticos das diferentes áreas do saber. O maior desafio está nessa articulação entre a realidade e as teorias, que devem servir de base para a interpretação dos processos sociais, políticos, territoriais e físicos que ocorrem no cotidiano da sociedade.

Nesse contexto, a Geografia desempenha um papel fundamental para compreender o mundo e suas mudanças, tanto na escala local quanto global. As transformações são compreendidas a partir do ferramental teórico e conceitual desta ciência, o que possibilita à sociedade caminhos para entender sua realidade e cotidiano.

O processo de formação acadêmica, intelectual e científica da sociedade é uma das missões da universidade pública. No entanto, o desafio não se restringe apenas à formação no campus principal. Concentrar profissionais com formação acadêmica somente na capital do estado resulta na reprodução das desigualdades, com uma brutal concentração demográfica, de serviços e de profissionais na cidade de Manaus, enquanto as demais cidades amazonenses não teriam acesso a esse processo de formação.

Para romper essa concentração e possibilitar a formação de alto nível, a universidade, o Governo Federal e o Departamento de Geografia, por meio de programas governamentais, têm estabelecido esforços desde a década de 1990 para formar turmas de Licenciados(as) em Geografia nas cidades amazonenses. Esse esforço visa, principalmente, a qualificação e a formação superior de profissionais nas cidades ao longo das calhas dos rios amazônicos.

Essa interiorização da formação representa um compromisso que o Departamento de Geografia e a Universidade têm com a sociedade. Esse compromisso possibilita o processo de formação nos municípios, qualificando a população local e

permitindo que novas trajetórias acadêmicas sejam realizadas. Isso inclui tanto a graduação em licenciatura quanto os programas de pós-graduação, que estão começando a se interiorizar no estado do Amazonas.

Nesse sentido, o presente livro apresenta aos leitores e leitoras um panorama com preâmbulos e diversas experiências de formação de professores no interior do estado do Amazonas, no âmbito do curso de Geografia. Desde a década de 1990, tem ocorrido a formação de turmas no interior, e, no momento atual, destacamos a formação de mais uma turma com 38 estudantes no município de Uarini/AM.

A formação superior ocorre com diferentes estruturas curriculares e de semestres, estes são organizados conforme a estrutura e demanda socioespacial existente, apresentando três principais modalidades: i) denominada institucionalmente de "formação regular" ocorre dentro de uma estrutura composta por semestres eletivos e um conjunto de disciplinas com aulas presenciais que são ministradas ao longo das semanas ou nos dias da semana no campus ou nos campis localizados nas cidades; ii) corresponde pela formação superior em cursos denominados de "formação à distância" que é mediada por tecnologias e as aulas ocorrem remotamente com a presença de um professor ou supervisor na cidade que os estudantes encontra-se; iii) mencionada institucionalmente de formação "formação modular" que acontece em meses específicos do ano e com uma turma por cidade do interior do estado, ocorrendo o deslocamento dos professores para essas cidades que trabalham a formação e a construção da formação em disciplinas que são ministradas de maneira concentrada em uma ou duas semanas.

A primeira e a terceira modalidade são ofertadas e trabalhadas pelo Departamento de Geografia da UFAM, mantendo na capital a formação com oferta de vagas nos cursos de Licenciatura em Geografia no turno do Matutino, Licenciatura em Geografia no turno do Noturno, por fim o Bacharelado em Geografia no turno Matutino, enquanto que nos municípios do Amazonas no ensino modular ocorre a formação com disciplinas ministradas de maneira integral e concentradas visando a formação de Licenciados e Licenciadas em Geografia para atender as demandas do próprio município em escolas situadas nas áreas urbanas, nos distritos e vilas, assim como, nas áreas rurais e indígenas.

Essa formação dos professores no interior corresponde em uma demanda da sociedade civil, tendo as instituições públicas de ensino a missão de promover o processo de formação de maneira democrática visando a formação cidadã dos estudantes e que estes vão desempenhar um papel fundamental nas escolas do ensino básico que é a formação cidadã, crítica, reflexiva e propositiva de cidadãos na Amazônia.

Para abordar as transformações, a consolidação e a interação da Geografia amazonense no Departamento de Geografia, realizou-se uma ampla pesquisa exploratória. Essa pesquisa foi alicerçada no levantamento de documentos institucionais, em jornais disponíveis na hemeroteca virtual da Biblioteca Nacional, em entrevistas e na consulta a trabalhos acadêmicos. Esses levantamentos foram fundamentais para ajudar a compor uma estrutura que ora apresenta preâmbulos históricos, ora traz breves

análises, sempre buscando situar o leitor sobre o curso de geografia, a relevância da interiorização e a turma recém-formada no município de Uarini/AM.

O presente livro foi estruturado em cinco principais partes: i) referente **A Geografia e os 40 anos de formação superior no Amazonas** onde destaca-se o papel relevante dos professore do Departamento de Geografia da UFAM na formação de profissionais nas cidades amazonenses, mencionando os diversos programas institucionais que foram essenciais nesse processo de formação. No segundo capítulo aborda-se a **Formação para além da capital** e que se chama atenção que o processo de formação dos professores não deve ocorrer somente na capital e nas cidades médias, deve-se ocorrer um processo de interiorização da formação superior para beneficiar diferentes grupos sociais e este demandam por cursos modulares em diferentes municípios.

Na sequência, aborda-se os programas **RONDON, PROING, PEFD-RP, PARFOR e a formação acadêmica: ontem e hoje** trazendo um panorama geral desse processo de formação de profissionais no interior do Amazonas, chamando atenção para o papel que o departamento de geografia tem até hoje nesse processo, detalhando em linhas gerais os diferentes programas e turmas que foram formadas.

O principal e um dos programas que é mantido pelo Governo Federal no período atual é tratado no capitulo **O que é o PARFOR no Amazonas?** Onde chama-se a atenção para a complexidade do processo de formação e a estruturas que são estabelecidas para a ocorrência das turmas de graduação.

No quarto capítulo abordamos às **Realidades e espacialidades** referentes ao município de Uarini, com três partes: ***Os percursos: redes e circulação*** chamando atenção para as mudanças e as características técnicas presentes no âmbito das redes geográficas, circuito espacial da farinha; cidade; seguidamente, aborda-se sobre algumas considerações sobre a ***Turma: distribuição espacial dos estudantes*** com estudantes deslocando horas para acessar a escola onde ocorre as aulas da graduação; no último subtópico desse capitulo aborda-se sobre os ***Trabalhos de campo: atividades práticas, processos e espacialidades*** chamando atenção do leitor da importância dos trabalhos práticos no âmbito da formação geográfica da sociedade, principalmente dos professores.

Na sequência apresenta-se o capítulo intitulado **Turma Uarini: Relato de experiências** de estudantes e de professores no processo de formação superior que teve o período letivo iniciado em julho de 2019, e que foi encerrado em julho de 2024, com a colação de grau de 38 discentes, que mantiveram-se firmemente no curso de graduação apesar das adversidades que enfrentaram como pandemia de Covid-19 que assolou o mundo inteiro e inclusive vários lugares da Amazônia, a conexão precária de *internet* e isso remonta para a existência desigual de infraestruturas e das redes de conectividade informacional entre os lugares, formação superior paralela as atividades profissionais de ofício realizadas pelos estudantes, seja nas roças ou em serviços diversos na cidade, por fim, os desafios que foram enfrentados pelos estudantes que são oriundo de

comunidades e vilas do entorno da sede do município e que se deslocaram toda vez que tinha as aulas presenciais e que se desdobraram para acompanhar as aula remotas no período da pandemia de Covid-19.

A existência de programas como o PARFOR (Programa Nacional de Formação de Professores) não significa que esforços não precisam ser realizados, ao contrário, identifica-se esforços coletivos em cada turma, pelos professores que preparam aulas e materiais para trabalhar em sala de aula ou em atividades de campo com o objetivo de construir a formação pautada nas principais discussões teóricas e a realidade vivida, e também por esforços diversos por parte dos estudantes que se desdobraram para acompanhar as aulas e participar do processo de construção da formação em nível superior, que busca evitar os longos deslocamento das pessoas para a capital ou uma cidade média para cursar um curso de graduação em licenciatura, muitas das vezes, as condições estruturais impossibilita que as pessoas desloquem-se de seus municípios para estudar em outra cidade. Nesse sentido, os caminhos, desafios e a relevância da formação acadêmica no interior do estado do Amazonas e o papel do curso de graduação em Geografia é abordado neste livro que traz um relevante panorama da formação em nível superior no interior do estado do Amazonas.

Por fim, pontua-se algumas reflexões sobre as **Perspectivas e a importância da formação no interior do Amazonas** e a necessidade de continuidade do programa de formação de professores enquanto instrumento de capacitação e de promoção a cidadania com uma sociedade bem formada.

1 A Geografia e os 40 anos de formação superior no Amazonas

A criação do curso de geografia está relacionada a reestruturação da universidade e o estabelecimento do ensino superior no Amazonas com uma infraestrutura robusta enquanto uma ação política nacional de preparação da capital amazonense para a expansão das dinâmicas econômicas industriais e também aos anseios da elite econômica e intelectual que viu uma oportunidade de refundar a universidade.

1.1. Um breve preâmbulo

O processo de formação com graduações no estado do Amazonas teve início nas primeiras décadas do século XX, quando foi instaurada a Escola Universitária Livre de Manáos, a primeira universidade do país, criada na cidade de Manaus, em um contexto socioespacial que fora marcado pelo fausto da borracha, com investimentos públicos em infraestruturas e em serviços para atender os novos anseios da elite aristocrata que estava sendo estabelecida e que demandava por serviços diversos, inclusive com a formação de profissionais com os cursos de graduação.

De acordo com Tuffani (2009) a origem da universidade remota ao Clube da Guarda Nacional do Amazonas que foi estruturado em 05 de setembro de 1906, com estatuto que previa a criação de uma escola prática militar, recebendo a denominação de Escola Prática Militar do Amazonas que tinha como objetivo a criação de uma escola politécnica com oferecimento de cursos voltados para a preparação em nível superior para militares atuarem na cavalaria da polícia do estado.

A Universidade criada em 17 de janeiro de 1909, sendo oriunda da Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas, fora instalada somente em 15 de março de 1910, passando a ter a denominação de Universidade de Manaus a partir de 13 de julho de 1913, apresentando um importante ator político que foi Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves, seu idealizador de acordo com Tuffani (2009).

Com a universidade instituída, criou-se os cursos que resultaram na diplomação nas áreas de Farmácia, Odontologia, Agrimensura, Obstetrícia, Direito e Agronomia. Nas primeiras décadas de funcionamento não houve a obtenção de recursos necessários para a instalação da universidade e de laboratórios para o funcionamento pleno, não existindo uma oferta inicial de vagas e de escolas para a formação no ensino básico (ensino fundamental e médio), apresentando poucas pessoas com ensino médio completo naquele momento.

Tuffani (2009) comenta que no curso de medicina diplomaram-se oito farmacêuticos e dez dentistas em 1912, enquanto que o curso de obstetrícia teve baixa

procura e formou uma única pessoa em 1913, enquanto que o curso de engenharia civil teve baixa procura e não houve a colação de grau de ninguém, enquanto que no curso de agrimensura houve baixa procura e a formação de três pessoas no ano de 1913. Menciona-se que o curso de agronomia foi bem sucedido com várias turmas e manteve após o fim da universidade com o nome de Escola Agronômica de Manaus.

Com a crise da borracha a partir de 1914, repercutindo negativamente na arrecadação fiscal do município e do Estado do Amazonas (Bentes, 2008), a universidade teve problemas financeiros para seu pleno funcionamento e na década de 1920, iniciou-se uma desestruturação com a desintegração, formando escolas universitárias de funcionamento próprio como o caso da Escola Agronômica de Manaus com sua extinção em 1943 (Brito, 2009), enquanto que a Faculdade de Farmácia e de Odontologia de Manaus manteve-se de 1926 até meados de 1944, quando foi extinta. A escola que ainda pereceu por longevo funcionamento foi a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, que foi "estadualizada em 30 de dezembro de 1935", recendo a denominação de Faculdade de Direito do Amazonas a partir de 3 de outubro de 1936, sendo transformada em um instituto federal de ensino superior em 21 de novembro de 1949 (Tuffani, 2009, p. 78).

Esse contexto de crise e de precariedade manteve-se até meados da década de 1960, quando um novo ciclo de avanço das dinâmicas econômicas começou a ser estabelecido para a Amazônia por parte do Governo Federal, com uma agenda centrada na preparação da cidade de Manaus para abrigar as atividades industriais e comerciais que estavam sendo planejadas e começaram a ser instituídas.

Brito (2009) destaca que no início da década de 1960, começou o movimento para reorganizar a universidade, instalando em 20 de julho de 1963, a 1ª reunião do Conselho Diretor da Fundação Universidade do Amazonas com a participação do então Governado do Amazonas Plínio Ramos Coelho e do Senador da República Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, com o conselho instituído foi também "concedido poderes para estabelecer as diretrizes e normas necessárias à instalação e funcionamento da Universidade".

A instalação da universidade veio ocorrer em 17 de janeiro de 1965, em pleno regime militar, com apoio do então Governador do Estado e intelectual professor Arthur César Ferreira Reis. Para o retorno do funcionamento da universidade iniciou-se ainda em maio de 1964, a doação de equipamentos, utensílios e prédio a partir da Lei nº. 22, de 22 de maio de 1964, instalando na rua José Paranaguá, a Faculdades de Ciências Econômicas e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Brito, 2009)[2].

[2] Aos poucos a Universidade vai se consolidando e ampliando a sua estrutura e atuação através da criação de novos cursos ou absorção de alguns já existentes. No dia 21 de fevereiro de1967 a Escola de Serviço Social, fundada em 15 de janeiro de 1941, foi agregada a Universidade do Amazonas pela Resolução nº 06/67, sendo posteriormente doada à referida instituição pelo professor André Vidal de Araújo e sua mulher Milburges Bezerra de Araújo através de Escritura Pública, datada de 15 de julho de 1972. Em 1997, a Escola de Enfermagem de Manaus foi agregada pelo Governo Federal à Universidade do Amazonas (Brito, 2009).

Entre os anos de 1962 até meados de 1976, as diferentes unidades acadêmicas, formadas por faculdades, apresentava seus funcionamentos em prédios dispersos na cidade de Manaus, na área que compreende o centro histórico da cidade, mas com a doação de uma área de 600 hectares por parte do Governo do Estado, próximo ao Distrito Industrial, foi fundamental para estabelecer o agrupamento dos cursos que funcionavam isoladamente.

Naquele momento diversas intervenções foram sendo realizadas, tais como: i) obras civis como construção de avenidas e ruas em uma área do município para abrigar as primeiras industriais; ii) construção das rodovias BR-174 (Manaus, Boa Vista e Pacaraima) e BR-319 (Manaus e Porto Velho) visando articular a cidade de Manaus ao sistema viário nacional e pan-americano; iii) construção do aeroporto internacional Eduardo Gomes para propiciar operações aeroportuárias do transporte de cargas e de pessoas; iv) ampliação da capacidade hoteleira com novas instalações e novos hotéis; v) criação do campus da UFAM em 1970 para abrigar os novos cursos e aqueles já existentes com dois locais de concentração das infraestruturas com salas de aulas, laboratórios e departamento: mini-campus conhecido também como setor Sul datando da década de 1970; e o setor Norte que teve as infraestruturas construídas e com a "inauguração oficial dos pavilhões destinados ao ICHL em uma terça-feira, 31 de julho de 1984" (Lima, 2020, p. 133).

Figura 1 - Placa de inauguração do ICHL em 1984

Fonte: Oliveira Neto (2024).

Nesse contexto de reestruturação da universidade pública e federal em Manaus, houve a criação do curso de graduação em "Estudos Sociais" por meio da Resolução de n.º 041 de 06 de outubro de 1972 do Consuni, estabelecendo assim a criação da Licenciatura de 1° grau em Estudos Sociais[3]. Na Resolução de n.º 051 de 03 de novembro de 1972 do Consuni, estabelece que o curso de graduação em Licenciatura em Estudos Sociais fora destinado à formação de professores para ensino nas escolas de 1° grau, apresentando uma estrutura curricular com as seguintes disciplinas relacionadas a geografia: Geografia Humana (IHG-11); Geografia Física (IHG-12); Geografia do Brasil I (IHG-13); Geografia do Brasil II (IHG-23); e disciplinas gerais como Estudos de Problemas Brasileiros I e II (IHS-13 e IHS-23) e Teoria Geral do Estado (FAD-15) e Organização Social e Política do Brasil (FAD-25)[4]. Esse respectivo curso foi reconhecido pelo Decreto de n.º 81.090, de 21 de dezembro de 1977[5].

A criação desse curso não pode ser lida apenas como um avanço do processo de formação superior com graduação, deve-se lembrar que naquele mesmo ano, houve a reestruturação em nível nacional da "escola normal tradicional" que fora substituída pela "habilitação do magistério no ensino de segundo grau", havendo a institucionalização de cursos com duas grandes estruturas curriculares: i) apresentando "um núcleo comum de formação geral constituído de disciplinas da área de comunicação e expressão, estudos sociais e ciências"; ii) "abrangendo os fundamentos da educação, a estrutura e o funcionamento do ensino de primeiro grau, e a didática que incluía a prática de ensino", mencionando que nesse momento "o pensamento educacional oficial nesse período foi fortemente influenciado pela concepção tecnicista, inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, e na organização do processo como garantia da eficiência", sendo que esta influência na organização do ensino ocasionou "prejuízos tanto para a formação geral como para uma habilitação docente consistente" (Seibe, 2008, p. 45).

Rocha (2000) menciona que a chegada dos militares no poder na década de 1960, houve tentativa de substituir os cursos de graduação em Geografia pelo Estudos Sociais, Seabra (1981) mencionava que os cursos de licenciatura curta em Estudos Sociais apresentava "um núcleo de matérias comuns [...] a que se seguem matérias específicas para a conclusão de cada habilitação, além das chamadas matérias obrigatórias, como Educação Física e Estudos de Problemas Brasileiros, bem como das matérias pedagógicas. As habilitações específicas a que se refere o projeto são História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil" (Seabra, 1981, p. 121).

Seabra (1981, p. 123) de maneira contundente menciona que a estrutura e a proposta de licenciatura curta correspondiam em "um flagrante empobrecimento curricular" com uma costura de disciplinas que representava uma "colcha de retalhos" da "formação-deformação do professor dito 'polivalente'".

[3] Ver em: https://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0411972suni.pdf
[4] Ver em: https://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0511972suni.pdf
[5] Ver em: https://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0051984suni.pdf

Apesar da inexistência do curso de graduação em Geografia antes de 1980 na UFAM, chama-se atenção que debates e cursos concentrados eram realizados com o temário da ciência geográfica e interdisciplinar. Um desses eventos ocorreu entre os dias 20 de setembro e 10 de outubro de 1979, por parte do Departamento de Ciências Sociais com carga horaria de 54 horas com o curso intitulado "Ocupação da Amazônia" que foi "destinado à comunidade em geral, professores e estudantes de todos os níveis, especialmente da área de Ciências Humanas, o curso se propõe a desenvolver análises históricas, geoeconômicas, antro-geográfica e político administrativa da região, a partir da política de colonização dos séculos XVII e XVIII", com a participação de professores "João Renôr Ferreira de Carvalho, José Ribamar Bessa Freire e Walmir de Albuquerque Barbosa, além de Carlos Walter, da Pontifica Universidade Católica, do Rio, e Lúcio Flávio Pinto [...]", com o programa que visou a "proporcionar a universitários, em particular do curso de Estudos Sociais, a oportunidade de complementarem conhecimentos nos campos da Geografia, História, Sociologia e Antropologia, em sua formação acadêmica [...]" (Jornal do Commercio, 20 set. 1979, p. 3).

Até aquele momento não havia curso de graduação de geografia estabelecido na unidade, mas havia geógrafos ou professores universitários com pós-graduação em geografia (especialização, mestrado e/ou doutorado) e que no final da década de 1970, formaram um quadro inicial de professores que atuavam na formação de professores do curso de licenciatura curta, curso que não dava conta de trabalhar o temário geográfico na formação cidadã da sociedade amazonense e nem de pesquisar as realidades socioespaciais diversas na Amazônia, com isso, foi sendo debatido a importância da criação de um curso de graduação em geografia, robusto e que teria desde aquele momento a missão de formar profissionais para atuarem no ensino, pesquisa, extensão e em temas como o desenvolvimento regional, políticas territoriais/públicas, gestão territorial, planejamento e no terceiro setor.

O curso de geografia da UFAM foi criado a partir do desmembramento do curso inicial denominado "Estudos Sociais", este inicialmente foi criado ainda por votação do Consuni de n.º 004/1980, do ano de 1980. A criação do curso de Licenciatura Plena em Geografia[6], com 30 vagas iniciais com o funcionamento no primeiro semestre letivo de 1981 (Figura 1). No âmbito do Consepe na resolução de n.º 010/1981[7], foi fixado o currículo pleno do curso de Licenciatura em Geografia em 30 de outubro de 1981[8]. Uma das justificativas para a criação do curso aparece de maneira sintetizada da seguinte maneira:

> A fundamentação básica para sua criação repousou na extrema superficialidade do Curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais, que não mais atendia às novas demandas necessárias à melhoria do ensino de Geografia no 1º e 2º Graus, bem como a necessidade de

[6] Ver em: https://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0041980suni.pdf

[7] "No início do seu funcionamento, 1º semestre de 1981, até o 1º se mestre de 1986, o curso ofereceu 30 vagas anuais para novos alunos através do Concurso Vestibular, a partir de 1987 foi ampliado o número para 40 vagas" (UFAM, 1990, p. 3).

[8] Ver em: https://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0101981sep.pdf

> produção científica e pesquisas sobre a realidade do ecossistema amazônico e análise da organização do espaço regional (UFAM, 1990, p. 3).

Nesse contexto, Silva (2022, p. 37) menciona que o curso de Estudos Sociais "englobava os saberes geográficos e históricos", contudo, "os métodos, teorias e conceitos tratados na ciência geográfica não eram contemplados em sua totalidade", apresentando falhas no processo de formação, gerando no início da década de 1980, "descontentamento em alguns professores do departamento, que na época se movimentaram para criar o que seria o primeiro projeto idealizador do curso de licenciatura em Geografia e também de História".

A partir de 1981, começa a constituir-se a formação dos primeiros geógrafos e geografas do estado do Amazonas pela UFAM. Somente em 11 de dezembro de 1986, foi criado o Departamento de Geografia dentro do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (ICHL)[9][10].

No Consepe pela resolução de n.º 018 de 10 de julho de 1986 foi aprovado o plano de extinção do Curso de Licenciatura de 1° grau em Estudos Sociais[11], na sequência, em 23 de julho de 1986, foi homologado na Resolução do Consuni de n.º 007 o plano de extinção do curso de 1° grau em Estudos Sociais[12] com a redistribuição das vagas para os cursos como o caso da geografia e história. A extinção do "curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais [ocorreu] após pedido materializado e estudado dos alunos, professores do departamento de Ciências Sociais e Conselho Departamental" (Jornal do Commercio, 1 ago. 1986, p. 9).

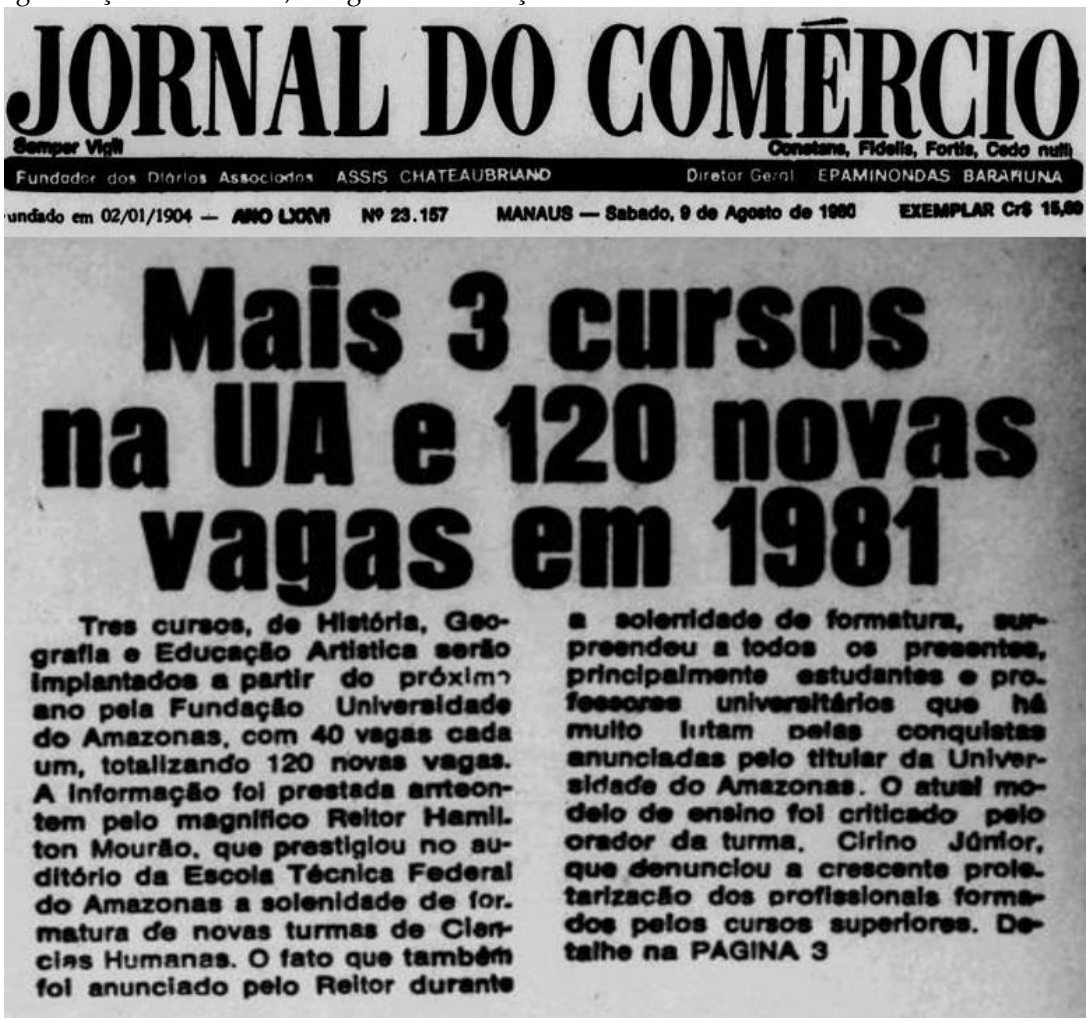
[9] https://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0151986suni.pdf

[10] "No segundo semestre de 1986, o curso de Geografia foi desvincula do Departamento de Ciências Sociais, sendo criado o Departamento de Geografia conforme Resolução do Conselho Universitário de nº 15/86, com objetivos imediatos de implementar o suporte necessário ao pleno desenvolvimento das atividades do ensino de Geografia, de Pesquisa Geográfica e a Extensão visando principalmente atividades voltadas para a formação de profissionais para o ensino de 1º e 2º graus" (UFAM, 1990, p. 3).

[11] Ver em: https://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0181986sep.pdf

[12] Ver em: https://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0071986suni.pdf

Figura 2 - Manchete no Jornal da cidade de Manaus a criação de três novos cursos de graduação em História, Geografia e Educação Artísticas



JORNAL DO COMÉRCIO

Semper Vigil — Constans, Fidelis, Fortis, Cedo nulli

Fundador dos Diários Associados ASSIS CHATEAUBRIAND — Diretor Geral EPAMINONDAS BARAHUNA

Fundado em 02/01/1904 — ANO LXXVI — Nº 23.157 — MANAUS — Sabado, 9 de Agosto de 1980 — EXEMPLAR Cr$ 15,00

Mais 3 cursos na UA e 120 novas vagas em 1981

Tres cursos, de História, Geografia e Educação Artistica serão implantados a partir do próximo ano pela Fundação Universidade do Amazonas, com 40 vagas cada um, totalizando 120 novas vagas. A informação foi prestada anteontem pelo magnifico Reitor Hamilton Mourão, que prestigiou no auditório da Escola Técnica Federal do Amazonas a solenidade de formatura de novas turmas de Ciencias Humanas. O fato que também foi anunciado pelo Reitor durante a solenidade de formatura, surpreendeu a todos os presentes, principalmente estudantes e professores universitários que há muito lutam pelas conquistas anunciadas pelo titular da Universidade do Amazonas. O atual modelo de ensino foi criticado pelo orador da turma, Cirino Júnior, que denunciou a crescente proletarização dos profissionais formados pelos cursos superiores. Detalhe na PAGINA 3

Fonte: Jornal do Comercio (9 ago. 1980, p. 1).

Nesse primeiro momento, o quadro de professores do departamento de geografia era formado por apenas seis professores: João Renôr Ferreira de Carvalho com ingresso no serviço público federal em 01/03/1977 e permanecendo na UFAM até o ano de 1987; Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos admitido em 13/03/1978 e permanecendo na UFAM até 1988; Roberto Monteiro de Oliveira adentrou a instituição em 20/03/1979 e permaneceu até o ano de 1988; Maria Salomé de Albuquerque Toledano em 02/05/1978 até sua aposentadoria em 07/10/2003; Lígia Fonseca Heyer ingressou em 02/01/1978 e permaneceu até sua aposentadoria em 09/08/2001; Lyres Balbi em 01/04/1968 e permaneceu até sua aposentadoria em 09/11/1992[13], chamando atenção que destes professores, apenas o João Renôr que vai possuir titulação de doutor, sendo o único professor com essa titulação no anos iniciais de funcionamento do curso de graduação em geografia, panorama que foi alterado a partir de 1994[14].

[13] Apresentava graduação em Serviço Social pela UFAM (1964) e mestrado em Geografia pela UFPE (1979). Ver mais em: https://portaldatransparencia.gov.br/servidores

[14] A partir de 1994, o professor José Aldemir de Oliveira defende seu doutorado na USP, sendo o primeiro amazonense a defender uma tese de geografia. Entre 1997 e 2002 os professores Lígia Fonseca Heyer,

Dentro desse quadro ainda houve o ingresso de professores que ministraram aulas ao longo da década de 1980 das disciplinas de cartografia que teve diversos professores como Paulo Custódio, Roberto Monteiro de Oliveira e um militar.

Castro de Jesus e Oliveira Neto (2024) em uma tentativa preliminar de abordar a geografia e os trabalhos de campo no ensino superior, mencionam que nos anos iniciais do curso de graduação em geografia da UFAM, na década de 1980, ocorreu a organização e a realização de diversos trabalhos de campo, com viagens realizadas pelas rodovias (que eram precárias naquele momento) e em deslocamentos em barcos entre a cidades do interior do estado do Amazonas.

Os mesmos autores pontuam que "um dos professores pioneiros dessas atividades o João Renôr Ferreira de Carvalho, correspondendo em certa medida, em uma influência francesa em sua formação, oriunda de Pierre Monbeig". Destaca-se que "os trabalhos de campo iniciados na década de 1980, foram baseados em deslocamento dos estudantes em barcos regionais com a realização da observação direta, explicação da realidade pelos professores" e muitas das vezes com pernoite na casa dos ribeiros - produtores rurais/camponeses-ribeirinhos- correspondendo em uma prática com vivencia importante aos estudantes. Essa prática de campo "foi mantida no curso mesmo após a transferência do João Renôr para as universidades do Amapá, Piauí e Maranhão (UNIFAP, UFPI e UFAM)". Os mesmos autores mencionam que "a continuidade dessa atividade de campo foi mantida principalmente na disciplina de Geografia Agrária, ministrada pelo docente Manuel de Jesus Masulo da Cruz desde 1991", mas "outras disciplinas como Geografia Urbana, Geomorfologia, Gestão do Território, Geografia Física da Amazônia e Geografia Humana da Amazônia" também têm realizado trabalho de campo importante na formação do graduado(a) em geografia.

As práticas de campo nos anos iniciais de instalação do curso de geografia (década de 1980) ocorreram em um momento de transformação política com o fim do regime militar, estabelecimento das eleições e retorno da democracia, apresentando no contexto regional, as consequência e transformações engendradas pelos grandes projetos implementados na Amazônia, como o caso da abertura das rodovias, início da extração de recursos naturais e da instalação dos projetos de colonização, com isso, evidencia que a realidade e o cotidiano daquele momento foi propício para realização dos trabalhos de campo, tendo em vista das rápidas transformações espaciais - migração, desmatamento, formação de núcleos urbanos etc.- e contradições que emergiram dos projetos implementados na região[15], sendo realizados deslocamentos de estudantes para várias cidades e projetos como ocorreu nos municípios de Novo Aripuanã em 1986 e Coari em 1987[16], propiciando um conhecimento da realidade vivida pela população em áreas de projetos governamentais.

Amélia Regina Batista Nogueira, Ricardo José Batista Nogueira e Francisco Evandro Aguiar passaram a obter os títulos de doutores em geografia.

[15] Sobre esse contexto no âmbito da Amazônia, ver: Oliveira (1988).

[16] Informação disponibilizada por Ricardo José Batista Nogueira em 08 e 09/11/2023.

Captar essas transformações em determinados recortes espaciais, assim como, observar e viver o cotidiano da sociedade ribeirinha e/ou urbana das pequenas cidades é fundamental para os estudantes, principalmente com a possibilidade de vivência, de estabelecer diálogos e de poder ver as diferentes configurações e organizações espaciais existentes, principalmente no âmbito da produção rural oriunda do campesinato[17].

Como foi mencionado anteriormente, os trabalhos de campo no curso de geografia da UFAM foram introduzidos por João Renôr na década de 1980 (Figura 3), desde aquele momento, as práticas de campo foram sendo realizadas paulatinamente no curso de graduação, tendo em vista da importância salutar no processo de formação do geógrafo(a), no âmbito de compreender as complexidades da multiespacialidades na Amazônia, além disso, o trabalho de campo representa ainda, uma viagem inaugural para muitos estudantes, correspondendo sua primeira viagem para além do sítio urbano da cidade de Manaus, permitindo em alguns percursos conhecer rios, as várias formas de ocupação e de uso da terra, outras cidades etc. O trabalho de campo ainda consiste em um momento de oportunidade de descoberta, de identificar o achado para estabelecer novas pesquisas, contribuindo para a produção de conhecimento, ou seja, os ganhos vão para além da formação cidadã individual de cada estudante.

No processo de consolidação e de debates sobre o papel ativo da geografia, deve-se mencionar o papel fundamental da Associação dos Geógrafos do Brasileiros (AGB) seção local Amazonas, criada em 1982[18] e que manteve ativa por várias décadas desempenhando ações[19] para a construção de uma formação crítica dos profissionais no

---

[17] Sobre campesinato na Amazônia, ver em: Cruz (2023).

[18] "No dia 11 de junho de 1982 nas dependências do Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL nascia a Associação de Geógrafos Brasileiros - Seção Manaus, com a presença de importantes profissionais, estudantes, artistas e intelectuais que dedicaram seu esforço em prol da associação profissional dos geógrafos do Amazonas. O seu primeiro Diretor foi o Geógrafo Luiz Gonzaga Falcão Vasconcelos e vice-diretor o Geóg. Edmilson Lima do Nascimento, tendo como secretária a Geóga. Ivanilze Maria Machado Ferreira, auxiliada pelo Geóg. José Aldemir de Oliveira. A lista de presentes: 01. Luiz Gonzaga Falcão Vasconcelos 02. Ligia Fonseca Heyer. 03. Maria Salomé Toledano. 04. Lyris Balbi. 05. Irismar Freitas. 06. Hilda Balbi. 07. Ruth Fernandes Barbosa de Oliveira. 08. José Alberto Lima de Carvalho. 09. José Aldemir de Oliveira. 10. Delfim Manuel de Souza Filho. 11. Ivanilze Maria Machado Ferreira. 12. Deane Rodrigues da Silva. 13. Edmilson Silva do Nascimento. 14. Odiléia Alves de Araújo. 15. Marize Jardim da Silva. 16. Georgina Mafra de Andrade. 17. Amadeu Botelho. 18. João Luis Alencar Neto. 19. Eruani Serrão. 20. Alceu Gama Retto. 21. Francisco Freitas Valente. 22. Paulo Custódio. 23. Alzenir Santos de Lima. 24. Maria Auxiliadora Medeiros Nascimento. 25. João Pereira Leite. 26. Adorea Rebelo da Cunha. 27. Sinésio da Silva Machado Filho. 28. João de Almeida Caldas. 29. Domingos Sávio Loureiro Moura. 30. João Batista Martins. 31. Carlos Magno de Queiroz e Silva. 32. Valdeci da Silva Bezerra. 33. José Enio Pereira de Souza. 34. Maria Selma Rodrigues dos Reis. 35. Luis Fernando Thury de Oliveira. 36. Maria José N. de Lima. 37. Edilene da Silva Maduro. 38. Maria Rosalina Pinheiro Lima. 39. Sandra Nazaré Dias Barreto. 40. Hausni Nagata da Rocha. 41. Maria Caridade Brasil Vieira. 42. Jairon Alcir Santos do Nascimento. 43. Raimundo W. P. Lopes. 44. Geraldo Pantaleão Sá Peixoto Pinheiro. 45. Sinval Carlos Mello Gonçalves. 46. Hideraldo Lima da Costa. 47. Laerte de Stephano de Aguiar. 48. Guaraciaba Menezes T. Júnior. 49. João Wilson Gil de Brito." Fonte: https://agbmanaus.blogspot.com/2012/09/agb-manaus-ata-de-fundacao.html

[19] "Na AGB fazíamos o possível para estarmos antenados com os movimentos sociais e nossas participações davam certa credibilidade as ações dos geógrafos voltadas à justiça social. Do mesmo modo, já havia uma discussão sobre a questão ambiental por conta da construção da hidroelétrica de Balbina e do dano ambiental que causaria. Não se pode deixar de mencionar o fato de que numa das primeiras greves ocorridas nas fábricas da Polo Industrial de Manaus, a liderança dos trabalhadores procurou a

estado do Amazonas. A AGB-AM teve na primeira década de funcionamento do curso um desempenho fundamental em realizar atividades como palestras, minicursos de formação e a publicação de textos nas revistas, ações que visaram ampliar os debates e propiciar a difusão dos debates da geografia, principalmente com a republicação de textos clássicos e a publicação de textos produzidos por geógrafos(as) formados pela UFAM.

Figura 3 - Trabalhos de campo do curso de Geografia entre os anos de 1985 em Novo Aripuanã com a presença do prof. João Renôr; b) trabalho de campo realizado pelo prof. Vitor Ribeiro Filho em 1992 no município de Presidente Figueiredo

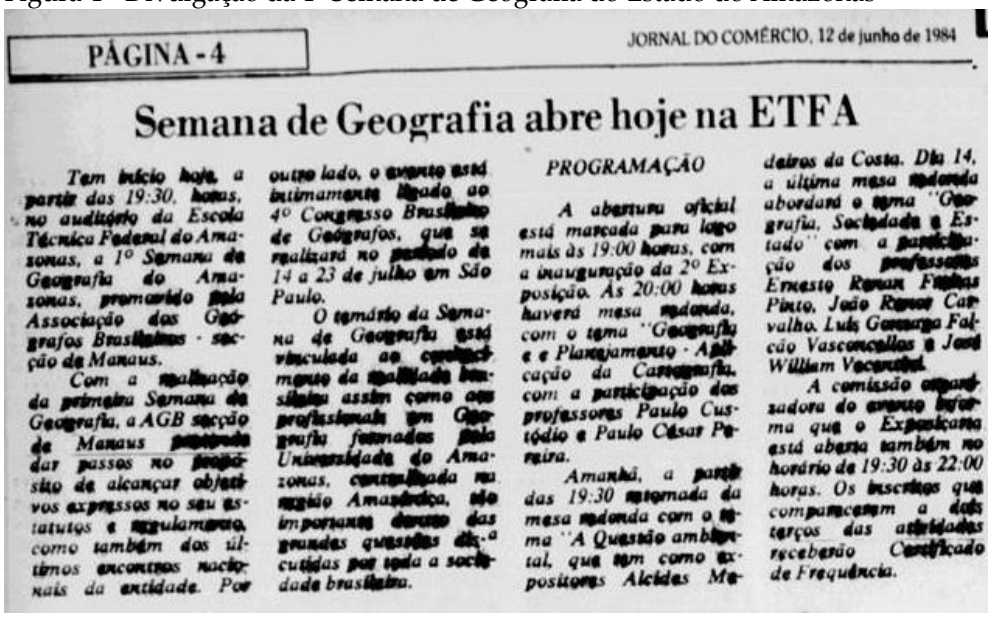
Fonte: Acervo de Elizabeth Santos e Vitor Ribeiro Filho (2020).

Esse papel desempenhado pela AGB-AM foi essencial enquanto mecanismo e ferramenta de estimulo ao debate acadêmico, profissional e de militância pela melhoria da qualidade de vida da sociedade, consistindo no principal movimento ensejado pelas reflexões das geografias radicais enquanto possibilidade e de construção de uma sociedade justa e de avançar na superação da mera geografia descritiva e essencialmente quantitativista, ambas de largo uso colonial e de exploração dos povos e dos territórios, principalmente do Sul Global.

Neste contexto, importante evento passou a ser organizado pelos estudantes e professores do curso de geografia da UFAM a partir de 1984, a Semana de Geografia realizada anualmente contou com a presença de professores de relevância nacional como José Willian Vesentini, Ruy Moreira, Carlos Walter Porto Gonçalvez, Armando Corrêa da Silva, José Borzacchiello da Silva, Orlando Valverde e outros que contribuíram com falas reflexivas sobre geografia, mundo e a Amazônia.

associação para que fizéssemos um mapa dos locais por onde circulavam os trabalhadores para melhor panfletar durante a mobilização. Vimos, naquele momento, a sombra do Yves Lacoste e o papel da Geografia para as mobilizações" (Nogueira, 2015, p. 211).

Figura 4 - Divulgação da 1ª Semana de Geografia do Estado do Amazonas



PÁGINA - 4

JORNAL DO COMÉRCIO, 12 de junho de 1984

Semana de Geografia abre hoje na ETFA

Tem início hoje, a partir das 19:30, horas, no auditório da Escola Técnica Federal do Amazonas, a 1º Semana de Geografia do Amazonas, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros - secção de Manaus.

Com a realização da primeira Semana de Geografia, a AGB secção de Manaus pretende dar passos no propósito de alcançar objetivos expressos no seu estatutos e regulamento, como também dos últimos encontros nacionais da entidade. Por outro lado, o evento está intimamente ligado ao 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos, que se realizará no período de 14 a 23 de julho em São Paulo.

O temário da Semana de Geografia está vinculada ao conhecimento da realidade brasileira assim como aos profissionais em Geografia formados pela Universidade do Amazonas, centralizada na região Amazônica, tão importante dentro das grandes questões discutidas por toda a sociedade brasileira.

PROGRAMAÇÃO

A abertura oficial está marcada para logo mais às 19:00 horas, com a inauguração da 2º Exposição. Às 20:00 horas haverá mesa redonda, com o tema "Geografia e e Planejamento - Aplicação da Cartografia, com a participação dos professores Paulo Custódio e Paulo César Pereira.

Amanhã, a partir das 19:30 retomada da mesa redonda com o tema "A Questão ambiental, que tem como expositores Alcides Medeiros da Costa. Dia 14, a última mesa redonda abordará o tema "Geografia, Sociedade e Estado" com a participação dos professores Ernesto Renan Freitas Pinto, João Renor Carvalho, Luís Gonzaga Falcão Vasconcellos e José William Vecentini.

A comissão organizadora do evento informa que o Exposicarta está aberta também no horário de 19:30 às 22:00 horas. Os inscritos que comparecerem a dois terços das atividades receberão Certificado de Frequência.

Fonte: Jornal do Commercio (12 jun. 1984, p. 4).

O processo de formação acadêmica, intelectual e profissional não está alicerçado somente na construção do conhecimento em sala de aula, ouvindo os professores, anotando e lendo os textos para as provas, esse processo de formação engloba desde sempre a existência de outras atividades que são realizadas e que contribuem para a formação solida em geografia. Com isso, merece destacar a criação de um espaço de diálogo e de debates constituído no seio da AGB-AM, atividades realizadas ao longo das Semanas de Geografia e demais eventos como o caso mais recente e que entrou na agenda do Departamento de Geografia a partir de 2012, denominado de EEGAM – Encontro dos Estudantes de Geografia do Amazonas.

Com isso, fica claro que o movimento de construção da geografia acadêmica no Amazonas apresentou dois braços importantes de formação: i) de formação acadêmica e universitária com a graduação e especialização oferecidos no âmbito da UFAM; ii) construção de um espaço de diálogo para além dos muros da universidade e com uma formação muita mais centradas em espaços não formais, mas com ricos debates políticos e acadêmicos.

Um dos mecanismos criados para a circulação de reflexões e de republicação de ensaios de autores de renome nacional e internacional, "[...] foi criado a Revista Polis, posteriormente transformado em Boletim Amazonense de Geografia" (Doza, 2022, p. 5), ambas no âmbito da gestão da AGB-AM. Essa produção e divulgação das reflexões, pesquisas e análises geográficas foram fundamentais para estimular os debates acadêmicos e de ter materiais oriundo da produção intelectual para subsidiar novas reflexões, pesquisas e aulas.

Figura 5 - Revistas criadas entre as décadas de 1980 e 1990 pela AGB-AM

Fonte: Acervo da professora Amélia Regina.

Figura 6 - Semana de Geografia de maio de 1994 com a participação dos professores Maria Salomé, Vitor Ribeiro Filho, Severiano Mario porto, Adorea Rebello, Manoel Masulo, Elizabeth Santos, Jose Alberto Lima de Carvalho

Fonte: Acervo AGB-AM.

O curso de Geografia da UFAM apresenta diferentes momentos que foram marcados por avanços e empenho de professores ao longo das décadas, consolidando o curso e ampliando as vagas e o processo de formação com o oferecimento de especializações, mestrado, doutorados e pós-doutorados (Quadro 1).

Quadro 1 - Preâmbulos históricos da geografia na UFAM

Ano	Curso	Breve descrição
1972	Criação do curso Licenciatura de 1° grau em Estudos Sociais	Criação de um curso para a formação de professores no ensino básico em pleno regime militar, com formação de apenas três anos.
1977 1979	Concurso e seleções para admissão de professores em formação em ciências humanas e incluindo Geografia	Entre os anos de 1977 e 1979, houve a realização de concursos e o ingresso dos professores: João Renôr, Falcão Vasconcellos, Roberto Monteiro, Maria Salomé, Lígia Fonseca Heyer.
1980	Criado o curso de Licenciatura Plena em Geografia	Com as mudanças que estavam ocorrendo em nível mundial e a necessidade de estabelecer uma formação de maior envergadura aos professores do estado do Amazonas, foi criado a partir do ano de 1980, os cursos de graduação em Geografia e História enquanto um desmembramento do curso de Estudos Sociais.
1981	Estabelece o currículo pleno do curso de Licenciatura em Geografia	Com a criação do curso em Licenciatura em Geografia, estabeleceu-se o primeiro conjunto de disciplinas para estabelecer a formação dos professores com esta habilitação.
1982	Criação do Curso de Especialização em Geografia da Amazônia	Visando propiciar a continuidade da formação, principalmente daqueles que fizeram graduação em Estudos Sociais e os recém-formados em Geografia, o departamento criou a primeira especialização.
1984	Forma a primeira turma.	No ano de 1984 ocorre a formação da primeira turma com apenas quatro graduados em Geografia. Dentro os quatro estudantes estavam José Aldemir de Oliveira e José Alberto Lima de Carvalho que posteriormente tornaram-se professores do departamento.
1986	Criação do Departamento de Geografia	Entre os anos de 1981 e 1986, os professores dos cursos de geografia, história e estudos sociais compunham um único departamento e a partir de 1986 passou a ter um departamento exclusivo para os cursos de geografia e ganhando-se mais autonomia na tomada de decisões.
1986	Extinção do curso de Licenciatura de 1° grau em Estudos Sociais	Após 14 anos o curso de Estudos Sociais é encerrado, pois havia sido criado outros cursos voltados para a formação superior plena nas áreas de geografia e história.
1990	Início da organização do departamento para formação em Mestrado e Doutorado fora do Amazonas	A partir de 1986 inicia-se a entrada de novos professores no departamento e portando apenas os diplomas de graduação e de especialização, iniciando-se uma organização interna para continuar a formação em cursos

		de mestrados e de doutorado em outras universidades, principalmente do Sudeste e Sul do país.
1991	Início da interiorização	A partir da década de 1990 até o presente o Departamento de Geografia realizou-se diversas ações, esforços e contribuições para a formação de turmas de licenciatura em geografia nas cidades do estado do Amazonas em cursos modulares.
1992	Criação do curso do Bacharelado em Geografia	Visando ampliar a formação profissional o departamento passou a oferecer o curso de Bacharelado em Geografia para atender as demandas técnicas e de planejamento do estado do Amazonas e da Amazônia.
1995	Defesa de doutorado de José Aldemir de Oliveira na USP	Em 1994 ocorre as defesas de mestrado dos professores Ricardo Nogueira e Amélia Regina, no ano seguinte ocorre a primeira defesa de doutorado de um geógrafo amazonense com a tese "Cidades na Selva" de José Aldemir de Oliveira.
2002	Curso de Especialização em Ensino de Geografia da Amazônia Brasileira	Em 2002 foi criado uma segunda especialização pelo departamento visando a continuidade da formação dos geógrafos.
2003	Curso de especialização em Geografia da Amazônia Brasileira	Em 2003 foi criada a terceira especialização e que se manteve até meados de 2007.
2003	Curso de Licenciatura Plena em Geografia (noturno)	Em 2003 teve um marco fundamental no curso que foi a criação e oferta de vagas para o curso de licenciatura em geografia noturno.
2006	Aprovado a criação do curso de Mestrado em Geografia	Com o retorno dos professores após o doutorado finalizado nas universidades do Sudeste e Sul do país, foi possível criar o curso de mestrado em geografia com a inserção de professores doutores e que estavam vinculados a outros departamentos (Ciências Naturais), INPA e do SIPAM.
2007	Ingresso da primeira turma do Mestrado.	Ingresso de 14 estudantes no curso de Mestrado.
2010	Primeiras defesas de Mestrado em Geografia	As primeiras defesas de mestrados passaram a ocorrer entre 2009 e 2010.
2018	Aprovação para criação do curso de Doutorado em Geografia	Após avaliação do programa e a mudança de conceito Capes de 3 para 4, realizou-se um esforço para a criação do curso de doutorado que foi aprovado pela CAPES em 2018.
2019	Ingresso da primeira turma de Doutorado	Com a criação do curso de Doutorado, o ingresso da primeira turma ocorreu no segundo semestre do ano de 2019.
2023	Primeiras defesas de Doutorado em Geografia	No dia 13 de julho de 2023 houve a defesa de doutorado de Deivison Carvalho Molinari e no dia 14 de julho de 2023, defesa de doutorado de Ercivan Gomes de Oliveira. Ambas corresponderam pelas primeiras teses de geografia defendidas na UFAM.

Fonte: Ufam (Conselhos e Proeg) e Sucupira-Capes (1972-2023).
Nota: Org. pelo autor.

A expansão do curso de Geografia da UFAM pode ser compreendida em quatro períodos principais (Quadro 2): i) antecedentes que corresponde pelo curso de Estudos Sociais; ii) criação do curso; iii) consolidação, expansão, criação de especializações e de turmas de graduação modular no interior; iv) expansão com a criação dos cursos de mestrado e doutorado. Em cada período desses podemos indicar diferentes movimentos na escala nacional e local, primeiramente a criação de um curso com aparecia de "neutralidade" em sua estrutura tendo em vista que o Regime Militar passou a estabelecer diferentes mecanismos de controle para minar toda e qualquer organização de filiação ideológica de esquerda (Rodrigues, 2021; 2022), no âmbito local a formação de curta duração representava um avanço, mesmo que precário, com disciplinas gerais de geografia, história, sociologia e antropologia visando a qualificação para atuação dos professores do ensino básico.

No segundo período temos a consolidação do movimento das geografias radicais no país, enquanto que em nível local vai ocorrer o estabelecimento do curso de graduação e a formação do Departamento de Geografia na UFAM, com apenas o professor Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos apresentando os novos ventos da geografia crítica aos estudantes (Nogueira, 2016; Silva, 2022).

O terceiro período estabelecido corresponde o momento que se iniciou a expansão do curso de geografia internamente com a criação da graduação em Bacharelado em Geografia, institucionalização da iniciação científica e a organização dos primeiros cursos de formação de licenciados em geografia no interior do estado do Amazonas com a primeira turma no município de Parintins.

A quarta e última periodização corresponde pela continuidade do processo de interiorização e principalmente pela criação dos cursos de pós-graduação em nível de mestrado e de doutorado em Geografia na UFAM, propiciando a formação completa em todos os níveis aos estudantes.

Quadro 2 - Periodização do curso de Geografia da UFAM

Períodos	Curso	Movimento
1 1972-1980 Antecedentes	Instalação do curso de Estudos Sociais	Regime Militar e a expansão de atividades econômicas na Amazônia. Controle dos grupos sociais, principalmente na Universidade.
	Desmembramento com a criação do curso de Geografia em 1980	Ingresso por concurso de professores formados em geografia e história a partir de 1977, formando o primeiro quadro de professores do departamento.
2 1981-1990 Criação do curso de Geografia e da AGB-AM	Início do funcionamento do curso a partir de 1981.	Processo de redemocratização, greve no distrito e a expansão do debate com as correntes da geografia crítica e cultural.
	Eventos locais como a Semana de Geografia e os encontros semanais da AGB.	Realização de eventos diversos para estabelecer debates e novas reflexões especiais e sobre os problemas que assolam a sociedade.

	Trabalhos de campo no interior do estado do Amazonas	De maneira pioneira o professor João Renôr iniciou às atividades de prática de campo em geografia com viagens de dias deslocando os estudantes para conhecerem as diferentes realidades socioespaciais.
3 1991-2005 Início da interiorização para a formação de professores em nível superior	Expansão do departamento com aumento do número de professores e o ingresso de novos professores no quadro.	Programa Governamental de formação de professores.
	Início das primeiras turmas de graduação modular no interior.	A partir de 1990, com forte apoio do professor José Aldemir de Oliveira, cria-se os cursos modulares coma formação da primeira turma no município de Parintins no ano de 1995.
	Início do processo de qualificação com mestrado e doutorado do corpo docente.	Organização para a saída escalonada de professores para realizar a formação em nível de mestrado e de doutorado em outros estados e universidades.
	Início da iniciação científica (PIBIC)	A partir de 1991 iniciou-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) envolvendo os professores e os estudantes de graduação.
	Criação dos cursos de especialização.	Oferecimento de diversos cursos de especialização em geografia.
4 2006-2024 Formação em nível de mestrado e doutorado	Continuidade dos cursos de graduação modular.	Oferecimento de turmas de graduação para cidades amazonenses.
	Qualificação dos professores com doutorado.	Nesse período ocorreu as últimas saídas de professores para qualificação de mestrado e de doutorado.
	Institucionalização de novos programas institucionais para a formação solida dos estudantes de graduação.	Novos programas institucionalizados e que são essenciais para a formação dos estudantes como o PET, Residência Pedagógica e PIBID.
	Criação dos cursos de Mestrado e de Doutorado em Geografia.	Instalação dos cursos de Mestrado de Doutorado com recursos CAPES e FAPEAM.

Fonte: Org. pelo autor.

Sobre esse percurso, Silva (2022, p. 49) comenta:

> Tanto a implantação da Iniciação Científica na década de 1990, quanto do mestrado e doutorado recentemente, se estabelecem como momentos importantes para a história do curso de Geografia no Amazonas, pois proporcionaram um avanço significativo no pensar a Geografia do Amazonas e, sobretudo no Amazonas, considerando que a implantação do doutorado é muito mais recente ao comparar com outros estados da região.

Contudo, não bastava apenas consolidar e expandir o curso na capital amazonense, era necessário formar professores nas cidades do interior do estado, com o oferecimento das aulas nas cidades, pois o deslocamento e o estabelecimento de uma moradia na capital para continuar os estudos no nível superior é custoso, muitas das vezes, sendo impraticável para boa parte da sociedade, que apresenta um cotidiano ligado as atividades produtivas agrícolas e de serviço nas cidades e vilas. Assim, tendo em vista da necessidade de formação dos professores no interior do estado e as singularidades e particularidades existentes, foi sendo organizado paulatinamente a partir da década de 1990, a disponibilização de turmas de graduação modular visando à formação em licenciatura em geografia e que foram sendo formadas pelo departamento até o período atual.

2 Formação para além da capital

O processo de formação superior no Brasil iniciou-se de maneira extremamente concentrada nas principais cidades metropolitanas, com os cursos de graduação e posteriormente de pós-graduação em nível de mestrado e de doutorado, estes últimos apresentaram um letárgico processo de expansão e de interiorização no país.

A formação superior no Brasil tem representado, ao longo de diversas décadas, uma reprodução e um reforço das desigualdades espaciais e sociais. Isso se reflete na concentração dos estabelecimentos públicos que oferecem uma variedade de cursos de graduação e pós-graduação nas metrópoles e em outras cidades da região concentrada, principalmente no Sul e Sudeste do país. No entanto, essa distribuição desigual gerou uma demanda reprimida, e surgiram diversas lutas para garantir a expansão desses cursos universitários para outros estados e cidades brasileiras.

Como resposta a essa demanda, diferentes movimentos foram estabelecidos, tanto socialmente quanto por integrantes do Governo Federal, com o objetivo de interiorizar a formação acadêmica. Isso resultou na criação de campi e cursos com diferentes estruturas curriculares, visando proporcionar a formação acadêmica para a sociedade que está localizada para além da região considerada concentrada.

A expansão dos cursos superiores no Brasil era restrita à formação de cursos específicos como direito, odontologia e medicina, cursos que representavam e ainda representam status social e que vem desde o processo de colonização do país em séculos passados. Inicialmente esses cursos e posteriormente as engenharias foram sendo criadas nas faculdades isoladas em capitais estaduais, primeiramente naquelas situadas na porção territorial que teve a maior concentração populacional e econômica, posteriormente ocorrendo a expansão para outros estados, mas ocorrendo apenas a criação de cursos para grupos sociais específicos. Scheibe (2008, p. 47) menciona somente em 1935 que vai ocorrer a criação de "uma escola específica de nível superior para formar professores, por Anísio Teixeira [...], na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, igualmente teve curta duração e foi extinta em 1939" e com a "criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil com a finalidade de tornar-se o modelo nacional para formar bacharéis e professores para os cursos ginasiais e secundários".

Carneiro (1977, p. 37) destaca que se abriu a "mão das exigências de formação, a rede oficial de ensino passou a aceitar leigos cada vez em maior quantidade cujo contingente alcançava em 1964 um percentual de 44% do magistério primário do Brasil" e esse contexto da década de 1960 pela deficiência foi "apontada como um dos fatores da baixa produtividade no ensino primário [...]".

Diante desse contexto, a mesma autora menciona que

> A intensão de garantir uma continuidade para a formação docente, que ultrapasse os limites do ensino de 2º grau não através de cursos de atualização ou aperfeiçoamento apenas, mas, principalmente, mediante ingresso no ensino de nível superior, na área de educação (Carneiro, 1977, p. 36).

Esse posicionamento geral e a estrutura burocrática instaurada a partir de 1964, vai constituir diferentes programas para estabelecer a formação rápida com a autorização para os estabelecimentos de ensino superior públicos e privados em ofertar cursos de licenciatura curta visando não somente reduzir a possível carga de debates da Geografia e da História, como também ampliar de maneira rápida a quantidade de professores formados em uma estrutura curricular generalista.

O ensino naquele momento apresentava uma "concepção empirista na qual bastava que o professor dominasse o conteúdo a ser ensinado, a concepção de docência restringia sua formação à observação dos mestres mais experientes", sendo que "a busca dos fundamentos científicos e de uma qualificação formal foi se estabelecendo apenas à medida que a educação passou a ser entendida como função pública, tornando-se um problema nacional e governamental" (Scheibe, 2008, p. 41).

Entre as décadas de 1960 e 1970, foi estabelecido o Projeto Ajuri II (ajuda mútua) que consistia na oferta de cursos de curta duração visando a titulação de "professores leigos em caráter supletivo, a nível de 2º grau" nos municípios de Benjamin Constant, Manicoré, Borba e Eirunepé, no estado do Amazonas, com curso que se propunham naquele momento:

a) formar professores para o ensino nas quatro séries iniciais do 1º grau, para suprir as necessidades da rede oficial do Estado do Amazonas em áreas carentes de professores titulados;
b) oferecer uma adequada formação cultural e profissional no sentido de conscientizar o professor de seu valor, de sua atuação no desenvolvimento cultural, social e econômico do Estado e do País, complementar sua cultura geral, propiciar a aquisição de conhecimentos sobre os métodos, as técnicas e os recursos didáticos adequados ao êxito da ação executiva, especialmente nos meios rurais, despertar a consciência da responsabilidade que lhe cabe como educador;
c) encaminhar professores para as licenciaturas curtas" (Carneiro, 1977, p. 60).

No início da década de 1970, a disparidade do ensino básico consistia na existência de professores leigos que trabalhavam no ensino básico e "ou com formação precária", com a concentração de esforços para formação do magistério, visando contornar o cenário caótico de formação dos professores nas cidades amazonense, "foram planejados os cursos de licenciatura curta, a partir de 1971", em áreas de

implantação dos campi avançados que correspondia em "áreas consideradas como 'polos de desenvolvimento' do Estado" (Carneiro, 1977, p. 64).

Com isso, entre os anos de 1972 e 1975 foram estabelecidos cursos de curta duração "durante o período de recesso escolar" para propiciar a formação de professores para a rede básica de ensino:

a) Em Tefé, para os cursos de Letras, Estudos Sociais e Ciências, foram oferecidas 125 vagas para as três primeiras turmas e 120 vagas para as três últimas;
b) Para os cursos em Parintins havia 97 vagas para as três turmas iniciais e 120 para turmas seguintes;
c) Um total de 100 vagas para as duas turmas de Administração e Supervisão Escolar, em Humaitá;
d) Os cursos, em Benjamin Constant, visavam atender a 90 professores da faixa de fronteira (Carneiro, 1977, p. 66).

A formação acadêmica visando as licenciaturas ocorreu posteriormente a criação dos cursos clássicos que foram mencionados anteriormente, existindo uma enorme lacuna no âmbito das licenciaturas, pois o Estado colocou como meta a alfabetização da sociedade visando qualificar a mão de obra e atender os indicies internacionais de redução do analfabetismo, porém a expansão e a criação dos cursos de licenciatura ocorreram tardiamente nos estados brasileiros e com forte concentração.

2.1 A Geografia universitária brasileira

No âmbito da Geografia, está teve a presença na instituição dos primeiros estabelecimentos de ensino do país, primeiramente houve sua presença enquanto "uma cadeira isolada criada na cidade da Paraíba, no ano de 1831" por meio do Decreto de 7 de junho de 1831[20] (Albuquerque, 2014, p. 17), posteriormente no Rio de Janeiro, Colégio Pedro II em 1837 (ROCHA, 2014), representando na "institucionalização dessa disciplina para o ensino secundário no referido Colégio – com um currículo que trazia valores europeus de civilização e progresso, um modelo francês de educação, organização das disciplinas de humanidades" (Albuquerque, 2014, p. 14).

Em trabalho anterior, Albuquerque (2011, p. 20) menciona que existem dois momentos da história da Geografia escolar, o primeiro consiste "à constituição do saber geográfico e a institucionalização da disciplina" no ensino que vai ocorrer antes da criação dos cursos de graduação voltados para a formação de professores de Geografia, o segundo momento corresponde pela chegada das ideias e reflexões da Geografia

[20] "Art 1º Haverão na cidade da Parahyba uma cadeira de rhetorica, geographia, e elementos de história, outra de philosophia racional, e moral, e outra de francez" (ver mais em: Albuquerque, 2014, p. 17).

Moderna atreladas as metodologias propostas pela Escola Nova, com a forte contribuição de Delgado de Carvalho[21].

Em uma breve periodização, Albuquerque (2011, p. 21) que em um "primeiro momento inicia-se na década de 1830 e vai até a década de 1910, se configura como o período em que o saber geográfico se constitui como tal e a disciplina Geografia se institui, com propósitos e finalidades específicas e de acordo com o papel da escola na época", um segundo período corresponde pelos anos de 1911 até meados da década de 1930, quando ocorre a à incorporação de aportes teórico-metodológicos e de temas difundidos então pela "recém-criada Geografia moderna no Brasil e pela pedagogia científica, resultando, inclusive, na institucionalização de uma Geografia acadêmica no país, pois os cursos superiores são criados com a finalidade de formar professores para a escola básica".

A "Geografia que se difundiu no Brasil esteve voltada para dentro do próprio território brasileiro ou da escala nacional" com as contribuições de Delgado de Carvalho (Barros, 2008, p. 318). Apresentando a difusão dos conhecimentos geográficos em perspectiva tradicional com forte descrição das regiões por meio da pulverização da distribuição pública e a comercialização dos manuais didáticos de Geografia para o ensino básico escritos pelo Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo[22], contribuindo para de maneira inicial para a Geografia Escolar brasileira (Zambuja, 2014).

Somente em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo (USP), em um contexto de expansão das atividades econômicas ligadas ao café e o início da industrialização que vai ocorrer a institucionalização do primeiro curso de graduação em Geografia, oferecidos naquele momento pela então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) e em seu Instituto de Educação (IE).

Nesse momento, a criação dos cursos de ciências humanas teve uma forte ligação com a missão francesa que foi estabelecida para ajudar no processo de formação, com as primeiras turmas de Geografia formadas a partir do ano de 1936, com os "primeiros formados foram Antonio de Paula Assis, Nelson Camargo, Rozendo Sampaio Garcia, Astrogildo Rodrigues de Mello, José Orlandi, Euripedes Simões de Paula, Affonso Antonio Rocco, João Dias da Silveira", dentre esses nomes, "João Dias da Silveira se destaca por ser nomeado como assistente adjunto à Cadeira de Geografia Física e Humana ainda quando aluno" (Mello; Maia, 2018, p. 109). Em 1938, ocorreu a formação da professora Maria Conceição Vicente de Carvalho (1906-2002), e posteriormente veio

[21] "Destaca-se ainda, o curso Livre Superior de Geografia destinado a formação de professores de Ensino Fundamental de Geografia, oferecidos no Colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro em 1926. Teve como organizador Carlos Miguel Delgado de Carvalho, advogado franco-brasileiro, nascido na França, e que defendeu tese sobre "O Brasil Meridional", lançando posteriormente como livro. O curso tinha como objetivo primeiro a formação de professores de Geografia, propunha uma perspectiva fundamentada nas leituras de Ratzel, que destacava a formação pautada no discurso de um ensino que enaltecesse o sentido da Pátria, de Nação, pois o Brasil vinha de uma série de movimentos separatistas, fazendo necessário um discurso de unificação territorial" (Doza, 2022, p. 2).

[22] De acordo com Azambuja (2014, p. 16) "foram mais de 12 milhões de exemplares vendidos no período de 1936-1975".

a defender a primeira tese de doutorado em Geografia no Brasil em 1944, intitulada "Santos e a Geografia humana do litoral Paulista"[23] (Mello; Maia, 2019, p. 5), orientanda por Pierre Monbeig (Ab'saber, 1994).

A expansão do curso de graduação em Geografia vai ocorrer nas cidades que apresentavam forte dinamismo econômico e apresentavam concentração de instituições política conforme podemos observar no quadro 1, ocorrendo apenas o oferecimento do curso de graduação em Geografia apenas na UFPA a partir de 1955 (UFPA, 1955) na Amazônia.

Quadro 1 - Criação do curso de graduação em Geografia nas primeiras décadas do século XX

Universidade	**Ano de criação**
Universidade de São Paulo (USP)	1934
Universidade do Brasil (Atual UFRJ)	1935
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1938
Universidade Pontifica Católica (PUC-Rio)	1941
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1941
Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS)	1943
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1946
Universidade Federal Fluminense (UFF)	1947
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	1948
Universidade Federal de Pernambuco (UFPB)	1950
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	1951
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	1951
Universidade Federal do Pernambuco (UFPB)	1952
Universidade do Sagrado Coração (USC – Bauru)	1954
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1955
Universidade Federal do Pará (UFPA)	1955
Universidade Estadual Paulista (UNESP – Rio Claro)	1958
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	1958
Universidade Federal do Ceará (UFC)	1963
Universidade Federal de Goiás (UFG)	1965
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	1966
Universidade de Brasília (UnB)	1969
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	1969
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	1970

Fonte: Org. pelo autor.

Esse processo de formação acadêmica com a expansão dos cursos e a oferta de vagas não ocorreu de uma década para a outra, correspondeu em um processo lento, pois o ensino superior no país sempre foi compreendido enquanto mecanismo de

[23] Tese disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09022022-185658/pt-br.php

formação intelectual e profissional para um grupo especifico da sociedade, principalmente aqueles que dominam e controlam os meios de produção, logo o ensino superior correspondeu em um elemento de base para a reprodução das relações de poder e econômica ao invés de possibilitar plenamente a formação para atender os anseios da sociedade em geral, assim como, transformar e estimular a reflexão, criatividade e o desenvolvimento econômico, social e tecnológico em diversas regiões do país.

Ao longo das décadas, a Geografia universitária perpassou por transformações com os desdobramentos teóricos metodológicos que foram sendo instituídos, traçando limites e novas possibilidades. Primeiramente houve forte presença da Geografia tradicional na formação e no ensino básico, com trabalhos e livros que traziam inúmeras descrições e análises regionais que constituíam em verdadeiras monografias regionais lablachiana, com um movimento de ruptura marcado por autores como Fred Shaffer, Willian Bunge e outros que trouxeram uma discussão de analise espacial baseadas em modelos matemáticos, rompendo com as descrições e o forte historicismo presentes na geografia tradicional, buscando identificar leis gerais para explicar as regularidades dos fenômenos no espaço, uma proposta de Geografia que foi largamente utilizada pelos aparelhos de Estado para ordenar o território.

A partir da década de 1940 no Brasil inicia-se um movimento tímido de aproximação de geógrafos aos debates de vinculação as desigualdades sociais e a compreensão da luta de classes como menciona Pedro Pinchas Geiger[24], mas somente na década de 1960, que inicia-se um movimento de aproximação com um debate crítico da realidade com um grupo de geógrafos composto por Yves Lacoste, Raymound Guglielmo, Bernard Kayser e Pierre George que lançaram um importante debate com a obras intitulada "A Geografia Ativa" (Verdi, 2020).

No final da década de 1960, indicava um momento de transformação da Geografia com a criação da revista Antipode e na década de 1970, inicia-se as principais rupturas por geógrafos e geógrafos inaugurando uma série de debates dentro do escopo das "Geografias radicais" com vinculações metodológicas as perspectivas fenomenológicas e do materialismo histórico e dialético, com o aparecimento de importantes obras e autores como: Por uma geografia nova de Milton Santos, Espaço e Lugar de Yi Fu Tuan, Justiça espacial e a cidade de David Harvey, Espaço fora do lugar de Armando Corrêa da Silva, coletânea organizada por Antonio Christofoletti denominada de "Perspectivas da Geografia" com traduções de textos clássicos e contemporâneo para aquele período.

Silva (2022, p. 43) destaca que,

> É importante ressaltar que a década de 1980, período de institucionalização do curso, já estava refletindo as mudanças causadas

[24] Ver em: http://www.grupogeobrasil.uerj.br/usuario/pedro_geiger/pedro_geiger_geobiografia_2.pdf https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/projeto-historia-oral/galeria/20912-pedro-pinchas-geiger.html

> a partir do evento de 1978, o ENG, que também pode ser considerado como o auge de todo um movimento que já vinha ganhando força nos anos anteriores à década de 1970.

Esse evento denominado de ENG (Encontro Nacional de Geógrafos), realizado de maneira bianual e que a partir de 1978, teve novos desdobramentos e passou a trazer contribuições das geografias radicais, principalmente da Geografia crítica.

Além desse avanço, houve importantes desdobramentos no âmbito dos estudos de Climatologia com as pesquisas referentes ao clima urbano com Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, sistematização de conceitos e de estudos no âmbito da Geomorfologia com João José Bigarella e Antônio José Teixeira Guerra, construção de análises geográficas com vinculações sistêmicas com Viktor Borisovich Sochava e George Bertrand, complexidade com a perspectiva abordar por Edgar Morin, ambiental com Francisco Mendonça e Marcelo Lopes de Souza, recentemente debates e contribuições com fundamentadas em uma perspectiva estruturalista e pós- estruturalista, novos enfoques dentro do que podemos mencionar como pós-moderno.

O panorama descrito de maneira breve de mudanças na Geografia que vão ocorrer ao longo processo de expansão dos cursos de graduação e de pós-graduação no país. Retomando, chama-se atenção que apesar da desconcentração da formação universitária brasileira ainda existente, estas ainda repercutem e correspondem por verdadeiras marcas ruinosas das desigualdades na distribuição de acesso e de ofertas de cursos, principalmente na formação de professores, houve avanços relevantes na desconcentração da formação universitária. A primeira desconcentração está relacionada a criação de novas universidade e de campis nos estados, repercutindo positivamente no processo de formação e no dinamismo econômico nesses lugares, pois a instalação de uma infraestrutura universitária com cursos regulares e modulares contribuem com a dinâmica econômica e social local nas cidades, ocasionando um efeito multiplicador positivo no âmbito social e econômico.

Essas mudanças de acordo com Casqueiro *et al* (2020, p. 157) ocorreram em três momentos do período atual com a implementação de medidas voltadas a expandir o ensino superior no país; i) entre os anos de 1998 e 2002, ocorreu apenas a expansão na oferta de vagas nas sedes das universidade federais existentes, ou seja, a ampliação ocorreu de maneira tímida e com vagas concentradas principalmente nas capitais estaduais; ii) entre o período de 2003 a 2006, houve uma "ampliação na oferta de cursos e vagas através da expansão em direção ao interior de diversos estados brasileiros, tendo em vista suprir a demanda das diversas regiões", ocorrendo ainda a "criação de novas universidades federais, bem como a criação e consolidação dos campis universitários das instituições já existentes"; iii) por fim, a partir de 2007, com a institucionalização do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) fazendo "parte de uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) acrescentar em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social", ampliando as infraestruturas das

universidades, criando novas, construindo e ampliado os campis, instalando novos programas de programas de pós-graduação em diversas áreas.

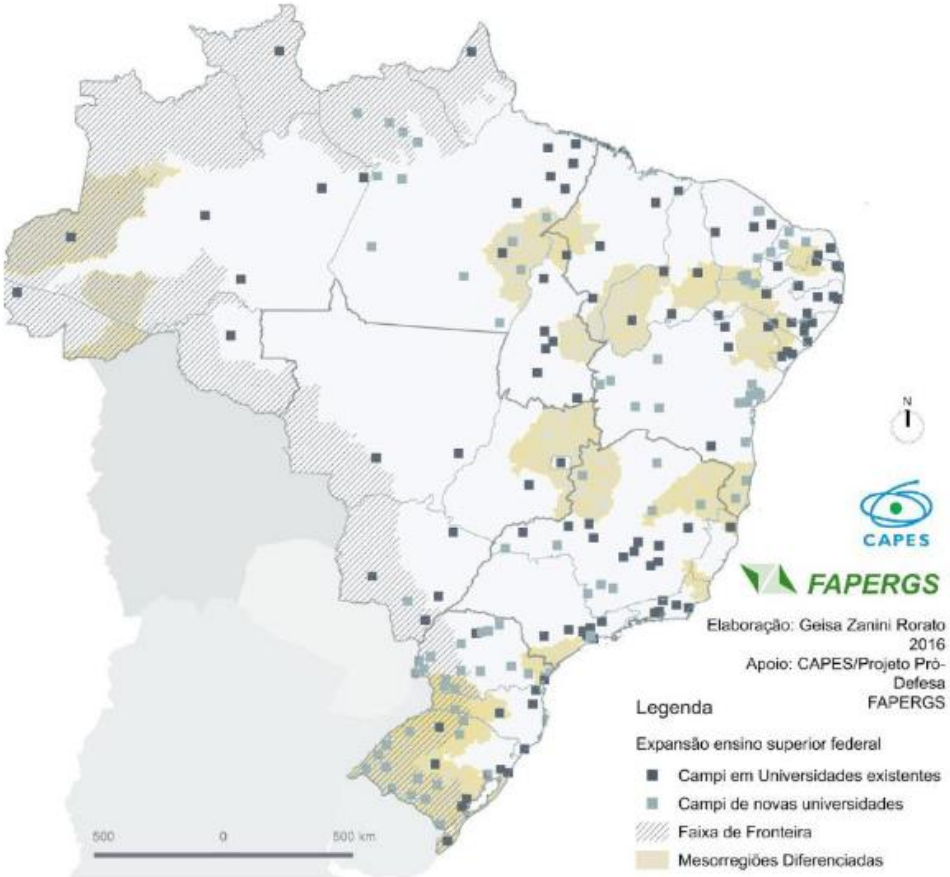
Esse contexto ajuda a entender em parte o processo letárgico de expansão das universidades públicas no Brasil e a criação dos cursos de graduação em Geografia, muita das vezes associados com o curso de História e gerando nos primeiros anos de funcionamento uma dupla titulação de licenciado(a) em Geografia e em História.

A expansão das universidades vai estar atrelado em um primeiro momento ao dinamismo interno nos estados e a formação de elites regionais, demandando a criação de mecanismos de reprodução destas por meio da expansão das instruções acadêmicas e aperfeiçoar os sistemas de saúde, educação e produtivos. O processo letárgico de expansão na Amazônia vai estar atrelado ao fim do fausto da borracha com estados com arrecadação substancialmente reduzida, estados que apresentavam baixa densidade demográfica e precárias infraestruturas como Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, apesar de ter universidade no Amazonas desde o início do século XX, houve descontinuação e um retorno das atividades com uma reorganização somente a partir da década de 1960, enquanto no estado do Pará, o dinamismo econômico e a cidade de Belém corresponder por uma importante centralidade na rede urbana e pela existência de uma elite local vai contribuir para a criação de uma universidade e do curso de Geografia.

Esse deslocamento da reorganização do sistema universitário e a criação do curso de Geografia na Amazônia vai acompanhar o deslocamento das frentes pioneiras, com as políticas territoriais de estimulo a ocupação da região com grandes projetos e diversas infraestruturas, estas formaram uma verdadeira malha logística de vertebração e de potencialização da coesão territorial no âmbito da geopolítica clássica.

Até mesmo esse processo apresentou contradições, pois a expansão inicial foi baseada no estabelecimento de cursos de graduação de curta duração e de campis avançados com a participação de instituições exógenas a região ao invés de criar as bases necessárias para a criação do curso de Geografia, movimento que vai ocorrer a partir da década de 1980 e 1990.

Figura 7 - Campus e campis no Brasil



Fonte: Rorato (2016) *apud* Tischer e Rocha (2019).
http://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=467

A educação no Amazonas apresentava de acordo com Carneiro (1977, p. 8) "o quanto falta de assistência aos municípios mais afastados da capital" e na própria capital apresentava falta de escolas e de professores com o ritmo de crescimento demográfico na década de 1960, ocorrendo a implementação de rodizio escolar para ampliar a quantidade de estudantes matriculados.

Naquele momento, o aparelho burocrático do Estado buscou instituir esses cursos visando "promover a aceleração do processo de formação dos professores e especialistas" que eram demandados e que foram formados dentro de uma estrutura curricular de cursos de breve duração (Carneiro, 1977, p. 6).

Houve com o processo de consolidação das universidade federais públicas na Amazônia, principalmente no estado do Amazonas, um rompimento da relação de dependência das instituições do Sul e Sudeste nos cursos que foram criados na Amazônia dentro do contexto de interiorização promovido pelo Governo Federal que tinha como objetivos levar estudantes para propiciar a garantia de serviços básicos a sociedade, deslocar estudantes em uma possibilidade de criar laços para fincar sua estadia na região, por fim, estimular por esses meios a migração na ideia de vivificar a fronteira com o envio de jovens para a Amazônia, ou seja, o contexto geopolítico e governamental teve influência direta no programa RONDON, posteriormente com a

redemocratização e os estímulos e lutas sociais, houveram diferentes programas institucionalizados que contribuíram para a formação de professores no interior do estado do Amazonas

3 RONDON, PROING, PEFD-RP, PARFOR e a formação acadêmica: ontem e hoje

Ao longo das décadas, diferentes programas governamentais foram instituídos com diversos objetivos voltados para atender a sociedade amazônida e amazonense, fornecendo serviços básicos e também focando na formação de professores. Inicialmente, esse processo ocorreu de maneira não participativa, com o deslocamento de acadêmicos e técnicos das regiões do Sul, Sudeste e Nordeste para a Amazônia, principalmente para prestação de serviços e estabelecimento de uma formação básica.

Uma das primeiras medidas foi a transformação do ensino médio em um curso com capacitação de professores, denominado "magistério". Posteriormente, houve a institucionalização de programas exclusivamente voltados para a formação de professores, oferecendo cursos regulares e modulares em nível superior. Esses programas tinham como objetivo qualificar profissionais que já atuavam na educação básica, mas que não possuíam graduação, apenas o "magistério". Além disso, ocorreu o processo de plenificação, que consistia na segunda habilitação de licenciatura para aqueles que já possuíam ensino superior.

3.1 Projeto RODON

Carneiro (1977, p. 6) menciona que na década de 1970, houve dois movimentos importantes na educação no estado do Amazonas: i) correspondeu pela "licenciatura de 1.º grau ou de curta duração realizada nos municípios de Tefé, Parintins, Humaitá e Benjamin Constant, através de convênios celebrados entre a Secretária de Educação e Cultura, o Ministério do Interior" com as diferentes frentes do Projeto Rondon, "a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bauru e as universidades que instalaram "campi avançados" no interior do Estado do Amazonas"; ii) foi baseada nos "supletivos de habilitação para professores leigos a nível de 1º e 2º graus, o primeiro através do rádio pelo sistema de recepção isolada"[25] enquanto que o segundo foi baseada na "forma tradicional" com aulas na cidade de Manaus "e em vários municípios para onde eram deslocados professores da capital".

Como é mencionado por Carneiro (1977), houve no estado do Amazonas entre as décadas de 1960, 1970 e 1980 a presença de campis avançados de universidades exógenas a Amazônia, com a instalação de infraestrutura para a operação de cursos de curta duração para a formação de profissionais nas cidades do interior do estado nas cidades de Tefé, Humaitá, Benjamin Constant e Parintins, existindo um total de 22 campis avançados no Brasil e sendo instalado uma em cada cidade mencionada anteriormente.

[25] De acordo com Carneiro (1977), o projeto foi implementado em 1972 com a denominação de Sumaúma.

Entre as décadas de 1960 e 1970, a criação dos campis universitários foi observado como uma ação política fundamental para propiciar a interiorização das universidades públicas no contexto de integração territorial, com a realização de ações diversas a partir da estrutura existente, oferecendo o estabelecimento de extensão universitária com a prestação de serviços à população, além da oferta de cursos de curta duração para professores e técnicos voltados para profissionalização.

O Campus Avançado de Tefé (CAF) teve sua implementação datando de 09 de agosto de 1969, na cidade de Tefé, com convênio estabelecido no período de 09/08/1969 a 09/08/1974, entre a Universidade Federal de Juiz de Fora, Prefeitura Municipal de Tefé e Projeto Rondon com atuação na saúde, educação e nos levantamentos socioeconômicos. Apresentando naquele momento uma atuação na educação baseada em:

> Curso de reciclagem na área de educação: Matemática e Educação Artística, Planejamento Escolar e Educação Física — Curso de ginástica escolar — Orientação e supervisão escolar — Curso de educação pré-escolar — Curso de reciclagem para professores de 1º grau — Curso de administração escolar — Supervisão pedagógica em grupos (Brasil, 1980, p. 74).

O Campus Avançado de Humaitá (CAH) teve sua instalação em 18 de novembro de 1972 na cidade de Humaitá com a presença das Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Faculdade de Odontologia de Bauru – USP, Fundação Educacional de Avaré, Faculdade de Ciências e Letras Sagrado Coração de Jesus, de Bauru e Fundação Universidade do Amazonas, atuando nos serviços de saúde, educação, levantamentos socioeconômicos, agropecuários e técnico (Brasil, 1980, p. 48). As ações voltadas a educação estavam centradas em: Curso de licenciatura de curta duração de 1º grau — Implantação de 2º grau profissionalizante em Humaitá — Curso de atualização pedagógica: reciclagem de professores — Assessoramento psicopedagógico às entidades educacionais — Assessoramento aos cursos supletivos — Curso de literatura luso-brasileira para o supletivo colegial de Humaitá — Curso de licenciatura de Pedagogia — Instalação de centro de recuperação para deficientes mentais — Instalação e manutenção do maternal e pré-primário no campus — Classes especiais para alunos com problemas de aprendizagem — Curso sobre recursos audiovisuais em educação — Cursos de fantoche e teatro — Levantamento sobre a escolaridade e pré-profissionalização na população escolar de Humaitá — Treinamento com professores pré-escolares na parte pedagógica (Brasil, 1980, p. 49).

Figura 8 - Construção das infraestruturas do Campus Avançado em Humaitá entre os anos de 1972 e 1973. Deslocamento dos estudantes entre o campus e a cidade de Manaus em 1973

Fonte: Imagens do Acervo de Mauro Cherobim.

O Campus Avançado do Alto Solimões (CAAS) teve sua instalação oficial em 19 de novembro de 1972, na cidade de Benjamin Constant, com convênios para implantação de dois momentos datando de 19/11/1972 a 28/11/1977 e renovado em 28/11/1977 a 28/11/1982, com as instituições: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Prefeitura Municipal de Benjamim Constant; Projeto Rondon pelas partes envolvidas com atuação exercida em serviços de saúde, educação, levantamentos socioeconômicos, agropecuários e técnico (Brasil, 1980, p. 38). O CAAS teve nas décadas de 1970 e 1980 as seguintes ações no âmbito da educação:

> Curso de nivelamento - capacitação de professores leigos rurais — Capacitação e reciclagem de professores bilíngues indígenas — Assessora mento psicopedagógico aos estabelecimentos educacionais — Colónia de férias — Levantamento educacional — Curso de licenciatura de curta duração do ensino de 1º grau (Brasil, 1980, p. 38).

O Campus Avançado de Parintins (CAP) foi criado em 09 de setembro de 1979, existindo porém, convênios que foram estabelecidos em diferentes momentos: i) em 22 de julho de 1969 foi assinado um termo de compromisso "Grupo de Trabalho Projeto Rondon/Universidade do Estado da Guanabara (UEG) e Prefeitura Municipal de Parintins" com prazo estabelecido entre 02/04/1970 a 01/04/1975; o segundo convênio ocorreu entre as seguintes instituições: Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Governo do Estado do Amazonas, Prefeitura Municipal de Parintins, Prelazia de Parintins e Projeto Rondon, com o objetivo de operar o campus avançado no período de 30/12/1975 a 29/12/1980 com ações voltadas para saúde, educação e em levantamentos

socioeconômicos (Brasil, 1980, pp. 62-63). O CAP teve ações voltadas para a educação com os "Projeto de educação de base; Programa "Tempo de Integrar" pela Rádio Alvorada" (Brasil, 1980, p. 64).

O projeto Rondon que esteve presente nestas cidades mencionadas com campis avançados, apresenta uma origem que remonta ao ano de 1968, quando foi criado por meio de Decreto de n.º 62.927, pelo Regime Militar, enquanto uma grande programa voltado exclusivamente para a extensão universitária de escala nacional em um contexto fortemente marcado pelo discurso oficial que era de "convocar a juventude e a universidade a participar do processo de integração nacional, seguindo a lógica nacionalista de ocupação e defesa do território", com a região Amazônica enquanto área de maior atuação do projeto (Silveira; Pinheiro, 2017, p. 373).

Um dos primeiros projetos que buscou ofertar serviços diversos e com formação de curta duração foi o projeto RONDON com diversas frentes, mas não forma professores, pois os projetos com diferentes abordagens eram de extensão.

O projeto Rondon apresentou uma diversidade de críticas dos dois polos ideológicos, uma centrada na discussão de que o projeto corresponderia em uma ação de espionagem dos Estados Unidos no território, enquanto que o outro apresentava um conjunto de críticas que esteve centrado na possibilidade de deslocar jovens submersíveis ao Estado e ao Regime daquele momento para a Amazônia, assim como, um gasto colossal de recursos públicos e dissentimentos internamente das universidades com professores e estudantes que passavam meses fora do campus central para estagiar nos campis avançados (Frank, 2020).

Os cursos iniciados e o funcionamento dos campi avançados mantiveram-se ainda na década de 1980. No entanto, a partir da década de 1990, o curso de graduação em Geografia da UFAM (Universidade Federal do Amazonas) deu início ao processo de interiorização.

3.2 PROING - Programa de Interiorização da Graduação

A necessidade de expandir o oferecimento do curso de graduação para além da capital amazonense correspondeu em uma ação política que visou a desconcentração da oferta de vagas de graduação por parte da UFAM no estado do Amazonas, iniciando esse processo na gestão superior do professor Dr. Marcus Luiz Barroso Barros que foi reitor entre os anos 1989 a 1993, incentivando o processo de expansão da oferta do curso superior público no estado do Amazonas naquele momento[26].

Esse processo de interiorização foi um movimento articulado com as mudanças globais e com a realização de conferências sobre a educação para todos. Nesse contexto

[26] Ver mais em: Jornal do Commercio (16/04/1992, p. 8).

global, Bello (2008, p. 48) destaca que em 1990 ocorreu a Conferência da Educação para Todos na Tailândia, com a participação do Brasil, que posteriormente se tornou signatário da Declaração Mundial de Educação para Todos. Nessa declaração, o país assumiu a "responsabilidade de garantir o direito à educação para todos, uma condição já presente na Constituição de 1988".

Bello (2008) comenta que a partir da década de 1990, o país perpassou por mudanças no que tange à titulação em nível superior de professores, com um dos marcos o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que se insere no contexto internacional de melhoria da qualificação dos professores da educação básica. Esse movimento interno teve substanciais incentivos como menciona a autora, principalmente com orientações advindas do Banco Mundial (BM) e da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), tendo no Brasil o Ministério da Educação (MEC) um dos aparelhos que vai atuar na divulgação e implementação de medidas para a interiorização da formação superior.

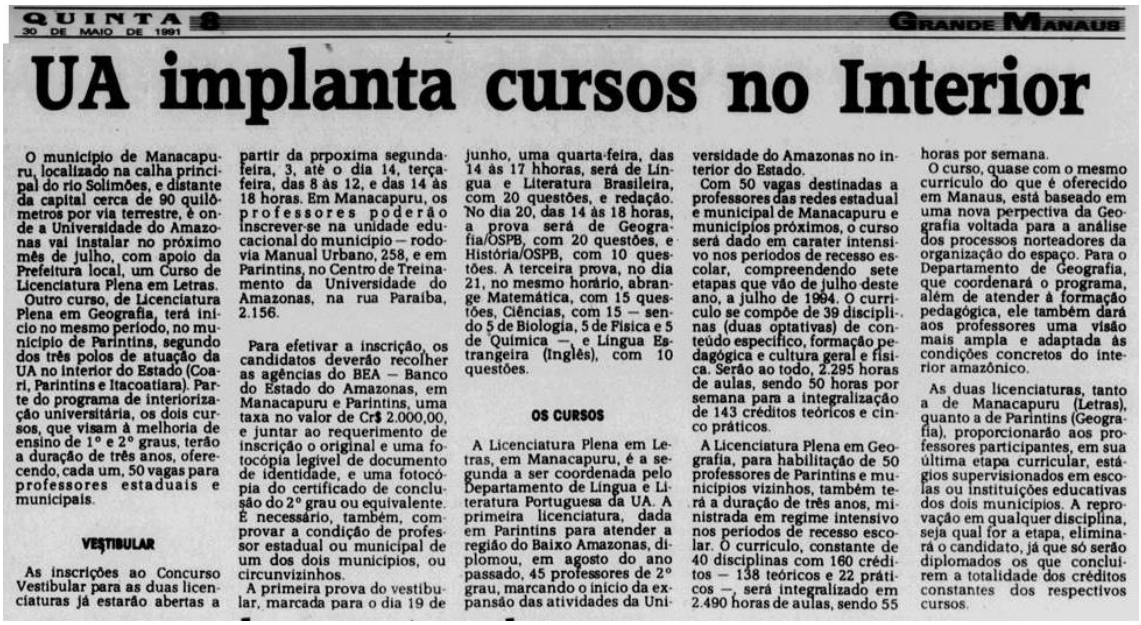
Na década de 1990, Bello (2008, p. 63) afirma que o país "procurou seguir o movimento mundial de certificação do magistério da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental mediante a implementação de iniciativas voltadas para a formação superior em massa" a partir da criação de programas voltados para o oferecimento de cursos com turmas presenciais.

Nesse contexto, o significado de interiorização muda de maneira radical, pois anteriormente o processo de formação ocorria por meio da tutela de outras universidades e de programas como o RONDON enquanto mecanismo de interiorizar serviços, formação e os jovens para terem uma vivência da realidade brasileira -conhecer o território- e até se fixarem na região, mudando-se para um processo de interiorização baseado no oferecimento de um curso de graduação com oito semestres e a participação de docentes vinculados ao departamento de Geografia da UFAM, em funcionamento em Manaus desde a década de 1980, ou seja, rompe-se a lógica instaurada juntamente com a interiorização e passa-se a construir a formação com a estrutura profissional existente e já atuante na universidade.

O primeiro programa robusto de interiorização da formação superior foi estabelecido em 1990, voltado para a formação de professores na cidade de Parintins, que durante vários anos apresentou um campi avançado e que passava a ser gerido pela UFAM. O Programa de Interiorização da Graduação (PROING) foi criado visando o oferecimento inicial dos cursos de graduação de Geografia[27] e Letras nas cidades do interior como foi divulgado em jornal local (Figura 9).

[27] Consepe 009/1991 1991 Resolução REFERENDAR a Portaria n° 997/91, de 14 de maio de 1991, aprovando o Projeto de Implantação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia, a ser realizado em Parintins.

Figura 9 - Divulgação da interiorização em jornal local



QUINTA 30 DE MAIO DE 1991 8 GRANDE MANAUS

UA implanta cursos no Interior

O município de Manacapuru, localizado na calha principal do rio Solimões, e distante da capital cerca de 90 quilômetros por via terrestre, é onde a Universidade do Amazonas vai instalar no próximo mês de julho, com apoio da Prefeitura local, um Curso de Licenciatura Plena em Letras.

Outro curso, de Licenciatura Plena em Geografia, terá início no mesmo período, no município de Parintins, segundo dos três polos de atuação da UA no interior do Estado (Coari, Parintins e Itacoatiara). Parte do programa de interiorização universitária, os dois cursos, que visam à melhoria de ensino de 1º e 2º graus, terão a duração de três anos, oferecendo, cada um, 50 vagas para professores estaduais e municipais.

VESTIBULAR

As inscrições ao Concurso Vestibular para as duas licenciaturas já estarão abertas a partir da prpoxima segunda-feira, 3, até o dia 14, terça-feira, das 8 às 12, e das 14 às 18 horas. Em Manacapuru, os professores poderão inscrever-se na unidade educacional do município — rodovia Manual Urbano, 258, e em Parintins, no Centro de Treinamento da Universidade do Amazonas, na rua Paraíba, 2.156.

Para efetivar a inscrição, os candidatos deverão recolher as agências do BEA — Banco do Estado do Amazonas, em Manacapuru e Parintins, uma taxa no valor de Cr$ 2.000,00, e juntar ao requerimento de inscrição o original e uma fotocópia legível de documento de identidade, e uma fotocópia do certificado de conclusão do 2º grau ou equivalente. É necessário, também, comprovar a condição de professor estadual ou municipal de um dos dois municípios, ou circunvizinhos.

A primeira prova do vestibular, marcada para o dia 19 de junho, uma quarta-feira, das 14 às 17 hhoras, será de Língua e Literatura Brasileira, com 20 questões, e redação. No dia 20, das 14 às 18 horas, a prova será de Geografia/OSPB, com 20 questões, e História/OSPB, com 10 questões. A terceira prova, no dia 21, no mesmo horário, abrange Matemática, com 15 questões, Ciências, com 15 — sendo 5 de Biologia, 5 de Física e 5 de Química —, e Língua Estrangeira (Inglês), com 10 questões.

OS CURSOS

A Licenciatura Plena em Letras, em Manacapuru, é a segunda a ser coordenada pelo Departamento de Língua e Literatura Portuguesa da UA. A primeira licenciatura, dada em Parintins para atender a região do Baixo Amazonas, diplomou, em agosto do ano passado, 45 professores de 2º grau, marcando o início da expansão das atividades da Universidade do Amazonas no interior do Estado.

Com 50 vagas destinadas a professores das redes estadual e municipal de Manacapuru e municípios próximos, o curso será dado em carater intensivo nos períodos de recesso escolar, compreendendo sete etapas que vão de julho deste ano, a julho de 1994. O currículo se compõe de 39 disciplinas (duas optativas) de conteúdo específico, formação pedagógica e cultura geral e física. Serão ao todo, 2.295 horas de aulas, sendo 50 horas por semana para a integralização de 143 créditos teóricos e cinco práticos.

A Licenciatura Plena em Geografia, para habilitação de 50 professores de Parintins e municípios vizinhos, também terá a duração de três anos, ministrada em regime intensivo nos períodos de recesso escolar. O currículo, constante de 40 disciplinas com 160 créditos — 138 teóricos e 22 práticos —, será integralizado em 2.490 horas de aulas, sendo 55 horas por semana.

O curso, quase com o mesmo currículo do que é oferecido em Manaus, está baseado em uma nova perpectiva da Geografia voltada para a análise dos processos norteadores da organização do espaço. Para o Departamento de Geografia, que coordenará o programa, além de atender à formação pedagógica, ele também dará aos professores uma visão mais ampla e adaptada às condições concretos do interior amazônico.

As duas licenciaturas, tanto a de Manacapuru (Letras), quanto a de Parintins (Geografia), proporcionarão aos professores participantes, em sua última etapa curricular, estágios supervisionados em escolas ou instituições educativas dos dois municípios. A reprovação em qualquer disciplina, seja qual for a etapa, eliminará o candidato, já que só serão diplomados os que concluírem a totalidade dos créditos constantes dos respectivos cursos.

Fonte: Jornal do Commercio (30 maio 1991, p. 8).

No caso dos cursos de Geografia a formação ocorreu das turmas em "regime especial, com aulas concentradas nas férias" dos professores que já atuavam no magistério, com aulas realizadas de "maneira intensiva" com "dois períodos por dia dentro do período letivo" (Bello, 2008, p. 69).

Esse processo de formação iniciou-se com a formação de turma em cidades que apresentavam um grau de centralidade local e regional na rede urbana amazonense, pois as cidades que consistem em nó da rede de transportes e que também apresentam maior centralidade tendem a possuir uma articulação com as demais cidades e o tempo de circulação fluvial vária em poucas horas.

Sobre o curso de Geografia oferecido em Parintins destaca-se:

> A Licenciatura Plena em Geografia, para habilitação de 50 professores de Parintins e municípios vizinhos, também terá a duração de três anos, ministrada em regime intensivo nos períodos de recesso escolar. O currículo, constante de 40 disciplinas com 160 créditos – 138 teóricos e 22 práticos – será integralizado em 2.490 horas de aula, sendo 55 horas por semana. O curso, quase com o mesmo currículo do que é oferecido em Manaus, está baseado em uma nova perspectiva da Geografia voltada para análise dos processos norteadores da organização do espaço. Para o Departamento de Geografia, que coordenará o programa, além de atender à formação pedagógica, ele também dará aos professores uma visão mais ampla e adaptada às condições concretas do interior amazônico (Jornal do Commercio, 30 maio 1991, p. 8).

A presença da Geografia nesse primeiro programa robusto de interiorização teve uma participação e articulação com a presença do professor Dr. José Aldemir de Oliveira

que foi um entusiasta e defensor da interiorização das atividades acadêmicas, apoiando o programa e a participação do departamento, visando beneficiar diferentes grupos sociais localizados em diversos municípios, formando professores para além da capital amazonense[28].

Na década de 1990, houve duas turmas de Geografia instituídas no âmbito do PROING, a primeira foi na cidade de Parintins e a segunda turma foi na cidade de São Gabriel da Cachoeira[29]. A primeira turma teve a coordenação do professor Dr. José Alberto Lima de Carvalho, ocorrendo a utilização das infraestruturas existentes para a oferta do curso aos estudantes que naquele momento atuavam na educação básica, mas sem uma formação superior.

A formação da turma de São Gabriel da Cachoeira foi coordenada pela professora Dra. Ivani Ferreira de Farias e apresentou a característica de ser composta majoritariamente por indígenas, incluindo povos Tikuna, Dessana, Baniwa, Yanomami, entre outros, além de migrantes. Também havia a presença de professores e militares que atuavam na cidade, bem como estes últimos nas bases militares do município.

Ainda na década de 1990, foi estruturado outro programa e que vai aparecer nos documentos oficiais como uma ação conjunta voltada para a formação de professores nas cidades do estado do Amazonas.

3.3 PEFD-RP - Programa Especial de Formação Docente da Rede Pública

O segundo programa de democratização do acesso à formação docente foi organizado a partir da década de 1990 e manteve-se até os anos 2000 com a denominação de Programa Especial de Formação Docente da Rede Pública (PEFD-RP), contribuindo para a formação de turmas de graduação, bem como de geógrafos licenciados pela UFAM.

Nos poucos documentos disponíveis nos repositórios institucionais da UFAM com consulta *online*, consta que o PROING e o PEFD-RP foram realizados de maneira concomitante até o final da década de 2000, contribuindo para a proposta de formação de professores visando atender os estabelecimentos de ensino básico nas cidades amazonenses.

Em 2005[30], a UFAM com cursos de graduação em funcionamento na estrutura modular havia formado pelo PROING e pelo PEFD-RP professores nas cidades de

[28] Informação obtida em entrevista com o professor Dr. Manuel Masulo em 07 de fevereiro de 2024.

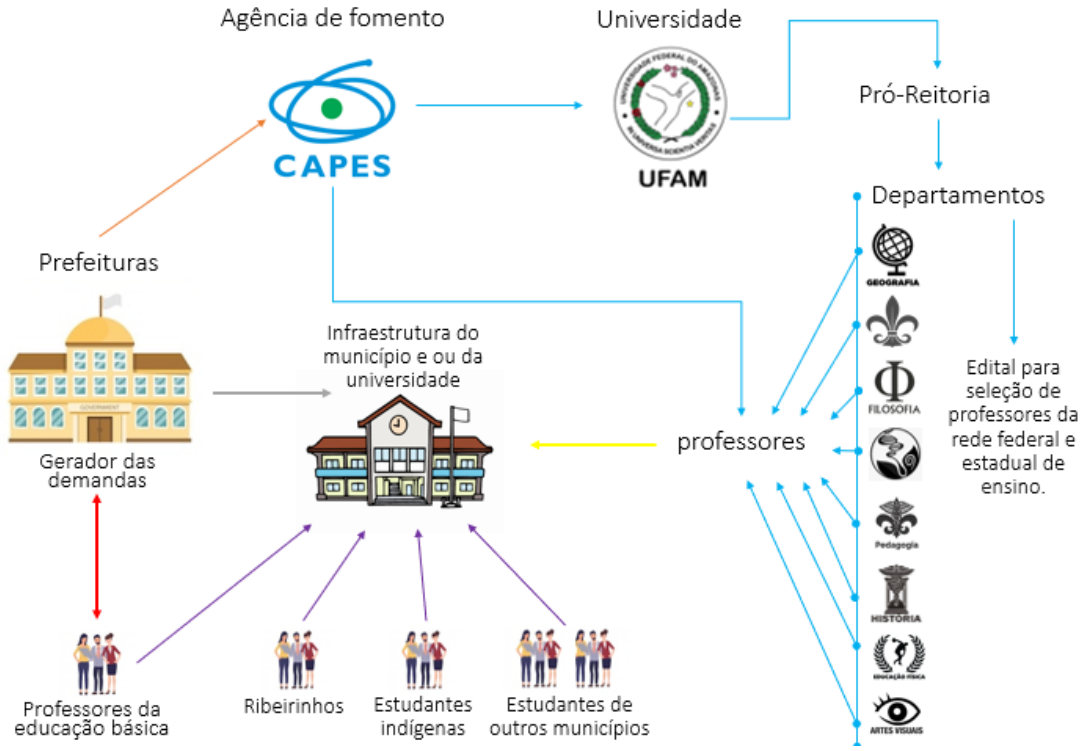
[29] Consepe 009/1991 1991 Resolução REFERENDAR a Portaria n° 997/91, de 14 de maio de 1991, aprovando o Projeto de Implantação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia, a ser realizado em Parintins, Consepe 014/1997 1997 Resolução CRIA o Curso /Turma de Licenciatura Plena em Geografia no Núcleo Alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira.

[30] "Com cursos presenciais desde 1955 no interior do Estado, a Ufam (Universidade Federal do Amazonas) entrega 3.517 diplomas para os graduados dos cursos de Pedagogia, História, Geografia, Letras, Ciências

Itacoatiara, Parintins, Benjamin Constant, Tabatinga, Maués, Coari, Humaitá, São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Iranduba, Novo Airão, Manacapuru, Manicoré, Borba, Careiro da Várzea, Presidente Figueiredo, Urucará, Eirunepé, Envira, Carauari e Lábrea (Jornal do Commercio, 23 dez. 2005, p, 23).

Esse processo de formação não ocorre sem uma articulação institucional e política para estabelecer as turmas de graduação. No período atual, a formação pelo PARFOR ocorre por meio de articulação institucional entre as prefeituras[31], universidade e Capes (figura 10), pois as prefeituras precisam demandar para a instituições públicas como a CAPES a necessidade de abertura de turmas. Neste caso, o papel dos prefeitos, secretários e vereadores é fundamental para identificar essa demanda e potencializar a qualificação dos professores que atuam nas escolas do ensino básico, levando as demandas para as instituições que organizam as documentações e alocação de recursos para firmar os convênios, abertura de editais para inserção de professores e editais para vestibular, organização do calendário com as disciplinas e o início das aulas com as turmas.

Figura 10 - Croqui representando a organização do processo de formação e os atores institucionais envolvidos



Fonte: Org. pelo autor.

Naturais, Matemática, Ciências Biológicas, Educação Física, Administração e Agropecuária, em decorrência do reconhecimento desses cursos pelo MEC, do Programa Especial de Formação Docente da Rede Pública e do Programa de Interiorização da Graduação" (Jornal do Commercio, 20 dez. 2005, p. 2).

[31] Ver sobre esse papel das prefeituras em Filizola (2012).

Com isso, fica claro que o papel político na escala municipal é fundamental para articular esse processo de formação dos professores, pois é justamente o município que demanda para as demais instituições o manifesto de solicitação de abertura de turmas, além disso, as instituições públicas de ensino superior e a CAPES assumem a missão de ofertar as turmas e com recursos para custear parte do processo de formação com bolsas destinadas ao corpo docente envolvido, coordenadores locais e professores, passagens e diárias.

3.4. O que é o PARFOR no Amazonas?

O Governo Federal dentro da proposta de expansão da oferta de cursos em nível superior, instituiu em 2009 o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), consistindo em uma importante ação com financiamento público oriundo da CAPES que almeja "permitir a professores em exercício na rede pública de educação básica o acesso à formação superior exigida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)" (Brasil, 2024).

Visando reforçar o caminhar da formação docente foi aprovado por Lei de n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, Plano Nacional de Educação (PNE) com as seguintes diretrizes:

> I - erradicação do analfabetismo;
> II - universalização do atendimento escolar;
> III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
> IV - melhoria da qualidade da educação;
> V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
> VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
> VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
> VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
> IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
> X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (Brasil, 2014).

Institucionalmente, o programa "abre todos os anos turmas especiais em cursos de licenciatura e em programas de segunda licenciatura, na modalidade presencial, exclusivas para educadores das redes públicas que não possuem formação superior na área em que atuam" (Brasil, 2024), mas deve-se mencionar que a demanda é apresentada pelos municípios que a partir da figura de atores políticos como os secretários da

educação municipal ou o próprio prefeito que demanda a solicitação para as universidade públicas para iniciar a tramitação e o estabelecimento do convênio, envolvendo a prefeitura, universidade e a CAPES, a rigor, esses três atores são fundamentais para a operacionalização e sucesso no processo de formação dos professores nas cidades.

O PARFOR trata-se de uma continuidade das ações governamentais de formação dos professores da rede básica de ensino nos municípios, correspondendo por "um programa emergencial criado para permitir a professores em exercício na rede pública de educação básica o acesso à formação superior exigida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)", com aporte de recursos oriundo da Capes que "financia a oferta de turmas especiais, na modalidade presencial, implantadas em cursos de licenciatura gratuitos e de qualidade" (Brasil, 2024, S/P).

Atualmente o PARFOR apresenta três principais objetivos:

i) Fomentar a oferta de cursos de licenciatura cujas propostas pedagógicas atendam às especificidades da formação inicial de professores em serviço;
ii) Oferecer aos professores da rede pública de educação básica oportunidade de acesso à formação específica de nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;
iii) Estimular a aproximação entre a educação superior e a educação básica, tendo a escola onde o professor trabalha como espaço privilegiado de formação e de pesquisa (Brasil, 2013).

Bunhi Pinto *et al.* (2020) afirmam que programa consiste em conjunto de ações entre o Ministério da Educação em articulação colaborativa com as secretarias estaduais e municipais referentes a educação e em conjunto com as Instituições de Ensino Superior, com o propósito de identificar e de ofertar cursos superiores de licenciatura aos professores que já exercem o pleno trabalho como docente nas escolas de ensino básico sem o processo de formação com uma graduação conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O PARFOR corresponde no período atual no principal programa de formação de professores nas cidades brasileiras não atendidas por cursos regulares de ensino superior, possibilitando uma capilaridade do ensino superior voltado exclusivamente para a formação de professores e atendendo diferentes demandas para qualificação de professores da rede básica de ensino. Atualmente diversas universidades como a UFAM, UEA, UEPA, UFPA, UNIFESSPA e entre outras estão credenciadas ou já tiveram turmas de graduação modular nas cidades.

A "formação pode contribuir diretamente na qualidade do processo de aprendizagem" (Oliveira *et al.*, 2022, p. 81) no âmbito das salas de aula, pois no contexto regional amazônico, as formações estabelecidas por meio do PARFOR foram relevantes para diversos professores(as), pois correspondeu por uma "oportunidade de discussão,

reflexão e reconstrução do trabalho docente", sendo possível por meio da política pública "que tem viabilizado, mesmo com todos os desafios, o cumprimento do compromisso formativo firmado a nível nacional" (Oliveira *et al.*, 2022, p. 90).

O programa teve na escala nacional entre os anos de 2009 a 2019, um total de 2.598 turmas concluídas e 53.512 professores formados, com a participação de 104 Instituições de Ensino Superior (IES) com 510 municípios com turmas implantadas e cerca de 3.300 municípios com professores matriculados (Bunhi Pinto *et al*., 2020, p. 776). No contexto regional:

> Vale destacar que o Parfor/UFAM já chegou a atuar em 40 municípios dos 62 que compõem o Estado do Amazonas. O Plano esteve em: Alvarães; Autazes; Barreirinha; Benjamin Constant; Boa Vista do Ramos; Borba; Caapiranga; Careiro; Careiro da Várzea; Coari; Codajás; Eirunepé; Envira; Fonte Boa; Humaitá; Iranduba; Ipixuna; Itacoatiara; Itamarati; Jutaí; Juruá; Lábrea; Manacapuru; Manaquiri; Manaus; Manicoré; Maraã; Maués; Nova Olinda do Norte; Novo Airão; Parintins; Santa Isabel do Rio Negro; São Gabriel da Cachoeira; São Paulo de Olivença; Tabatinga; Tefé; Tonantins; Uarini; Urucará; Urucurituba (Oliveira *et al.*, 2022, p. 89).

As turmas de Geografia que foram sendo formadas apresentaram desde o seu início estudantes que posteriormente foram graduados em licenciatura que residiam em vários locais dos municípios, deslocando as vezes por horas ao longo de ramais não asfaltados e por água ao longo de paranás, rias fluviais, lagos e rios para chegarem nos locais onde estavam ocorrendo as aulas, locais estes que consistiam em escolas municipais e estaduais que eram cedidas para ocorrer as aulas da graduação.

Nas turmas podemos identificar pelos menos três tipos de deslocamentos: i) deslocamento urbano realizado a pé, de bicicleta ou em motocicletas entre a moradia do estudante e a escola; ii) deslocamento via fluvial em embarcações pequenas do tipo rabeta, bajara, voadeira, de propriedade própria ou cedida para deslocar-se da moradia situada em vilas, vilas indígenas e comunidades; iii) deslocamento com o uso de embarcações do tipo lancha e barcos regionais com percursos de dezenas de quilômetros ou de horas. Ocorrendo deslocamentos diários, principalmente quando o percurso é de poucos minutos ou horas entre a escola e a residência, mas havendo deslocamento de horas (4 - 6 horas) e a permanência temporária dos estudantes nas cidades onde está ocorrendo a formação superior.

Em todos os casos os estudantes se reorganizam internamente com suas famílias para cursar o ensino superior, pois quase todos desempenham atividades na cidade ou nas comunidades, principalmente com produção agrícola ou trabalhando em serviços e até mesmo como docente no ensino básico. Com isso, ocorrem diferentes reorganizações internas no âmbito familiar, pois além do tempo de estudo em sala de aula, existe o tempo de deslocamento e as vezes de permanência temporária na cidade, isso requer diferentes acordos e esforços para cursar o ensino superior.

Esses três tipos de deslocamentos correspondem pela existência de uma dispersão do povoamento da Amazônia, principalmente ribeirinha, com cidades, distritos, vilas e comunidades localizados ao longo dos rios, existindo toda uma fluidez das pessoas, informações e cargas pelas águas. Chama-se a atenção com isso, que existem pelo menos três importantes escalas espaciais dessa circulação dos estudantes: deslocamento urbano; deslocamento para o entorno da área urbana e pode ser pelos ramais ou pelos rios; deslocamento longínquo com horas de viagem.

Ao longo de mais de três décadas, o Departamento de Geografia da UFAM participou da formação de 19 turmas de graduação modular formando mais de 500 professores no estado do Amazonas em 14 municípios, contribuindo positivamente com a missão de interiorizar a formação superior e com a qualificação profissional de docentes que atuam na rede pública municipal e estadual em escolas localizadas nas sedes, nas áreas rurais, ribeirinhas e indígenas.

Esse processo de formação ocorreu mediante articulação institucional e esforço de coordenação, havendo ainda financiamento para a operacionalização dos cursos. O processo de formação de professores com os cursos de graduação consiste em um trabalho relevante e desafiador, primeiramente pelas diferentes necessidades de qualificar os professores com uma formação solida, mas também apresentando diferentes desafios no âmbito dos transportes dos professores e materiais de apoio ao ensino.

Quadro 3 - Turmas de graduação em Geografia da UFAM

Ano	Cidade	Programa	Turma
1992-1995	Parintins	PROING	1
1997-2001	São Gabriel da Cachoeira	PROING	1
2000-2003	Humaitá	PEFD-RP	1
2000-2003	Itacoatiara	PEFD-RP	1
2000-2003	Manacapuru	PEFD-RP	1
2002-2005	Manaus	PEFD-RP	1
2003-2007	Coari	PROING	1
2010	São Gabriel da Cachoeira	PARFOR	1
2010	Eirunepé	PARFOR	1
2010	Coari	PARFOR	1
2010	Envira*	PARFOR	1
2010	Manaus*	PARFOR	1
2011	Manaus*	PARFOR	1
2012	Jutaí	PARFOR	1
2012	Manaus*	PARFOR	1
2012	Coari	PARFOR	1
2012	Codajás	PARFOR	1
2012	Maués	PARFOR	1
2019-2024	Uarini	PARFOR	1

Nota: Org. pelo autor.

*Segunda Licenciatura
https://antigoproeg.ufam.edu.br/attachments/163_edital_parfor_2011_1.pdf
Fontes: https://antigoproeg.ufam.edu.br/attachments/163_edital_n_55_2011_parfor.pdf
https://antigoproeg.ufam.edu.br/attachments/163_edital_n067_2010-processo_seletivo_simplificado_parfor.pdf
https://antigoproeg.ufam.edu.br/attachments/163_2010_2_edital.pdf
https://antigoproeg.ufam.edu.br/attachments/472_EDITAL%20N%C2%BA%20028_2012%20CONSOLIDADO.pdf
https://antigoproeg.ufam.edu.br/attachments/163_edital_parfor_2011_1.pdf

O processo de formação do professores no interior do Amazonas apresenta uma dupla contribuição positiva, a primeira corresponde pela qualificação dos professores que atuam ou que foram atuar na educação básica após a obtenção do título acadêmico de graduação em licenciatura plena, repercutindo em avanços na educação básica com professores formandos, além disso, deve-se pontuar que cada município corresponde por uma complexidade de processos e de dinâmicas em interação no espaço geográfico, sendo que cada viagem para trabalhar na formação dos professores representa também em verdadeiros trabalhos de campo de observação dos percursos ao longo das viagens, vivência nas cidades e na escola com as aulas, apreendendo os diferentes ritmos e articulando as concepções teóricas juntamente com os estudantes para a construção de interpretações geográficas da realidade em movimento.

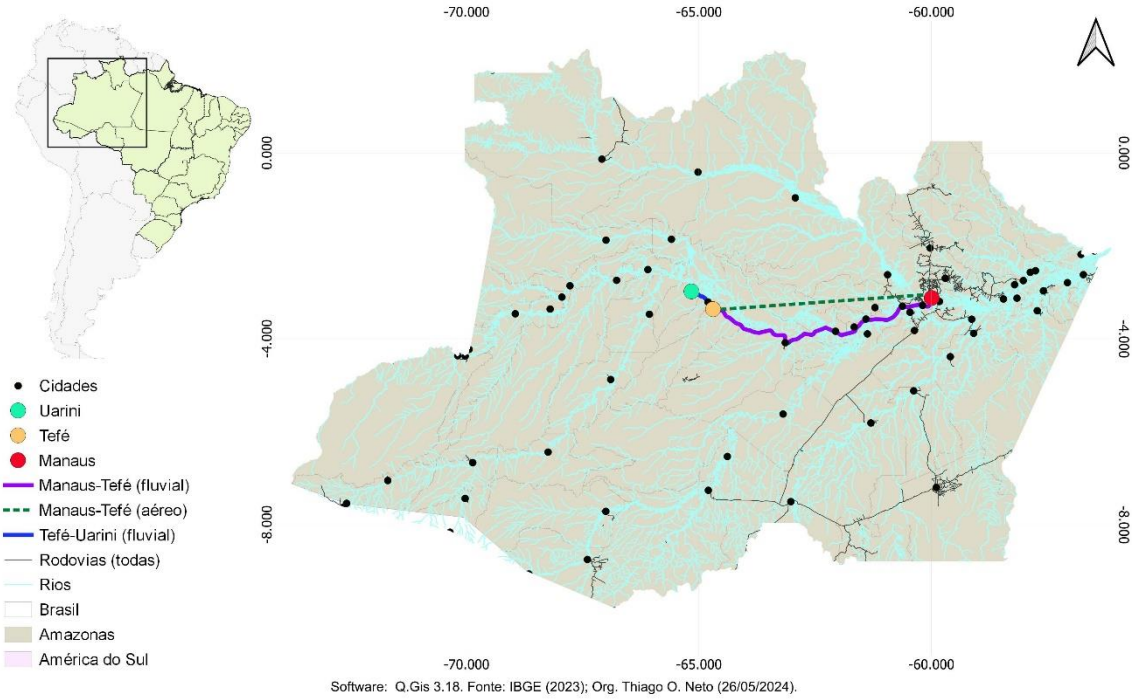
A formação dos professores no interior do estado não ficou parada após a expansão dos polos da UEA e dos campis da UFAM no interior do estado do Amazonas, pois diversas cidades ainda não possuem infraestruturas físicas e nem cursos regulares para a formação de profissionais, principalmente professores, com isso, mantém até hoje a formação de professores e atualmente o curso apresenta a formação de uma turma no médio Solimões, na cidade de Uarini/AM.

Um desses municípios que apresentam essa configuração geográfica é Uarini, conhecido popularmente como "Terra da Farinha Ovinha", o município está localizado na calha do rio Solimões, estando mais de 564 em linha reta, com 732 km via fluvial entre Manaus e Uarini (Figura 11), distâncias que rementem a "monstruosidade geográfica"[32] do estado do Amazonas.

Oliveira *et al.* (2022), mencionam que as turmas em curso de finalização como o caso de Uarini são oriundas da seleção que ocorreu por meio edital de 2018, tiveram suas atividades iniciadas a partir de junho de 2019.

[32] Esse termo foi utilizado pela primeira vez por Lysias Rodrigues em 1947 e posteriormente por Ricardo Nogueira quando menciona a divisão do estado em 2002.

Figura 11 - Percursos para chegar na cidade de Uarini



Nota: Org. pelo autor.

O município de Uarini assim como os demais do estado do Amazonas não apresenta unidades das universidades públicas, carecendo de instituições para formar turmas de graduação, principalmente na formação de professores, com isso, mecanismos institucionais foram sendo organizados para ofertar turmas de graduação voltados para a formação acadêmica por meio das universidades públicas, que no caso particular da Geografia houve diferentes esforços para propiciar a formação solida com diferentes experiências discentes e dos professores.

4 Realidades e espacialidades

No ano de 2018, foi firmando acordos e estabelecido entre as instituições prefeitura de Uarini/AM, Capes e a UFAM, para a implementação da oferta de um curso superior em Licenciatura em Geografia com estrutura modular no município mencionado. A seleção ocorreu e em julho de 2019, iniciou-se o semestre letivo com duas disciplinas na estrutura modular, porém com a pandemia de Covid-19, alastrando-se pelo mundo e de maneira feroz na Amazônia, as atividades acadêmicas presenciais foram suspensas pelo reitor da UFAM em 13 de março de 2020[33], visando reduzir a propagação do vírus na comunidade acadêmica, resultando na suspensão e retorno das aulas de maneira remota, com aulas presenciais a partir de maio de 2022.

Esse retorno das atividades com a continuação das aulas em regime presencial correspondeu por um marco importante de continuidade da formação, ainda mais, com aulas que apresentaram articulações entre teoria e realidade, trabalho de práticas de metodologias ativas e a realização de estágio supervisionado.

Antes de abordar o relatório de experiência dos estudantes e dos professores, traço algumas reflexões preliminares sobre o município de Uarini, distribuição espacial dos estudantes e as práticas de campo realizadas.

4.1 Os percursos: redes e circulação

O município de Uarini/AM apresenta uma sede constituída por uma cidade localizada no rio de mesma toponímia e que foi fundado no final do século XVII, transformado em município a partir de 31 de dezembro de 1982 no Governo Estadual de Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo[34]. No período atual o município apresenta 14.431 habitantes[35] e atividades econômicas relacionadas aos serviços e a produção de farinha, sendo bastante conhecido regionalmente, nacionalmente e até internacional pela excelente qualidade da farinha produzida pelas famílias e pelas pequenas industriais locais, existindo ainda duas fábricas de cerâmicas que produzem tijolos para os mercados locais e para o município de Alvarães.

O município apresenta uma área total de 10.274,677km², com terras indígenas (Miratu[36], Tupã-Supé[37], Jaquiri[38], Kumaru do Lago Ualá[39] [maior parte no município de

[33] Ver em: https://ufam.edu.br/noticias-destaque/1218-ufam-comunicado-oficial-coronavirus.html
[34] Uarini tem sua história vinculada à de Tefé, que remonta à aldeia fundada no fim do século XVII pelo jesuíta Samuel Fritz. Até fins do século XVII sucederam-se as disputas entre espanhóis e portugueses pelo domínio do território, só se consolidando a ocupação militar lusitana em 1790. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/uarini/historico. Município com 40 comunidades http://www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Uarini-2012.pdf
[35] Ver mais em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/uarini.html
[36] Ver mais em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3768
[37] Ver mais em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4061
[38] Ver mais em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3706
[39] Ver mais em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4021

Fonte Boa], Porto Praia[40]), e estando toda sua área localizada na planície amazônica. A sede municipal apresenta traços de vínculos com as dinâmicas dos rios, com a presença de um porto e de todo um nó de rede formado por fluxos fluviais e terrestres locais com veículos como motocicletas, triciclos de cargas e automóveis.

As cidades no estado do Amazonas apresentam uma formação centrada nas dinâmicas de circulação fluvial ou rodoviária. No caso da circulação fluvial, estas cidades foram originadas de um longo processo de ocupação e conquista territorial portuguesa, com o estabelecimento de fortes, missões religiosas e pontos de apoio às atividades de navegação e extração de recursos naturais. Por outro lado, as cidades formadas a partir da "segunda conquista da Amazônia" foram marcadas pelos grandes projetos e pela abertura de rodovias que interligavam parte desta região. No entanto, há uma outra parte dessa Amazônia que permanece fora dos holofotes, emergindo das águas com diversas espacialidades e a presença de vários grupos sociais, conforme mencionado por Nogueira (1999).

As cidades constituem em uma diversidade de formas espaciais construídas em diferentes momentos históricos e reunidos, constituindo em diversas centralidades e a presença de um modo de vida urbano com seus diversos objetos (rede de eletricidade, ruas, veículos, televisão, serviços etc.). Nas cidades ainda é possível identificar marcas de mudanças que ocorreram como mencionam Santos *et al.* (2002), Oliveira (2004) e Trindade Junior (2013), a rigor, quando se aproximava das cidades ribeirinhas, o primeiro objeto avistado era as torres das igrejas, a instituições religiosas marcaram profundamente a formação histórica das cidades e da sociedade amazônica, mas com os avanços técnicos as torres de telefonia móvel passaram a ser o principal objeto geográfico avistado de longe[41], ocorrendo de acordo com Trindade Junior (2021) a percepção de que a viagem se aproxima das cidades quando ocorre o rompimento da monotonia das viagens com as vibrações e sons emitidos pelos aparelhos celulares quando está sendo captado algum sinal emitido pelas torres situadas nas cidades.

Mas esse contexto até então mencionado por Trindade Junior (2021) e alterado com os avanços técnicos e que se fazem presentes nas embarcações com antenas pequenas capazes de receber sinais de *internet* oriundo de constelações de satélites de uma firma internacional, tal sinal é retransmitido na embarcação, passando a possibilitar para aqueles passageiros que pagam um valor (5 até 20 reais) a conectividade ao longo das viagens, passando não mais necessitar se aproximar das cidades para obter sinais de telefonia móvel para acessar a *internet* e possibilitar o envio de informações para as pessoas, o sinal de chegada a um lugar agora é percebido quando identifica-se as

[40] Ver mais em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4026

[41] "Hoje, em muitas cidades do Amazonas, talvez [a igreja] ainda seja o edifício mais suntuoso. Porém, um observador mais atento poderia dizer que o que primeiro se enxerga, até antes de se ver a cidade, é a torre de telecomunicações. Tanto a igreja quanto as antenas estão difundidas nas cidades do Amazonas, cada uma delas provocando mudanças na forma de pensar, ligando a um mundo específico" (Santos *et al.*, 2002, p. 363).

presença das casas das vilas que ficam próximos das cidades e pela desaceleração da embarcação para atracar nos pequenos portos.

Figura 12 - Cidade de Uarini com a vista da igreja e da torre de telefonia móvel

Fonte: Imagens do autor (6 fev. 2024).

Essas mudanças pontuadas anteriormente correspondem aos avanços técnicos e a sua presença nas cidades de maneira geral, pois apesar da distribuição desigual dos equipamentos técnicos, as demandas por fluidez de dados e de telecomunicações de uso corporativo e geral por parte de diferentes grupos sociais e a rentabilidade que isso gera as empresas de telefonia e de *internet*, catalisaram uma certa pulverização das torres e no período contemporâneo de cabeamentos de fibra ótica e de antenas de captação de sinais de *internet* via satélite.

As pequenas cidades apresentam diferentes contexto próprios e complexos (Oliveira, 2004), e apesar de serem pequenas apresentam transformações com a formação de centralidades urbanas com instituições públicas e privadas que tem sua localização alterada ao longo das décadas.

Oliveira (2004) analisando as cidades mencionam que o porto apresenta uma centralidade e uma importante porta de acesso e de saída da cidade ribeirinha, com conectividade com os outros lugares mediadas pelas viagens do transporte fluvial e suas diversas embarcações, mas devemos incluir ainda que hoje essa conectividade da cidade ribeirinha também ocorre no plano informacional, principalmente com a ampliação da aquisição dos serviços de *internet* via satélite a partir de 2022, aprofundamento das relações sociais e econômicas serem cada vez mais centradas nos usos dos aparelhos técnicos conectados à *internet*, isso pode ser lido enquanto um aprofundamento das relações econômicas na cidade com uma fluidez de dados e de dinheiro em tempo real, mas também com trocas de informações entre pessoas localizadas em outros lugares, permitindo ainda compras e divulgação da produção de farinhas e demais produtos para o principal mercado que está na cidade de Manaus.

A cidade de Uarini apresenta uma conectividade com o deslocamento de cargas e de passageiros somente pela via fluvial com a cidade de Manaus. O deslocamento entre as cidades mencionadas ocorre de diferentes maneiras: i) pelo tradicional transporte fluvial em barcos de recreio com viagem realizada em três dias e no *ferry boat* que passou a operar com uma viagem semanal com dois dias; ii) pelo deslocamento fluvial com a troca de lancha expresso/a jato na cidade de Tefé, o primeiro percurso sendo realizado

entre as cidades de Manaus e Tefé com 12h de deslocamento subindo o rio Solimões e no fluxo de retorno esse percurso ocorre em 11h descendo o rio, na cidade de Tefé ocorre o embarque na lancha que faz o percurso até a cidade de Uarini com um tempo de deslocamento para subir e descer os rios de 2h30 até 3h; iii) consiste no transporte aéreo entre Manaus e Tefé ou Tefé, Santa Izabel do Rio Negro e Manaus, com o deslocamento entre Tefé e Uarini sendo realizado somente por via fluvial em decorrência da ausência do oferecimento do transporte aéreo regular de passageiros.

Nesta breve descrição dos fluxos entre Manaus e Uarini, identifica-se a existência de uma centralidade da rede urbana regional fluvial constituída pela cidade Tefé, com aporte de serviços e correspondendo por um importante nó regional de transbordo de cargas e de baldeação de passageiros para as demais cidades e comunidades, ou seja, um nó de rede que conecta as principais ligações interestaduais e as ligações locais e intermunicipais de percursos de poucas horas de viagem.

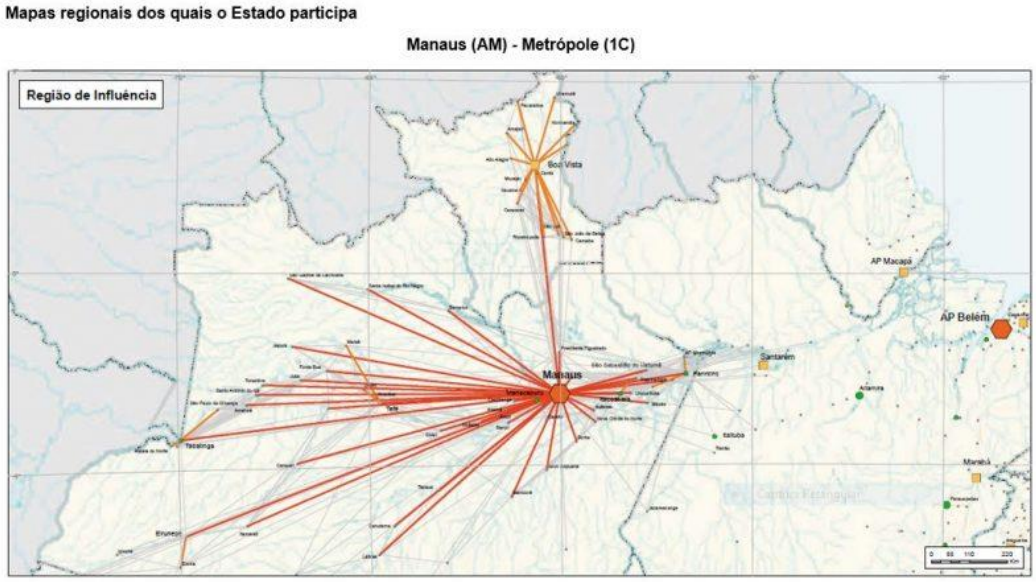
Esses fluxos compõem em parte os dinamismo e as centralidades existentes dentro da rede urbana, está pode ser compreendida enquanto "reflexo, meio e condição social, a rede urbana é parte integrante da sociedade e de sua dinâmica, incorporando e agindo sobre as suas contradições, conflitos e negociações" (Corrêa, 2004, p. 66).

Essa rede urbana apresentou ao longo das décadas mudanças diversas, uma delas como menciona Corrêa (1987) correspondeu pela complexificação de um padrão essencialmente fluvial para um padrão fluvial e rodoviário, formando novas conexões e articulações regional e inter-regionais, mas como ressalta Nogueira (1997) e Oliveira (1999) que nem toda a região foi alvo das políticas territoriais das décadas de 1970 e 1980, não havendo a construção de rodovias e de grandes projetos em toda a região, continuando a existir plenamente o transporte fluvial, sendo o principal elo formador da rede urbana amazonense, mas apesar de não ser atingida diretamente pelos "grandes projetos", isso não quer dizer que não houve e que não ocorra influência na área ribeirinha.

No âmbito dos estudos da rede urbana, podemos identificar, com base na classificação estabelecida pelo IBGE nos trabalhos intitulados 'Regiões de Influência das Cidades' (REGIC), uma hierarquização da rede urbana. Essa hierarquização é estabelecida com base na existência de serviços, fluxos e ocupação do território. Algumas cidades apresentam mais serviços, maior densidade demográfica e uma concentração maior de objetos técnicos do que outras. Isso as torna atrativas para aquelas que não possuem uma rede de serviços semelhante. Nesse contexto, surge uma polarização, a qual é exercida pelas diferentes centralidades que as cidades apresentam na rede urbana.

Nesse sentido, Corrêa (2004, p. 67) menciona que "nos estudos a respeito da estrutura dimensional da rede urbana, constatou-se a existência de redes macrocefálicas, comandadas por cidades primazes, isto é, cidades que são duas ou mais vezes maiores, demográfica e economicamente, que aquelas imediatamente abaixo em tamanho", como o caso das capitais estaduais na Amazônia Ocidental e no estado do Amazonas (Figura 13).

Figura 13 - Rede urbana estabelecida pelo IBGE



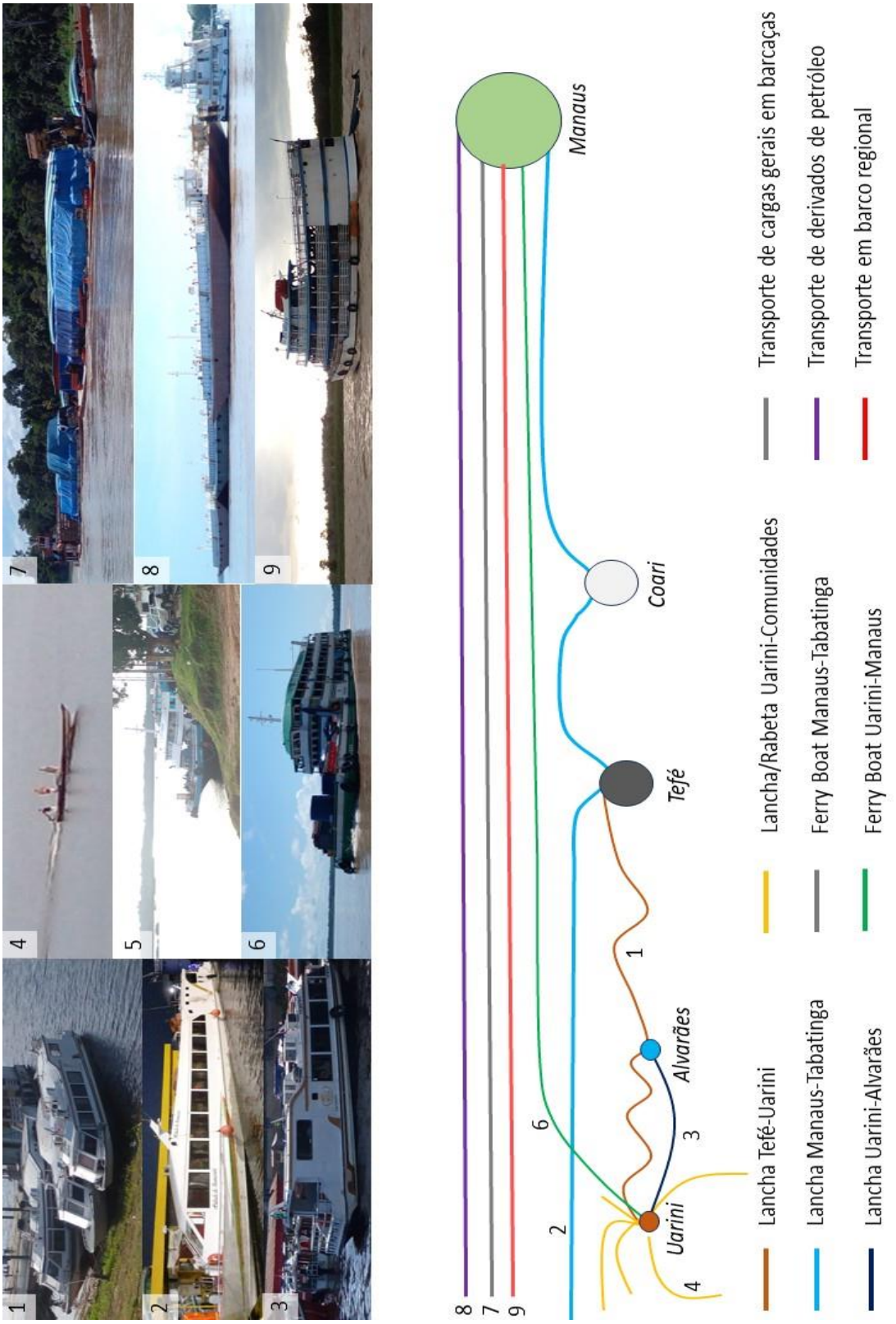
Fonte: IBGE.

Nogueira (1994) e Oliveira Neto e Nogueira (2019) mencionam que no estado ribeirinho do Amazonas existem diferentes modalidades de embarcações empregadas no transporte fluvial entre os lugares, apresentando pelo menos quatro importantes grupos: a) barco regional transportando cargas e passageiros entre as cidades; b) transporte de cargas gerais e cargas em granel em barcaças; c) transporte de derivados de petróleo em barcaças; d) transporte de cargas em cabotagem. Além desses quatros principais, identifica-se a existência de outras duas modalidades de transportes baseadas em lanchas e em rabetas nos deslocamentos locais.

David (2010, 2019) destaca que o transporte fluvial no Amazonas apresentou mudanças a partir do ano 2000 com a construção e operação de lanchas no transporte de passageiros entre as cidades amazonense, repercutindo na redução do tempo de viagem e transportando passageiros em poltronas ao invés dos tradicionais camarotes ou em redes juntamente com cargas gerais como ocorre em barcos regionais do transporte misto (cargas e passageiros).

O transporte fluvial apresentou ao longo das décadas diferentes evoluções logísticas e a inserção cada vez mais intensa das técnicas informacionais. Primeiramente houve evoluções que foram marcadas pela substituição das velas e remos por motores movidos a carvão, posteriormente o uso de motores a diesel de combustão interna utilizado em veículos para movimentar as embarcações, mas as mudanças não ficaram presentes somente aos motores, houve mudanças nas embarcações que antes eram de madeiras, ferro para o uso recente de materiais mais leves como alumínio e fibras de vidro.

Figura 14 - Icnografia das principais redes de transporte fluvial identificadas ao longo da viagem Manaus-Uarini



Fonte: Org. o autor.

No âmbito dos fluxos, identificou-se em viagem realizada em fevereiro de 2024, manifestações dos avanços técnicos e informacionais nos percursos realizados, o primeiro corresponde pela pulverização de antenas de sinal de *internet* via satélite presente nas embarcações do transporte fluvial, propiciando a comunicação entre as pessoas que viajam com aquelas que estão em outros lugares por meio de aplicativos de conversas e de compartilhamento de mensagens, fotos e vídeos, possibilitando ainda a realização de pagamentos por meio de aplicativos bancários, como pagar a passagem do transporte utilizando o PIX e para isso necessita de *internet*, ficando claro que o avanço da *internet* permitiu uma circulação mais frenética do dinheiro em seu estado virtual e não mais na forma de dinheiro impresso ou em moedas.

Essas modernizações que chegam aos territorios de maneira desigual, são apropriadas para diferentes fins, em alguns lugares essa conectividade possibilita que redes ilegais façam comunicações e transferencias econômicas instantâneas, enquanto que em outros lugares essa técnica é vital para as comunicações entre as pessoas e para a transmissão de dados refrentes as aulas ou mesmo acompanhar atividades remotas.

Figura 15 - Antenas de captação de sinal de internet via satélite presentes nas embarcações: a) lancha atracada no porto de Tefé; b) antena em círculo vermelho; c) lanchas do transporte local atracadas no porto na cidade Uarini com a presença de antenas de internet; d) antena em círculo vermelho

Fonte: Imagens do autor (6-7 fev 2024).

A segunda observação que se faz consiste no uso do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), conhecido popularmente como "gás de cozinha" e que passou a ser empregado no transporte fluvial de deslocamento local, com embarcações do tipo voadeiras metálicas e principalmente de madeira com o uso de botijão para alimentar o motor com gás, reduzindo custos pela substituição cabocla do uso de gasolina por GLP e em caso de naufrágio da embarcação o botijão apresenta flutuação, quando uma embarcação

naufraga com tambores e tanques precários de armazenamento de gasolina, este contamina os rios e gera danos ambientais na escala local.

Nogueira e Oliveira Neto (2021) comentam esse uso dos botijões nas voadeiras e isso tende a aumentar, pois o GLP apresenta maiores dificuldades de ser manipulado ou apresentar adulteração, problema recorrente com os demais derivados de petróleo como a gasolina e diesel que ao longo do circuito espacial produtivo com os transportes pode sofrer alterações com contaminantes (água, resíduos de outros combustíveis, detritos como areias) que prejudicam o funcionamento dos motores das embarcações e prejuízos aos ribeirinhos.

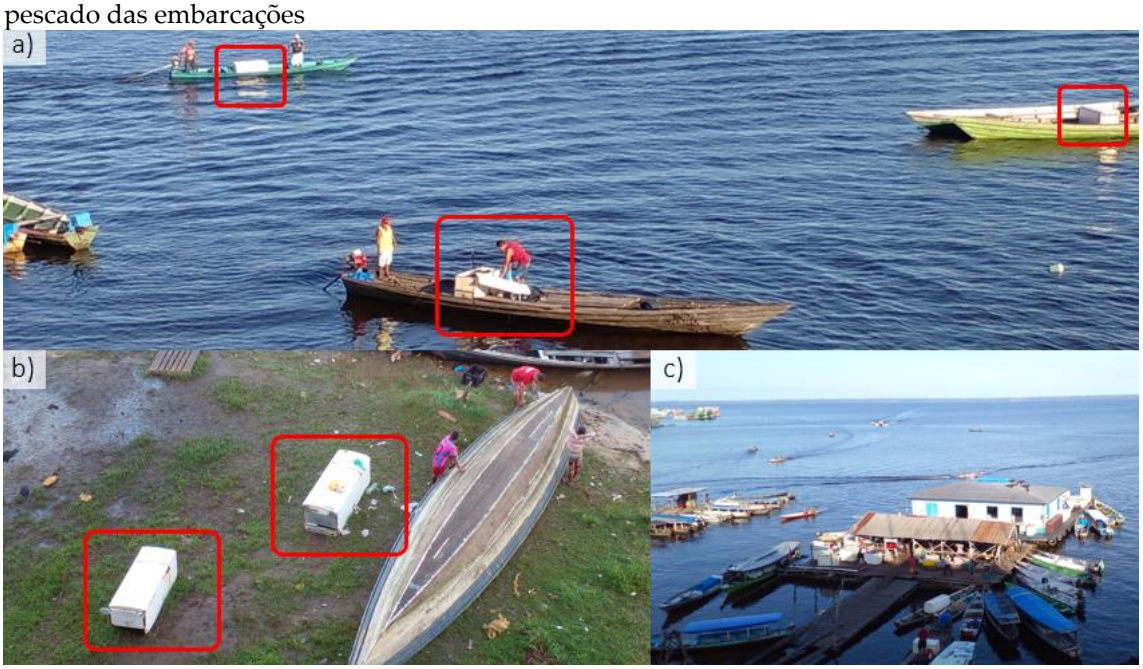
Figura 16 - Pequena embarcação denominada popularmente de "rabeta" com o uso de GLP em botijão (em círculo amarelo) no motor a combustão

Fonte: Imagem do autor (6 fev. 2024).

A terceira mudança identificada e que ocorreu no período atual é o uso ampliado de geladeiras e frízer seminovos em substituição as caixas de isopor para armazenar os pescados durante as atividades de pesca e seu transporte até um centro comercial "flutuante pesqueiro" onde ocorre a compra e o transbordo dos pescados dos frízer/geladeiras para serem armazenados, transportado em embarcações maiores para Manaus ou para o mercado internacional como a Colômbia e Peru ou comercializados nas feiras das cidades ribeirinhas.

Essa mudança cabocla apresenta duas características *sui generis*: substituição de um tipo de caixa feita com material de difícil reciclagem e que apresenta uma deterioração em curto intervalo de tempo, principalmente quando deslocada entre as embarcações, como se trata de material leve necessita de amarrações e estas danificam a estrutura e com o tempo perde-se a capacidade de manter a refrigeração e o tempo de conservação do pescado, enquanto que as geladeiras e frízer com o peso, pois trata-se de caixas metálicas com equipamentos apresentam pesos que não necessita de amarrações e reduz o medo de perder-se com ventos; as geladeiras ou frízer são aproveitados enquanto carcaças ou por inteiro com os equipamentos de refrigeração, quando aproveitado as carcaças a adição de gelo se faz necessária para manter a conservação do pescado.

Figura 17 - Voadeiras com geladeiras: a) três voadeiras com o uso de geladeiras; b) geladeiras nas margens do rio prontas para serem colocadas nas embarcações; c) local de recebimento do pescado das embarcações



Fonte: Imagens do autor em 06/02/2024.

Essas adaptações ribeirinhas fazem parte das diferentes complexidades e mudanças que se fazem presentes nas calhas dos rios Amazônicos, aproveitando-se dos avanços técnicos para permitir redução de perdas e potencializar a conservação e as trocas econômicas nas relações de compra e consumo.

Dias (1995) pontua que as redes ficam mais densas, seja pelos fluxos materiais de embarcações que vão tendo viagens semanais para diárias para atender as dinâmicas sociais e econômicas, mas também se nota estabelecimento de outras redes e estas baseadas nas técnicas informacionais que possibilitam a transferência de informações com curto intervalo de latência.

Pulverização imediata de serviços avançados do mercado financeiros e isso só ocorre mediante a existência de outras técnicas e redes, algo que Milton Santos já mencionava que uma técnica não consegue se realizar ou operar sem a existência de outras, sendo o sistema de PIX operante com a existência de pelo menos três outras técnicas: i) presença da rede elétrica nas comunidades, vilas e sedes municipais e que teve ampliação após o Programa Luz Para Todos (criado em meados de 2003 e que continua ampliando a rede, principalmente nas áreas rurais do país); ii) existência de redes de comunicação móvel e pulverização do uso de smartphone entre a sociedade; iii) ampliação da conectividade de *internet* antes cabeada, com sinal de rádio e hoje por meio de antenas com captura de sinal via satélite. Essas três redes instaladas em diferentes momentos do período atual consistiram na base material fundamental para a pulverização das trocas econômicas momentâneas com o uso de aplicativos do sistema financeiro e principalmente pelo PIX.

As oscilações das demandas econômicas por determinados produtos ocasionam em alguns casos, uma reorganização das atividades produtivas rurais, mas no caso do município de Uarini/AM mesmo quando o preço do quilo da farinha chegou a valores baixíssimos na ordem de R$ 0,25 no início da década de 2000, continuou-se a produzir farinha, não ocorrendo a substituição do cultivo de mandioca por outro. Com a valorização da farinha produzida no município nas últimas décadas a partir das diversas propagandas e pela própria qualidade que envolve sabor, houve um aumento crescente na produção e diversificação dos tipos de farinhas produzidas, visando atender diferentes mercados como feiras, supermercados e a exportação para mercados internacionais.

Esse dinamismo de produção de farinha estimulou outras atividades econômicas no município, duas delas foi abertura de lojas voltadas exclusivamente na comercialização de farinhas e com filial na cidade de Manaus, ampliação do serviço de transporte fluvial em barcos como *ferry boat* transportando cargas, encomendas e passageiros na linha Manaus-Uarini-Manaus, transporte diário de passageiros e de encomendas na ligação Tefé-Uarini-Tefé, tendo em vista que está última cidade corresponde por um importante nó de rede regional na calha do rio Solimões.

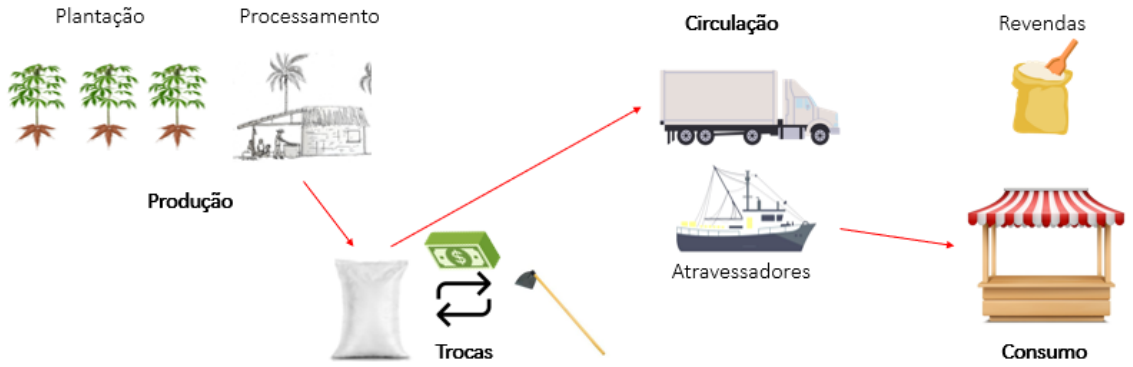
Os elementos do urbano se fazem presentes no cotidiano, seja pela presença de equipamentos e serviços que foram transformados em mercadorias e vulgarizados no sentido de atrair um maior consumo, como os serviços de academia, proliferação do uso de motocicletas que possibilitam reduzir tempo de deslocamento e criar um novo serviço (mototáxi), com manifestações de ações de um circuito superior da econômica com a presença de empresas de *internet* por meio de seus equipamentos, mas havendo uma predominância de um vasto circuito inferior da economia urbana marcado por atividades diversas como o "churrasquinho de esquina", o boteco que vende a cachaça e as cervejas, comercialização de lanches na praça e os mercadinhos ao longo das ruas.

A conexão entre os dois circuitos como menciona Milton Santos é mediada pelos transportes, pois em uma mesma viagem de um veículo cargueiro, transporta-se cargas para o circuito superior como as motocicletas e desloca-se bens de consumo para o circuito inferior da economia urbana. No caso de Uarini/AM, o transporte fluvial é o grande elemento que conecta e que é responsável pelos deslocamentos das mercadorias para ambos os circuitos da economia urbana.

Essa dimensão econômica apresenta ainda dimensões espaciais que podem ser identificadas nas atividades produtivas, duas delas correspondem pela produção de farinha e de tijolos, ambas ocorrerem nas proximidades da sede do município. As dimensões espaciais das atividades produtivas foram mencionadas com maestria na Geografia pelo Antônio Carlos Robert Moraes (1984) quando chama atenção que as quatros principais etapas para a existência de uma mercadoria (produção, troca, circulação e consumo) ocorre em diferentes lugares e possibilita verificar como diferentes lugares, atores e redes se fazem presentes no que o autor vai denominar de circuito espacial da produção ou produtivo.

A produção de farinha no município de Uarini/AM corresponde por circuito espaciais de articulação de diferentes escalas (figura 18), envolvendo as produções existentes que constituem em pequena produção e na escala mecanizada, está sendo transportada para os principais centros consumidores regionais (cidades de Alvarães, Tefé e Manaus) por meio do transporte fluvial, com a comercialização em supermercados, feiras e mercados locais.

Figura 18 - Croqui esquemático e sintético do circuito espacial da produção de farinha oriunda do município de Uarini/AM



Fonte: Org. pelo autor.

Os transportes que são fundamentais para o dinamismo econômico e social das cidades e das áreas rurais apresentam no contexto amazônico características singulares com o uso majoritário dos rios para os transportes e de alguns caminhos terrestres em precárias condições. Os rios na bacia Amazônia apresentam anualmente duas oscilações que estão centradas nas cheias e vazantes, com as mudanças no período contemporâneo que afeta o clima em diversas escalas geográficas, os eventos extremos de grandes cheias ou de grandes vazantes tornaram-se recorrentes na região, tal recorrência afeta diretamente a sociedade que mora e que depende dos transportes e das águas.

O rio enquanto "espaço de referência identitária" com um acumulo de temporalidades diversas (Cruz, 2011, p. 1) podem ser compreendidos a partir de três dimensões importantes: i) espaço das interações marcadas pelas dinâmicas climáticas, vegetação, fluviais e geológicas que moldaram os relevos e cobertura florestal, com vales encaixados, vales com intensos processos erosivos, depósitos e áreas sedimentares etc.; ii) espaço social marcado pelas interações de diversos e diferentes grupos sociais que mantém modos de vidas que apresentam relação com o lugar e também exógenos ao lugar; iii) o espaço simbólico é marcado pelas formas espaciais urbanas construídas, mas também pelos elementos como floresta, rio e solo que possuem significados aos grupos sociais, existindo um imaginário que apresenta crenças, cosmologias e mitos que contribuem para a formação ribeirinha (Vaz, 1997).

O primeiro espaço mencionado não corresponde pela ideia tradicional e superada de "Paisagem Natural" (Waibel, 1933, p. 2000), desenvolvido inicialmente por Otto Schlüter com a menção de *Naturlandschaft* (Vitte, 2007), tomando como partida que

a paisagem sem a interferência humana seria uma paisagem natural, a relação da Geologia e a formação das paisagens foi mencionada outrora por Brunhes (1962), outro ponto de partida trata-se de uma interpretação que chama atenção para a existência de importantes integrações e agentes que modelaram e continuam modelando relevos (abordado desde W. Morris Davis, Grove Karl Gilbert até John Wesley Powell), combinação dinâmica (Bertrand, 1972)[42] e a bacia Amazônia (Sioli, 1985), com um exemplo que corresponde pela participação parcial e as vezes pequena da atuação de grupos sociais que aceleram dinâmicas como as erosões com o uso das embarcações que geram "banzeiros" ondas e aceleram o desbarrancamento a partir da erosão por solapamento e os fenômenos das terras caídas (Figura 18)[43] (Carvalho, 2006), ocupações em encostas com características de erosividade e de erodibilidade que podem acarretar a formação de feições erosivas nas cidades (Vieira, 2008).

Figura 19 - Erosão fluvial nas margens do rio Solimões entre Tefé e Uarini

Fonte: Imagens do autor (10 fev. 2024).

Essa paisagem marcada pelas dinâmicas dos processos físicos, químicos e biológicos ainda apresentam as interações pelo trabalho dos diferentes grupos sociais, estes alteram e atribuem significados e valores as paisagens.

Além disso, devemos pontuar que existem áreas urbanas repletas de formas espaciais produzidas em diferentes temporalidades que apresentam significados e uma

[42] "Para este autor (Georges Bretrand), não seria a simples junção de elementos geográficos que resultaria em uma paisagem, mas a combinação dinâmica, instável, dos elementos físicos, biológicos e antrópicos, porque a paisagem não é apenas natural, mas é total, com todas as implicações da participação humana" (Maximiano, 2004, p. 88).

[43] Uma breve definição: "Terras caídas é uma terminologia regional utilizada na Amazônia brasileira para designar os desbarrancamentos que ocorrem nas margens do rio Amazonas e nos seus afluentes de água branca, principalmente nos trechos em que os mesmos são margeados pelos depósitos fluviais Holocênicos que formam a atual planície de inundação. Trata-se de um fenômeno natural que tanto pode ocorrer em pequena escala como em escala quilométrica. É, sem dúvida, o principal agente transformador da paisagem ribeirinha e responsável por uma série de transtornos aos moradores ribeirinhos isolados, comunidades, povoados, vilas e cidades localizadas em suas margens" (Carvalho; Cunha, 2011, p. 2).

"memória da cidade"[44], com formas diversas e que ajudam a identificar e também a denunciar as transformações da cidade com novas "micro" centralidade urbanas. Essas diferentes possibilidades e outras presentes na Geografia, correspondem por caminhos para iniciar investigações e pesquisas sobre as dinâmicas e processos que estão ocorrendo.

Dentro desse contexto, nota-se problemas latentes nas cidades, principalmente na Amazônia, que está relacionado à deposição de resíduos sólidos oriundo das dinâmicas sociais complexas e da forma de organização social e econômica. Além disso, outro problema está centrado no saneamento básico, com o despejo de esgoto (linhas negras) nos igarapés e rios sem tratamento adequado, devido à inexistência de redes de coleta de efluentes, contando apenas com a rede de abastecimento de água.

Esses problemas latentes nas cidades amazônicas também apresentam suas manifestações na cidade de Uarini/AM, uma manifestação que é perversa, pois o desencadeamento de impactos a sociedade, solos e as águas são enormes. Na cidade mencionada o descarte de resíduos sólidos ocorre em terrenos sem preparação adequada, resultando em pelo menos quatro impactos diretos: i) poluição, com contaminação do solo e lençol freático local; ii) poluição do ar, com odor forte; iii) proliferação de animais, como ratos, que resultam na transmissão de doenças; iv) formação de pilhas de material que podem ser espalhadas pelas corretes de ar (vento).

Visando trabalhar os temas ambientais e de educação ambiental, a turma de Geografia Uarini participou de um intenso trabalho de campo onde foi possível identificar múltiplas espacialidades e problemas ambientais referentes ao lixão que está situado nas proximidades da cidade (Figura 20).

Figura 20 - Trabalho de campo: a) estudantes dentro do ônibus; b) percurso realizado a pé; c) visita ao lixão; d) visita as comunidades

Fonte: Imagens do autor.

[44] Sobre a discussão referente a memória da cidade ver em Abreu (1998).

Essas localidades com problemas ambientais existentes precisam ser abordadas para compreender os diferentes níveis de impacto e as medidas que podem ser adotadas para reduzi-los. Estas vão desde a implementação da coleta seletiva e reciclagem até a construção de áreas específicas para o descarte adequado dos resíduos urbanos.

4.2 Turma: distribuição espacial dos estudantes

A turma de graduação em Geografia apresenta diversos estudantes que moram em distintos lugares do munícipio, utilizando diversos meios para efetuar o deslocamento entre suas casas e a escola onde ocorre as aulas da graduação. Em um conjunto de 37 estudantes (quadro 3), identifica-se uma heterogeneidade com moradores da cidade, ramais, rios e de comunidades indígenas.

Quadro 3 - Comunidade, localidade e etnia dos estudantes

Estudante	**Comunidade**	**Localidade**	**Etnia (povo)**
Leonardo	Vila Alencar	Paraná do Jaquiri / Rio Japurá	Mayruna Kayxana
Kerolene	Sede	Rio Uarini	-
Elizia	Sede	Rio Uarini	-
Alfredo	Vila Alencar	Paraná do Jaquiri / Rio Japurá	Mayruna Kayxana
Patrícia	Sede	Rio Uarini	-
Rizalva	Saturnino	Rio Copacá	Ribeirinha
Sigelma	Sede	Rio Uarini	-
Itaciara	Sede	Rio Uarini	-
Valmir	Sede	Rio Uarini	-
Fabricio	Sede	Rio Uarini	-
Cristiane	Sede	Rio Uarini	-
Ana Carla	Sede	Rio Uarini	-
Erlice	Punã	Rio Solimões	-
Louana	Sede	Rio Uarini	-
Aucineia	Sede	Rio Uarini	-
Rogircley	Sede	Rio Uarini	-
Antonio	Sede	Rio Uarini	-
Arinildo	Vila Alencar	Paraná do Jaquiri / Rio Japurá	Mayruna Kayxana
Wellen	Sede	Rio Uarini	-
Terezinha	Sede	Rio Uarini	-
Claudia	São Sebastião	Rio Uarini	-
Camila	Caridade	Rio Uarini	-
Rosana	Sítio São Lázaro	-	-
Roberto	Punã	Rio Solimões	-

Tatiana	Sede	Rio Uarini	-
Telma	Sede	Rio Uarini	-
Marilis	Aldeia Porto Praia	Rio Uarini	-
Elianaldo	Aldeia Ciucá	Paraná do Jaquiri / Rio Japurá	Tikuna
Maria Taite	Sede	Rio Uarini	Miranha
Hudeson	Sede	Rio Uarini	-
Louva	Sede	Rio Uarini	-
Tiago	Punã	Rio Solimões	-
Arieliton	Punã	Rio Solimões	-
Julio	Varina	Rio Uarini	-
Elqueane	Sede	Rio Uarini	-
Senemai	Sede	Rio Uarini	-
Liran	Sede	Rio Uarini	-

Fonte: Elaboração em conjunto com Louva Ferreira (2024).

Com base no quadro 3, podemos identificar que cada estudante mora um lugar do munícipio, alguns moram em comunidades indígenas e não indígenas, precisam deslocar-se para a sede do município por meio do transporte fluvial, utilizando embarcações de pequeno porte como rabetas e canoas, com deslocamento de poucos minutos até 4 horas (Quadro 4).

Esses deslocamentos com o uso de embarcações de pequeno porte apresentam mudanças com as sazonalidades dos rios em decorrência dos processos de cheias e de vazantes, chamando atenção que as vazantes ocasionam a redução do volume das águas no rio Uarini e dificulta o deslocamento das pessoas e o transporte das cargas para a cidade, essa dificuldade ocasiona o aumento do tempo de deslocamento e ainda gera problemas como atoleiros com o leito do rio, com os sedimentos e a presença de água no interior do solo e o movimento de pessoas e de veículos ocasiona a formação de lamaçais, ainda ocorre a formação de poeiras quando a argila e silte secam.

Temos dois contextos que marcam a dinâmica de transportes na microescala regional, um período de cheia dos rios com deslocamentos realizados em menor tempo para quem utiliza o transporte fluvial e um aumento do tempo para deslocar-se e a existência ainda de problemas com atoleiros e poeira na chegada da sede municipal.

Uma das comunidades observadas ao longo da viagem entre Tefé e Uarini foi a do Punã, situada nas margens do rio Solimões, a cerca de 14 quilômetros via fluvial da cidade de Uarini. Essa ocupação, juntamente com outras nas margens dos rios, principalmente no Solimões, apresenta diversas atividades e uma articulação com as áreas rurais do entorno imediato. Nessas áreas, as famílias praticam a agricultura de subsistência, produzindo alimentos para atender às demandas internas da vila e das cidades próximas. Esses locais desempenham uma relevância fundamental no âmbito

da produção agrícola rural ribeirinha, pois é onde ocorre a produção e concentração dos alimentos para comercialização nas feiras das cidades.

Aqui deve mencionado que os municípios amazônicos apresentam uma centralidade formada pela sede municipal, local que concentra as principais atividades econômicas e os diferentes serviços e poderes do Estado, mas devemos pontuar que não existe a manifestação da dinâmica urbana ou urbano-rural apenas na sede municipal, existem diversos aglomerados formados ao longo dos rios com as características de povoados, vilas e de distritos, com a presença de serviços e de uma certa centralidade.

As pequenas vilas e aglomerados urbanos apresentam expressões espaciais das dinâmicas locais camponesas ribeirinhas e dos múltiplos significados culturais que envolvem o rio, às águas, o solo, as florestas e o clima, mas também nesses lugarejos ocorre as mais diversas formas de manifestações das relações sociais econômicas com a presença desigual de meios técnicos informacionais que ali se fazem presentes, muita das vezes, conectando estes lugares com o mundo.

Apesar das vilas apresentarem uma forte presença dos elementos do rural, do modo de vida e das atividades rurais, não podemos deixar que pontuar que ocorre a manifestação e uma certa densidade técnica e está vai apresentar duas características: i) as manifestações das técnicas produzidas pelos grandes centros econômicos com a parafernália técnica da cidade do tempo cronológico, havendo nesse contexto uma reprodução dos hábitos alimentares, vestimenta e de comunicação; ii) ocorre ainda as manifestações das tecnologias sociais produzidas pelos diferentes atores que moram nessas áreas para trabalhar e viver em suas terras.

Com isso, menciona-se que nas vilas os objetos técnicos exógenos se fazem presentes, mas isso não significa em uma perda cultural, ainda ocorre as manifestações de uma afirmação ribeirinha e indígena nas relações instituídas no lugar.

Chamar a atenção apenas para as funcionalidades e centralidades desses aglomerados urbanos na Amazônia pode fazer com que escapemos da riqueza e das possibilidades analíticas geográficas que podemos explorar. Nesse sentido, a riqueza que mencionamos está circunscrita nas diferentes espacialidades produzidas e transformadas ao longo das décadas, carregando consigo diferentes significados e contradições que emergem. As possibilidades não devem se restringir apenas ao funcionamento, uma vez que existem forças internas ao lugar que expressam as características espaciais da relação urbano-rural.

Figura 21 - Comunidade do Punã nas margens do rio Solimões

Fonte: Imagens do autor (6 fev. 2024).

As diversas espacialidades que compõem esses aglomerados urbanos não são apenas uma particularidade *in situ*, mas correspondem a uma diversidade que apresenta unidades articuladas com as dinâmicas e processos regionais, nacionais e globais. Os processos das metrópoles nesses lugares se manifestam de maneira desigual, mas também ocorrem as resistências e manifestações culturais locais, dificilmente ocorre uma única determinação no processo de formação histórica de ocupação.

Oliveira (1999, p. 53) menciona que é preciso compreender a Amazônia na "sua diversidade e complexidade", sendo que "os conflitos existentes em alguns lugares podem ser observados em outros, o que não quer dizer que sejam dotados da mesma dinâmica, embora existam pontos em comum" e que podem estar relacionadas pelas "determinações do Estado ou do capital visando à construção de um espaço homogêneo, hierarquizado e controlado".

Assim, compreender os processos e as dinâmicas que nos ajudam a explicar as diferentes especialidades observadas, constitui-se em um dos trabalhos dos(as) geógrafos(as) no período atual, e isso só é possível mediante uma articulação entre teoria e realidade, tal articulação só é possível com a realização de trabalhos de campo com os estudantes.

4.3 Trabalhos de campo: atividades práticas, processos e espacialidades

A formação em Geografia no âmbito das licenciaturas apresentam duas centralidades importantes: i) propicia aos geógrafos(as) licenciados(as) um ferramental teóricos e analítico capaz de ser manejados para interpretar, analisar e até propor intervenções em seus espaço geográfico de vivência, isso a partir de uma pluralidade de métodos, correntes teóricas e de categorias e conceitos, que podem denotar em um primeiro momento para uma diversidade de caminhos, mas estas devem ser vistas como possibilidades que podem e devem ser apropriadas para a construção das interpretações; ii) a formação pedagógica com disciplinas voltadas a formação de professores, preparando-o para o magistério, apesar de muitos estudantes já lecionarem na educação básica, nesse conjunto de saberes trabalhados, pode-se mencionar que o tronco formando pelas disciplina de Geografia também propiciam ferramentas diversas para o oficio do professor, com metodologias ativas e práticas de campo, constituindo em atividades lúdicas e de grande relevância para a formação superior e seu trabalho nas escolas com a aplicação de metodologias ativas com os estudantes.

A formação dos geógrafos está atrelada principalmente na compreensão conceitual das dinâmicas e dos processos que ocasionam a transformação da superfície terrestres e contribuem para reconfigurar os lugares e os territórios, estes apresentam formas espaciais diversas que quando apropriados corretamente das ferramentais conceituais conseguimos interpretar, analisar e compreender as formas espaciais e passamos a ter uma compreensão para além da aparência, ou seja, para além da forma como Milton Santos já dizia em 1977, que os geógrafos e as geografas devem estar atentos aos processos que geram as formas e não ao contrário.

Além do aporte teórico é de suma importância que os geógrafos e geografas tenham ao longo do seu processo de formação a articulação entre as teorias e conceitos com a realidade vivida e experenciada, e isso é possível de ocorrer mediante a existência dos trabalhos de campo e das atividades práticas que possibilitam trabalhar discussões geográficas com os estudantes da graduação e da educação básica, principalmente no âmbito das metodologias ativas.

Os trabalhos de campo como já mencionamos anteriormente neste livro, se faz presente na Geografia desde a sua gênese no âmbito internacional nas escolas francesas e alemãs, mas também na Geografia universitária brasileira com o mestre Pierre Monbeig que inaugurou uma diversidade de prática de campo no primeiro curso de Geografia do Brasil que foi na USP em 1934.

Os trabalhos de campo são relevantes para a formação profissional dos professores em Geografia, pois é o momento de saída da sala de aula e de realizar deslocamentos pela cidade, rios e ramais que apesar de viverem neste contexto regional, outros não conhecerem os locais visitados, ambos passam a observar as paisagens e os lugares não como meros observadores, mas enquanto geógrafos que iniciam o exercício

de interpretação das formas espaciais observadas, explicando as história, os diferentes trabalhos realizados e as atividades econômicas existentes, os significados dos lugares e suas vivencias, ou seja, um momento de riqueza para os estudantes e para os professores.

Esse exercício de articulação entre as teorias e a realidade observada é fundamental para aproximar teoria e empiria, mas também de possibilitar um primeiro exercício que consiste na observação e na interpretação da realidade, assim como, explicar as diferentes manifestações das formas espaciais observadas.

O exercício de campo como as observações, explicações e as teorias mencionadas ao longo de horas com caminhadas e paradas corresponde em um passo da atividade, existindo uma preparação para a realização do campo como a realização de pré-campo para conhecer previamente os lugares onde ir com os estudantes, leituras e discussões da atividade para facilitar as conexões e associações com as leituras pretéritas. Além dessas duas atividades outras três são fundamentais para a formação dos estudantes: i) no campo entre os professores e os estudantes; ii) na elaboração de textos como relatórios ou mini relatórios; iii) apresentação dos relatórios em sala para os professores e estudantes.

Essas diferentes etapas são fundamentais para o processo de ensino aprendizagem e para articular as teorias com as observações empíricas, estabelecendo articulações, reflexões, ensaios críticos e criativos, proposições e debates que são fundamentais ao longo do percurso de formação, a rigor, as atividades práticas realizadas podem ser adaptadas e aplicadas com os estudantes da escola básica, articulando outros saberes e professores, correspondendo em momento oportunos para os jovens.

Além disso, as práticas de campo possibilitam observar as diferentes formas espaciais que muitas das vezes passam despercebidos por boa parte das pessoas, pois suas rotinas de circulação, trabalho e estudos não permitem observar atentamente o espaço, ou ainda, a falta de uma clareza conceitual para ler o espaço e as paisagens, por sua vez, esses e outros aspectos são trabalhados ao longo das disciplinas e da prática de campo, com articulações teóricas que possibilitam enxergar e atribuir significados as formas espaciais, assim como, chamar atenção para os significados que estas apresentam, pois o espaço é uma produção e transformação, mas que apresenta diferentes significados para quem mora.

Na atividade de prática de campo realizada em Geografia Humana da Amazônia foi possível articular elementos conceituais como: rural e urbano, cidade e rural, redes geográficas, circuitos espaciais da produção, multiespacialidades pretéritas e atuais, transportes e políticas públicas.

Realizada em conjunto com a disciplina de Geografia Humana da Amazônia, a atividade de campo possibilitou identificar diferentes espacialidades e atividades produtivas importantes para o município como o caso da produção de farinha e de tijolos (Figura 22) que abastece o mercado local e o município de Alvarães.

Figura 22 - Fabricação de tijolos: a) área de cozimento dos tijolos; b) área de armazenamento; c) parte dos estudantes que estavam na prática de campo

Fonte: Fotos do autor (fev. 2024).

As atividades de prática de campo, práticas de ensino, seminários, trabalhos em equipe e as aulas marcam a formação dos(as) geógrafos(as) e vão apresentar uma diversidade de experiências que são vividas e consiste na formação plena e acadêmica de um professor.

5 Turma Uarini/AM: Relatos de experiências

Para abordar os relatos dos professores e estudantes, buscou-se realizar breves apontamentos, reflexões e análises das espacialidades observadas e vividas ao longo do percurso Manaus-Uarini-Manaus, posteriormente apresentando os diferentes relatos de experiência.

5.1 Relatos de Experiência: Estudantes

O processo de formação de professores em uma graduação requer esforços e uma interação entre os estudantes, as aulas e demais atividades que são estabelecidas pelos docentes para fomentar uma construção coletiva da formação, com aporte teóricos e metodológicos diversos empregados.

A vivência em atividades e ao longo do curso é retratada por cada grupo de estudantes nas próximas páginas deste livro, enquanto relato de experiências com a descrição das atividades realizadas e experiências que foram sendo vividas no decorrer da formação.

O relato das experiências no processo de formação dos estudantes da turma de Geografia no município de Uarini está dividido em dois momentos para trazer ao público leitor um panorama interno desse processo ao invés de apenas uma análise reflexiva de um único professor. Para tanto, dividiu-se essa seção em duas partes, primeiramente trazendo os diferentes relatos dos estudantes que aceitaram contribuir com o envio dos relatos, posteriormente o relatório dos professores de Geografia.

5.1.1 Relato de Experiência

Vivência, formação e a geografia no PARFOR

Louva Maria da Silva Ferreira

Sou discente da Universidade Federal do Amazonas pelo programa PARFOR. A importância do PARFOR para mim é que ele é um programa de extrema relevância para a formação no Brasil. Como estudante, percebo que esse programa propicia a melhoria da educação, principalmente nas regiões que apresentam carência de infraestrutura e de estabelecimentos de ensino superior, como é o caso de Uarini. No município de Uarini, tivemos a primeira turma do PARFOR em Geografia.

O PARFOR visa a qualificação dos professores que atuam na educação básica, por meio da oferta de cursos de licenciatura. Esse programa é fundamental, pois o corpo docente que trabalhou nas disciplinas apresentou uma diversidade de metodologias que ajudam a melhorar o ensino básico. Isso tem um grande significado, contribuindo para a valorização da carreira docente através da qualificação profissional, motivando os educadores em sala de aula e refletindo em um melhor desempenho no trabalho educativo.

O PARFOR é relevante para reduzir a carência de professores sem formação superior ou sem formação superior na área das disciplinas do ensino básico. Com a atuação do PARFOR, os professores são qualificados para trabalhar nas disciplinas escolares. Esse programa é importante tanto para a formação dos professores quanto para a valorização da educação, promovendo um ensino de qualidade.

Menciono que o PARFOR é fundamental para o desenvolvimento acadêmico, permitindo avanços sociais e educacionais no município, sendo que o programa correspondeu em um instrumento para quebrar as barreiras referentes aos problemas educacionais, possibilitando um contato entre os professores do ensino básico com a formação superior.

Devo ainda mencionar que fazer parte do PARFOR enquanto estudante não foi uma tarefa fácil, nem para mim nem para meus colegas. As dificuldades incluíam uma jornada dupla, sendo professora na escola e estudando as disciplinas do ensino superior pelo PARFOR durante o período de férias, em regime integral (08h-12h00 / 14h00-18h00). Além disso, enfrentamos problemas com acesso à internet para fazer pesquisas. Logo no início, todos tinham acesso limitado à internet, situação que se agravou com a pandemia de COVID-19. Com a suspensão das aulas presenciais e a continuidade das aulas apenas em ambiente virtual (*Google Meet*), a internet limitada na cidade exigiu que comprássemos pacotes de internet para assistir às aulas, o que dificultou acompanhar o conteúdo.

No PARFOR da nossa turma, temos estudantes que moram em comunidades e precisam vir até a cidade para estudar entre os meses de janeiro-abril e julho-agosto, necessitando morar na cidade para poder acompanhar as aulas. Apesar das dificuldades, tivemos ganhos substanciais ao longo desses anos, com impactos positivos que já estão reverberando na sala de aula das escolas.

Eu tinha minha formação inicial em Matemática e, com a formação pelo PARFOR, passei a trabalhar com turmas de Geografia e Ciências. O ponto importante desse programa na nossa formação é a experiência fundamental, pois nossas aulas foram renovadas. Os estudantes do ensino básico passaram a gostar mais das nossas aulas, metodologias e dos trabalhos de campo que realizamos com eles, tudo isso aprendido durante a graduação pelo PARFOR. Na graduação, aprendemos Geografia e sua importância, com a articulação entre teoria e prática, sendo a prática algo fundamental e de grande importância para todos nós.

Nossa formação foi de grande importância para trabalhar em sala de aula com nossos estudantes, abordando temas e atividades com maior profundidade e destacando a importância da Geografia para compreender a realidade e o mundo.

Figura 23 - Em atividade

Fonte: Ferreira (2024).

5.1.2 Relato de Experiência

Vida, formação e trabalho docente

Terezinha Martins de Barros

Foi uma satisfação enorme realizar essa graduação em Geografia pelo PARFOR e aproveitar a oportunidade para concluir a graduação. No início, foi muito difícil devido às dificuldades de acesso à internet e à carga elevada de leitura, mas esses desafios foram importantes para a nossa formação. Quando entrei na Geografia, percebi que ela está em toda parte e em nossas vidas.

Eu mantive o material das disciplinas para as aulas e para minha formação, pois os textos e os demais trabalhos foram relevantes. Na minha vida, dediquei recursos para comprar um notebook e um celular novos para usar nas atividades de geografia e como professora.

No curso, vivenciamos altos e baixos. Os momentos altos incluíram toda a aprendizagem adquirida com os trabalhos em sala de aula, pesquisas de campo, assim como as novas metodologias aprendidas e as leituras de diversos textos. No entanto, enfrentamos dificuldades durante o período da pandemia, especialmente devido à falta de recursos técnicos. Felizmente, esses obstáculos foram superados.

Em relação às disciplinas, obtive bons desempenhos, e durante o estágio, participei ativamente, realizando atividades práticas na sala de aula.

Antes de me dedicar à Geografia, trabalhava exclusivamente na formação de estudantes do 1º ao 5º anos, pois possuía apenas formação em magistério. Agora, ao cursar Geografia, passei a ministrar aulas para turmas do 6º ao 9º ano na escola, compartilhando meu conhecimento nessa disciplina. Sou apaixonada pela minha profissão de professora e agradeço imensamente aos professores do PARFOR por me proporcionarem essa oportunidade de explorar uma nova matéria com as crianças.

Figura 24 - Trabalho de campo: a) disciplina de Geologia; b) disciplina de Geomorfologia Fluvial

Fonte: Barros (2024).

5.1.3 Relato de Experiência

Breves Vivências Acadêmica

Wellen Cristine Saraiva Lucio

O curso licenciatura plena em Geografia no decorrer desses seis anos foi de suma importância para os acadêmicos que já estão próximo de sua formação, ressalta-se que toda essa extensão de anos, se deu devido a pandemia do COVID 19, neste intervalo criou-se um meio para que as aulas continuassem, e a forma mais viável foi por meio do ensino remoto, além de aulas gravadas e apostilas enviadas em formato digital, essa estratégias foram importantes, mas para nós universitários tivemos dificuldades em relação à conexão de *internet*, pois o município de Uarini ainda não dispõe de uma boa tecnologia comparada da capital. Destaca-se que a realidade de alguns municípios é totalmente distinta. Contudo o município tem avançado lentamente para melhoria dessa qualidade de *internet*.

Visto que o curso está na reta final é importante destacar alguns conhecimentos e experiências adquiridas.

A Geografia começa sua caminhada entrelaçada com a filosofia, os filósofos buscam pelo conhecimento, ideias, explicações para tentar compreender a função de cada organismos e as distinções de cada povo nesse espaço geográfico.

A leitura do mundo feita pelos filósofos desde muito tempo se deu por crenças, valores, rituais, religiões, culturas mitos e fantasias todas essenciais para a descrição e compreensão do espaço vivenciados pelos organismos e indivíduos.

A cosmologia da natureza exercia seu poder de destaque enquanto suas características únicas. A água para Tales elemento primordial, o ar para Anaxímenes elemento principal porquê muda o clima. O rio para Heráclito, nunca é o mesmo, quando nele se entra não encontra mais a mesma água. O fogo, tudo transforma está em constante mudança.

A compreensão do espaço vai ganhado formas na medida que a evolução do pensamento se destaca, a explicação para a realidade misteriosa e inacessível, com isso a ciência internaliza seu papel nessa longa história geográfica. Nos embasamos em diversas teorias que foram criticadas, questionadas e ainda sendo discutidas e foram e são importantes para os estudos científicos geográficos.

Contudo sabe-se que a Geografia é a ciência que analisa e interpreta a ordem espacial das coisas, pessoas e fenômenos como menciona Paulo Cesar da Costa Gomes.

Estudar a Geografia é você saber compreender o espaço, diferenciar as paisagens, distinguir as regiões, respeitar o lugar, e se localizar no território. Embutido no ramo da Geografia estudou-se a Geografia: Geral; Regional; Física; Humana e Econômica.

Segundo Kant, a Geografia cabe descrever e a História narrar os fenômenos que formam o mundo: a Geografia na ordem da distribuição das coisas que nos cerca, e a

História na ordem da distribuição das coisas na extensão que nos cerca, passado, presente e futuro.

A região geográfica definida por Vidal de *la Blache* e seus discípulos tem seus limites determinados por diversos componentes: uma fronteira pode ser o clima, outra o solo, outra ainda a vegetação. O que importa é que na região haja uma combinação especifica das diversidades, uma paisagem que acabe conferindo singularidade àquela região.

A geografia física relaciona-se com os aspectos naturais existentes:

Climatologia - as aulas foram ministradas pela professora doutora Natacha Aleixo, aprendeu-se os nomes corretos das nuvens (cúmulos, estratos, cirrus, cúmulos nimbos) e o formatos de cada uma, aprendeu-se a manusear o aparelho Termo Hidrômetro no qual mede a temperatura do ambiente externo e interno, atividade executada em campo, cada grupo escolheu seu ponto de observação.

Geologia e Geomorfologia – ministrada pelos mestres "Catique" e Adorea os aspectos relevantes gerais a respeito características da terra e sua dinâmica interna e externa, no qual explicou-se que a Energia Radioativa se encontra no interior da terra, e a Esculturação de Relevo, encontra-se no exterior da terra e existem três tipos de rochas. As rochas metamórficas: favorece a atuação dos processos erosivos por conter estruturas em planos de xistosidade e clivagem; as rochas ígneas são mais resistentes à erosão. As rochas sedimentares são os processos de deposição originadas entre camadas e a constituição granulométrica são as principais características que as tornam as mais vulneráveis à ação de processos exógenos de escultura do relevo.

Geomorfologia Fluvial – ministrado pelo professor Alberto Carvalho, teoria baseada nos padrões de drenagem, a drenagem de uma região depende não só da pluviosidade e topografia, como também da cobertura vegetal, do tipo de solo, da litologia e estrutura das rochas. A drenagem fluvial é constituída por um conjunto de canais de escoamento interligados formando a bacia de drenagem. Os rios são abrangentes e formam um sistema fluvial composto por um curso principal e seus tributário.

Pedologia – ministrado pelo mestre Fábio Sabbá, desde o início da agricultura, o homem aprendeu que determinados solos eram mais produtivos do que o outros, e alguns eram demasiadamente encharcados, arenosos ou endurecidos para o cultivo. A origem do solo se dá por meio de matéria viva, ação do clima e de organismos vivo e decompostos, cuja transformações se realizam durante certo tempo e é influenciada pelo tipo de relevo.

Geografia Humana e Econômica são dois ramos interconectados a relação dessas duas categorias estuda as dinâmicas dos seres humanos, as concepções e os aspectos da população com o meio em que vivem e a forma como se desenvolvem e se transformam nesse espaço socioeconômico, ambiental e cultural. Sabe-se que os índices de desigualdade social são exorbitantes, o crescimento populacional e a pobreza caminham juntas para a margem desse declínio social. As políticas públicas precisam ser organizadas, revisadas, renovadas, inovadas e colocadas em pratica. Precisa-se de

políticos administrativas que conheçam a realidade do local, a singularidade das periferias, comunidades, favelas e entre outras.

Com toda metodologia repassada em sala de aula no decorrer do curso, vale destacar algumas:

Recursos Naturais e Ambiente: A importância dessa atividade emitiu-se a conscientização referentes aos impactos e problemas ambientais causados pela ação humana. Para fazer a demonstração da experiência efeito estufa, utilizou-se materiais alternativos.

A seguinte experiência foi em relação ao Aquecimento e Resfriamento do Ar, feito a partir de materiais alternativos, neste destaca-se o uso de duas tigelas de vidro contendo uma agua gelada e a outra agua aquecida, em seguida foram inseridas duas garrafas pequenas vazia com balão na "boca da garrafa", a tigela que continha agua aquecida fez o balão encher, notou-se que o liquido quente fez a pressão subir e encher o balão, e para uma explicação sucinta aos estudantes pode-se usar essa atividade para representar nossa típica região e a outra pode simbolizar as regiões mais frias.

Experiência: Questão Ambiental – Erosão

Fez-se a análise da infiltração da água nos diferentes tipos de solos, feito com materiais recicláveis. Percebeu-se que a retirada da camada vegetativa em qualquer solo prejudica a infiltração da água no solo, provocando deslizamento, erosão e desmoronamento de terras.

Seguindo com a experiência: Infiltração de água, averiguar a infiltração de água no solo em diferentes superfícies (areia, argila, e terra preta), uso de materiais alternativos, observou-se as distintas tonalidades de cores nos líquidos conforme a água filtrava na garrafa, o liquido com tom mais escuro foi o da terra preta, o mais límpido foi o do solo argiloso.

Inventário Fitossociológico

Atividade fora realizada na cidade de Uarini/AM, Bairro: Tote Macario, localizado na rua: Estelita Fragoso, a área de estudo fora dividida em 15m². Desta forma foi possível construir a Pirâmide Biogeográfica e criar uma representação dos estratos vegetais, fazendo uma relação da obtenção de dados, interligados na estrutura, funcionamento, composição, histórico, distribuição e relações ambientais das comunidades vegetais.

O ponto estudado está localizado a 45 metros de distância do fundo do vale. Nas coordenadas 65°09'45'' W e 2°58'28'' S, possuindo uma altitude de 55m, verificou-se que os estratos herbáceos contêm pouco cobertura rasteira, a espécie comum encontrada no local foram *Helianthus turberosus*, *Pancicum capillare* e o *Cyperus eragrostis*.

Com esse estudo aprendeu-se que a dinâmica das vegetações apresentou os impactos de suas mudanças naturais, o solo sem proteção vegetal torna-se uma terra endurecida, pouco fértil e com alta tendência de fissuras e erosões. Este trabalho fora

relevante para a vida profissional dos acadêmicos, pois o objeto de estudo analisado e explorado fora em nossa cidade, e isso tornam as experiências gratificantes.

E válido considerar que foram encontradas dificuldades na execução da atividade, a exposição ao sol, o calor, o cansaço, a questão da alimentação também, pois é uma alimentação improvisada e é preciso compartilhar com os demais colegas.

Porém, diante dos estorvos de todos os trabalhos em campo, assim também como as teorias vistas em sala de aula, acredita-se que as evidencias de cada universitário transpõem de visões distintas da Geografia e do que é a Geografia, pois a Geografia delineia ramos de complexidade e que por vezes é difícil compreender a mesma. Diante dos fatos é necessário mergulhar nos livros e estudar a descrição da antiga Geografia para entender e compreender, que a mesma perdura no espaço, trazendo consigo a paisagem, o lugar, o próprio espaço como todo, envolvendo as vivências, experiências e culturas de povos diversos. A Geografia desde sempre vem tecendo (transformação natureza/ transformação humana). A relação desses dois elementos não tem sido favorável para ambos os lados, as consequências das modificações surgiram catastroficamente com a poluição de gases na atmosfera, nos rios, lagos, igarapés e oceanos, aquecimento global, desmatamento, as grandes secas e cheias, o desaparecimento de várias espécies fauna e flora. Enfim, acredita-se que hoje a Geografia busca tecer ou apaziguar, a harmonia do homem com a natureza. E que todos os estudos, pesquisas, experiências, vivências e tecnologias apontam soluções para melhoria desse complexo espaço vivido.

Figura 25 - Trabalho de campo da disciplina de Geomorfologia Fluvial em agosto de 2022

Fonte: Lucio (2022).

Figura 26 - Trabalho de campo da disciplina de Pedologia em fevereiro de 2023

Fonte: Lucio (2023).

Figura 27 - Em sala de aula com a disciplina de Geomorfologia em janeiro de 2024

Fonte: Lucio (2024).

5.2 Relatos de Experiência: Professores do PARFOR

As diferentes experiências vividas e trabalhadas com os estudantes entre os anos de 2019 e de 2024, foram escritas a seguir pelos professores que atuaram diretamente no processo de formação da turma.

A abertura desse espaço no livro é justificada para possibilitar que professores possam manifestar suas aflições, realizações e emoções ao longo da caminhada para a construção de uma formação solida, com isso, ao longo das próximas páginas vamos ter relatos de experiências dos docentes no município de Uarini/AM.

Toda atividade docente realizada entre os anos de 2019 e 2024 esteve centrada em: aulas presenciais e remotas; compartilhamento de textos e livros; realização de trabalhos de campo no entorno da cidade e nos ramais com apoio do ônibus escolar da prefeitura; estágio supervisionado com acompanhamento dos discentes; realização de atividades práticas voltadas para o ensino de Geografia; orientações ao processo de formação.

Essa diversidade de atividades presentes ao longo da formação da turma, os desafios e os avanços foram sendo mencionados pelos professores em seus respectivos relatos.

Figura 28 - Trabalho de campo realizado em 2024

Fonte: Imagem do autor (2024).

5.2.1 Relato de Experiência

"Geografando a minha escola"
relato de experiência no curso de licenciatura plena em geografia - PARFOR Uarini/AM

Adorea Rebello da Cunha Albuquerque45
Odemar José Santos do Carmo Filho46

O conteúdo exposto neste texto caracteriza-se como um relato de minha experiência docente no decorrer da implantação do projeto pedagógico "Geografando a minha escola" no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR/UARINI (AM). Os docentes Heloisa da Silva Borges e Manuel de Jesus Masulo da Cruz dos departamentos de Pedagogia e Geografia, respectivamente desempenham a coordenação Geral e da turma de Geografia do PARFOR. Assim, inicialmente serão apresentadas informações sobre o contexto geográfico de Uarini e, em seguida, os detalhes sobre as fases de implantação do projeto pedagógico "Geografando a minha escola" serão descritos.

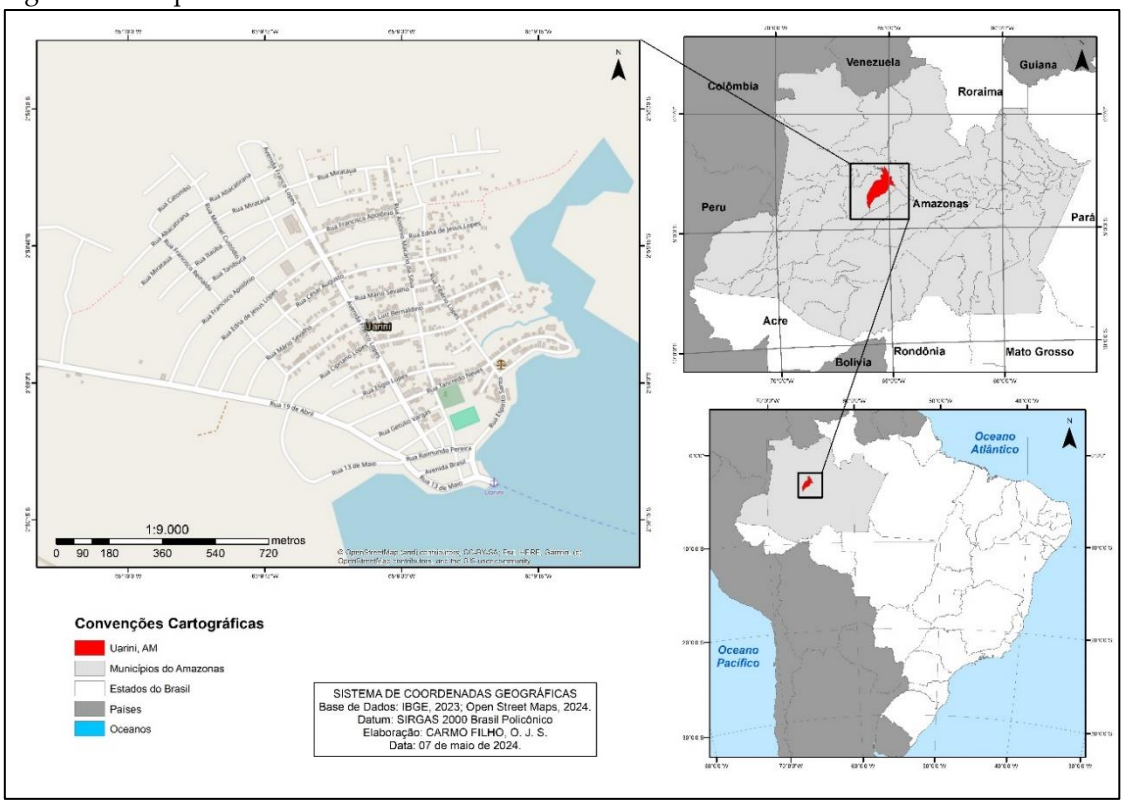
O Município de Uarini localiza-se na calha do rio Solimões, região intermediária de Tefé, delimitando-se com as seguintes cidades Alvarães, Juruá, Fonte Boa e Maraã. De acordo com o ato de criação pela Emenda Constitucional de dez de dezembro de 1981, passou a constituir a região do Triângulo Jutaí-Solimões-Juruá e, segundo os dados demográficos de 2022, registraram-se nesse local 14.431 pessoas (Figura 29). Realizado este preâmbulo, pretende-se neste texto, construir uma narrativa com base em um relato de experiência, que na minha opinião, foi espontaneamente de forma ímpar, enriquecedora.

As disciplinas foram ministradas em formato "*on line*" durante a pandemia, porém mesmo que as dificuldades de acesso à *internet* se evidenciassem naquele momento, a vontade de fazer um curso superior, expressada pelo corpo discente do curso de Geografia em Uarini, foi simplesmente notável. Assim, ministrei a primeira disciplina no segundo semestre de 2021, Geografia Física e Ensino percebendo que o cerca de 80% dos discentes, eram professores da rede pública de ensino fundamental e médio. Isto posto, esclarece-se o fato da importância da execução do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, que visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de educação básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam (Portal CAPES, 2024).

---

[45] Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora do Departamento de Geografia da UFAM. E-mail: adorea27@yahoo.com
[46] Mestrando em Geografia pela UFAM.

Figura 29 - Mapa da cidade de Uarini – Amazonas



Fonte: Carmo Filho (2024).

Em seguida, tendo obtido aprovação em edital para ministrar as disciplinas Domínios Morfoclimáticos e Estágio Curricular Supervisionado I, ambas ofertadas nos semestres 1 e 2 do ano de 2023 dirigi-me a cidade de Uarini. O acesso pode ser feito de lanchas a jato com pernoite em Tefé área de baldeação até Uarini. De avião chega-se no mesmo dia pela companhia Azul, com desembarque em Tefé pela manhã, segue-se de lancha até Uarini.

Todas as disciplinas constituíram-se de duas etapas, a teórica e a prática. A parte prática foi trabalhada por meio da construção de instrumentos pedagógicos com a função de auxiliar o corpo discente — que como tratado anteriormente é formado na maior parte por professores do município e adjacências — a ministrar os conteúdos de Geografia da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no item "O Sujeito e seu lugar no Mundo". Desse modo, foram ministradas aulas sobre a função e importância de cada instrumento, formas de leituras e medições, além de formas de uso e aplicações. Esses instrumentos foram o Psicrômetro, utilizado para as medições e umidade relativa do ar, o Barômetro para entendimento e compreensão da pressão atmosférica, o Teodolito alternativo e a Colorteca, uma coleção de cores do solo. Todos foram confeccionados com material de baixo custo, papelão, isopor, pincéis, copos plásticos, peneiras de diâmetros diferenciados e balanças. A finalidade foi construir os instrumentos e equipar uma estação caseira ou alternativa de mensurações do clima, relevo, solo e cobertura vegetal. Além das técnicas de construção, foram utilizadas plataformas digitais do *Google Earth*, IBGE, vídeos e aplicativos digitais como o *Plant Net*, um identificador de espécies

vegetais. Após a confecção, todos foram testados para as possíveis medições e trabalhos discentes nas escolas do município.

A proposta do Geografando a minha escola, consolidou-se neste momento quando os professores verificaram a possibilidade de ampliar o ensino de Geografia aplicando o uso das metodologias ativas que foram trabalhadas no projeto. Durante as aulas e na apresentação dos seminários de avaliação, consideramos importante levar para além dos muros da Universidade a propositura do Geografando a minha escola (Figura 30). Dessa maneira, nós planejamos e executamos de modo conjunto, a exposição na Praça da Orla de Uarini onde contamos com presença de toda a sociedade civil uariniense, destacando-se os estudantes da rede de ensino local.

Figura 30 - Preparação do I Workshop Geografando a minha escola em Uarini (AM)

Fonte: Acervo discente (2023).

Foi um dia de culminância onde todos puderam apresentar às pessoas ali presentes o papel da extensão universitária na capacitação e aprimoramento do trabalho docente no interior do Amazonas.

A apresentação foi realizada no dia 22 de agosto do ano de 2023 constituindo o I *Workshop* do Projeto "Geografando a minha Escola" no município de Uarini, Amazonas no encerramento do 8º módulo do Curso de Licenciatura em Geografia (Figura 31). O evento foi coordenado por Kauai Barbosa responsável local do PARFOR e teve o apoio da Secretaria Municipal de Educação. Dentre as metas do projeto, enunciamos o auxílio dos instrumentos como ferramentas de ensino e aprendizagens. Ademais, salienta-se a proposta de socialização do conhecimento e a promoção do capital social científico dos professores são ações que merecem ser projetadas no âmbito da sociedade daquele município.

Figura 31 - Apresentação do I Workshop na Praça da Orla de Uarini (AM)

Fonte: Instagram Prefeitura de Uarini (2023).

O I *Workshop* do PARFOR em Uarini contou com a presença de autoridades locais do Secretário Municipal de Governo Jocimar Inuma, da Coordenadora Regional da Secretaria de Educação do Estado Hellen Joaith Uchôa, do Vereador Michel Maia, do diretor de Comunicação Ionney Curintima, do Professor Hilton Ramos e do servidor Evandenilson Ribeiro – representante da Secretaria Municipal de Educação.

A título de conclusão expresso o meu agradecimento à Prefeitura Municipal de Uarini bem como ao coordenador local Kauai Barbosa e ao corpo discente do Curso de Geografia – PARFOR UARINI.

Agradecimentos:

Ao Professor Kawai Barbosa. A Prefeitura de Uarini. A todos os professores e professoras da turma de Uarini.

5.2.2 Relato de Experiência

Leituras geográficas a partir da experiência docente no interior do Amazonas (2007 – 2024)

Deivison Carvalho Molinari[47]

A apresentação contida no livro Geografia Física da Amazônia, volume 02, organizado pelos geógrafos Antônio Fábio Sabbá Guimarães Vieira e Deivison Carvalho Molinari, publicado em 2020 levanta um importante questionamento: Como entender a realidade amazônica?

> Lendo, experienciando, pesquisando [...]. Diversas podem ser as respostas, mas pode-se afirmar categoricamente que, a simbiose entre o viver na e o pesquisar a Amazônia permitem um olhar mais preciso e profundo desta vasta região, ainda hoje, em pleno século XXI, pouquíssima conhecida.

Apesar de verdadeira, a resposta trazida apresenta lacunas, pois omite demais possibilidades explicativas, como a do ensino (ou melhor, "ensinando"), tendo em vista a continuidade da atividade e a relação dialética do ensino-aprendizagem, no qual mais se aprende do que se ensina, e em que as vivências múltiplas dos diferentes amazônidas em sala de aula (ribeirinhos, indígenas, quilombolas, urbanos, entre outros) possibilitam um repensar da atividade docente, de nosso papel no mundo e, sobretudo, sobre diversidade sócio-biológica da formação espacial das diferentes "Amazônias" como ensinou o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves (2001).

Este breve ensaio sintetiza apontamentos e reflexões gestadas entre 2007 e 2024 na atividade docente nos municípios do interior do estado do Amazonas ministrando disciplinas/cursos como docente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sobretudo nos cursos modulares e no Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Ao final, realiza-se breves incursões sobre lições apreendidas no ensino da questão ambiental na cidade de Uarini em 2024.

A oportunidade de conhecer diferentes facetas do Amazonas, o maior estado da federação brasileira, foi um grande privilégio tendo em vista que a vivência/aprendizado foi realizada *in loco* das geomorfologias, hidrografias, pedologias, formações socioculturais, cosmovisões, sim, todas no plural, pois, de fato, são muitas, como evidenciado na subida do morro da Boa Esperança na cidade São Gabriel da Cachoeira,

[47] Doutor em Geografia pela UFAM, professor do Departamento de Geografia da UFAM. E-mail: molinari_geo@yahoo.com.br

batólito localizado no alto rio Negro (Souza, 2009) e na diversidade cultural dos povos originários, perfil dos alunos de Geografia.

De igual modo, as dimensões continentais atreladas às peculiaridades regionais impõem aos amazônidas, deslocamentos em tempos longos (dias e semanas e em múltiplos modais, sendo muitas vezes necessário "pernoitar" em determinado município, e a partir desse, tomar outra forma de deslocamento – como em Uarini, Envira, Boca do Acre, Ipixuna, o que permite conhecer culinárias distintas, elos/nós das redes de cidades (Morais; Schor, 2021; Jesus *et al.*, 2022), limnologias singulares (águas preta, clara, branca) (Sioli, 1985), modais de transporte (fluvial, aéreo e terrestre) (Oliveira Neto, 2019; Oliveira Neto e Nogueira, 2019) e, por vezes, até estados diferentes como os casos do Acre (cidades de Cruzeiro do Sul e Rio Branco) visando acessar Ipixuna e Boca do Acre, respectivamente, e/ou Rondônia (cidade de Porto Velho) com objetivo de chegar em Humaitá.

Deslocando-se pelos recônditos mais longínquos do estado do Amazonas, entende-se que, de fato, o "rio comanda a vida" (Tocantins, 1968), tendo em vista: a) ser elemento vital na produção das cidades (várzeas, confluências de rios) propiciando o surgimento de cidades anfíbias (Lima, 2022) uma vez que ficam condicionadas ao tempo cíclico da natureza (subida e descida das águas) como aferido nos trabalhos de campo nas sedes municipais do Careiro da Várzea e de Anamã; b) pelos processos geodinâmicos fluviais (Monteiro, 1954; Carvalho; Cunha, 2011) expostos por "terras caídas" que atuam fortemente sobre o bairro Praia do Gado, em Boca do Acre, rio Purus, e na beira (hoje rebuscadamente chamada de "orla") de Humaitá, na calha do rio Madeira, alterando significativamente a paisagem local; c) pela influência no sítio urbano de municípios como Boca do Acre dividida entre cidade baixa (várzea – parte antiga e original da cidade) e alta (Platô do Piquiá – concentrando parcela expressiva dos aparelhos de Estado, dentre os quais o Núcleo de Estudos Superiores da Universidade do Estado do Amazonas); em Carauari localizada em lagos de meandro abandonados; ou em Tefé e Uarini, no médio Solimões, em lago de foz afogada, semelhante as características descritas por Sternberg (1950) nos municípios do Careiro Castanho e Anamã; e, d) por fornecer elementos para a construção das geograficidades e cartograficidades do homem amazônico por meio dos mapas mentais do grandes conhecedores da Amazônia (Nogueira, 2021): os práticos e os comandantes de embarcação que "não se perde em nenhuma boca de rio [...] nem com nojo", como se fala na região, e que ficou evidenciado no caminho a gruta do Madadá, subindo o rio Negro em meio as ilhas do Parque Nacional de Anavilhanas, município de Novo Airão.

As transformações socioespaciais recentes associadas as frentes pioneiras na região da AMACRO, em especial a porção do sul do Amazonas (Vidal; Oliveira Neto, 2023) ficaram evidenciadas no desmatamento na BR-317 adjacente à Terra Indígena Apurinã e, sobretudo na área do Projeto de Assentamento Monte (Piontekowski *et al.*, 2011; Imazon, 2024) no município de Boca do Acre; as queimadas na BR-230 (rodovia Transamazônica) evidenciaram-se nos fins de tarde do verão amazônico na cidade de Lábrea; e, expansão da fronteira agrícola (soja) em Humaitá.

As singularidades das imbricações sociedade-natureza nas áreas de fronteira da Amazônia ficou clara no alto Solimões, em especial, entre Peru, Colômbia e Brasil, especificamente na vila de Islândia, complemente flutuante (Souza; Oliveira, 2017) e com seus homens anfíbios (Fraxe, 2001), de igual modo, a dinâmica geomorfológica fluvial e implicações no ordenamento territorial ("deslocamento de ilhas entre países") (Carneiro *et al.*, 2009) evidenciando o potencial do olhar geográfico para a compreensão da complexidade cultural, diversidade étnica dos amazônidas e dinâmica de processos geomorfológicos atuantes naquele recorte espacial amazônico.

A breve estada em Uarini remeteu a lembranças dos ensinamentos do geógrafo, professor, amazônida e grande mestre José Aldemir de Oliveira sobre o cotidiano (tempos) nas pequenas cidades, a produção do urbano e das novas territorialidades (1995, 1998, 2003) identificadas na "terra da farinha" cuja importância é vital para o desenvolvimento regional e local (Silva; Soares, 2023).

O entusiasmo, a alegria e o interesse dos discentes em Geografia, turma de licenciatura em Geografia (2018/2024) do PARFOR/UFAM, em apreender foi a indelével marca impressa, na forma de experiência vivida e lembrada por este autor que subscreve. Pode-se afirmar que, mais se aprendeu do que se ensinou com estes amazônidas da cidade e das comunidades rurais/ribeirinhas (a exemplo do Punã dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá) no município de Uarini tendo em vista que o saber adquirido no dia-a-dia nas roças cultivando a terra, nas reuniões comunitárias, lanço de pesca (Nascimento; Cruz, 2019), subindo/descendo rios e lagos, atalhando por furos e paranás, uso das ervas e plantas para tratamentos de saúde, na percepção das alterações climato-hidrológicas após a grande seca de 2023, entre outros, evidencia, o profundo conhecimento da relação homem-natureza na Amazônia.

Diante do exposto, resta somente agradecer aos geógrafos de Uarini e dos demais municípios do Amazonas (Ipixuna, Boca do Acre, Envira, Eirunepé, Carauari, Novo Aripuanã, Lábrea, Coari, Tefé, Anamã, Anori, Codajás, Manacapuru, Itacoatiara, Maués, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte) ao aprendizado outorgado e a verdadeira aula concedida a mim ao longo desses anos, aprendiz de geógrafo na Amazônia.

Referências

CARVALHO, José Alberto Lima; CUNHA, Sandra Batista. Terras caídas e consequências sociais na Costa do Miracauera, município de Itacoatiara - Amazonas, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, Costa Rica, v. 2, jul./dic. 2011.

CARNEIRO, Deize; SOUZA, José Camilo Ramos; VICENS, Raúl Sánchez; CARVALHO, José Alberto Lima. Morfodinâmica do rio Solimões e implicações sociais: uma proposta de educação ambiental com o suporte das geotecnologias e do conhecimento tradicional. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14., 25-30 abril 2009, Natal, Brasil. **Anais** [...]. Natal: INPE, 2025. Disponível em:

http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.18.01.39.59/doc/2381-2387.pdf Acesso em: 15 fev. 2024.

FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto. **Homens Anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2001.

GONÇALVES. Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

JESUS, Ana Beatriz Castro de; Oliveira Neto, Thiago; SILVA, Fredson Bernardino Araújo. Rede urbana e frentes pioneiras no Sul do Amazonas: rodovias Transamazônica (BR-230) e Manaus-Porto Velho (BR-319). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 108, jul./dez. 2022. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/2864/2207. Acesso em: 23 fev. 2024.

LIMA, Marcos Castro. A urbanização anfíbia na Amazônia: da natureza das cidades à natureza e as cidades. *In*: MARINHO, R. R; SOUZA, G. A.; NETO, J. C. A. S. (org.). **A geografia amazônica em múltiplas escalas**. 2. ed. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2022.

MORAES, André de Oliveira.; SCHOR, Tatiana. Cidades e natureza na Amazônia: a rede como abordagem interdisciplinar ambiental. **ACTA Geográfica,** Boa Vista, v. 15, n. 37, jan./abr. de 2021.

NASCIMENTO, Dilson Gomes; CRUZ, Manuel de Jesus Masulo. Territorialidades da pesca no médio rio Amazonas. **Revista Geonorte,** v. 10, n. 35, p. 152-166, 2019. Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/download/5447/4611. Acesso em: 3 abr. 2024.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Geograficidades e cartograficidades: os mapas mentais e o ato de representar. **Ciência Geográfica,** Bauru, v. 25, n. 5, jan./dez. 2021. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_5/agb_xxv_5_web/agb_xxv_5-17.pdf. Acesso em: 7 abr. 2024.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A vivência nas cidades da Amazônia: algumas reflexões. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 207, p. 55-65, 2003.

_____. Cidades amazônicas: a produção do espaço urbano. **Revista de Geografia (Recife)**, Manaus, p. 23-46, 1998.

_____. Repensando o estudo das pequenas cidades amazônicas. **Revista da Universidade do Amazonas**, Manaus, v. 4, n. 1/2, p. 155-172, 1995. Série Ciências Agrárias.

OLIVEIRA NETO, Thiago. As rodovias na Amazônia: uma discussão geopolítica , **Confins** [*en ligne*], n. 501, 2019, Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/21176. Acesso em: 2 mar. 2024.

_____; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Os transportes e as dinâmicas territoriais no Amazonas. **Confins** [*en ligne*], n. 43, 2019. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/25365. Acesso em: 3 mar. 2024.

PIONTEKOWSKI, Valderli Jorge; SILVA, Sonaira Souza; PINHEIRO, Tayana da Silva.; COSTA, Felipe Coelho; MENDONÇA, Elsa Renee Huanan. O avanço do desflorestamento no município de Boca do Acre, Amazonas: estudo de caso ao longo da BR-317. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - SBSR, 15., 30 de abril a 05 de maio de 2011, Curitiba, PR, Brasil. **Anais** [...]. Curitiba: INPE, 2011. Disponível em: http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/marte/2011/07.15.13.22/doc/p1430.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

SILVA, Michele Lins Aracaty; SOARES, Marlene de Almeida. A farinha do uarini e sua importância para o desenvolvimento regional e local. In: Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, 3., 2023, IJUÍ, RS, BRASIL. **Anais** [...]. Injuí: PPGDR/UNIJUÍ, v. 3, n. 1, 2023. Disponível em: https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/22970. Acesso em: 30 abr. 2024.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. Record: Rio de Janeiro, 1968.

SIOLI, Harald. **Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais**. São Paulo: Vozes, 1985.

SOUZA, Alex Sandro Nascimento; OLIVEIRA, José Aldemir. Islândia: o florescimento da ilha peruana na fronteira. **Mundo Amazónico**, v. 8, n. 2, p. 11-26, 2017. Disponível em: https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/67028/64514-378968-5-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 fev. 2024.

SOUZA, Antônio Gilmar Honorato. **Petrografia e geoquímica do batólito granítico São Gabriel da Cachoeira, província Rio Negro (AM).** Dissertação (Mestrado em Geologia) – Programa de pós-graduação em Geociências. Manaus, 2009.

STERNBERG, Hilgard. Vales tectônicos na planície amazônica? **Revista Brasileira de Geografia**, v. 12, n. 4, p. 3-26, 1950.

VIDAL, Bruno Sarkis.; OLIVEIRA NETO, Tiago. Desmatamento e as frentes pioneiras na região da Amacro. **Revista Presença Geográfica**, v. 10, n. 1, 2023. Disponível em: https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/7257/1405. Acesso em: 25 abr. 2024.

5.2.3 Relato de Experiência

A contribuição do estágio curricular supervisionado em geografia no âmbito do PARFOR (Uarini/AM)[48]: limitações e alternativas

Amélia Regina Batista Nogueira[49]
Mircia Ribeiro Fortes[50]

O relato é resultado da experiência docente do Estágio Curricular Supervisionado II, componente obrigatório presente na matriz curricular do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, realizado com a turma 431 do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) no distrito sede do município de Uarini/AM.

O estágio supervisionado é um componente indispensável em todos os cursos de licenciatura. É durante o estágio que o estudante aplica os conhecimentos e habilidades adquiridos ao longo do curso em um campo de trabalho potencial, a sala de aula. Dessa forma, os estágios supervisionados em geografia têm como objetivo proporcionar uma experiência prática no ambiente escolar.

A qualidade da formação de professores é uma das principais preocupações educacionais do PARFOR e do curso de licenciatura em Geografia. A supervisão do professor regente e o apoio constante aos estagiários são algumas das maneiras mais eficazes de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Sendo assim, na formação de professores, o estágio supervisionado desempenha um papel crucial na garantia da qualidade profissional.

Para atingir o objetivo do PARFOR, que é induzir e fomentar a oferta de educação superior gratuita e de qualidade, bem como os objetivos do Estágio Supervisionado II, maximizamos as oportunidades que não estavam previstas, mas que contribuíram significativamente. A flexibilidade na sistemática de realização de algumas atividades inerentes ao estágio foi importante para assegurar o desenvolvimento da prática docente e valorizar a realidade escolar local.

O caminho percorrido: proposta

O Plano de Ensino é o roteiro para todas as atividades que serão desenvolvidas dentro do programa do PARFOR, conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Porém,

---

[48] Distrito sede do município homônimo, situado na Mesorregião Centro Amazonense.

[49] Professora do Departamento de Geografia e da Pós-Graduação em Geografia – IFCHS/UFAM - ameliabatista@ufam.edu.br

[50] Professora do Departamento de Geografia e da Pós-Graduação em Geografia – IFCHS/UFAM - mirciafortes@ufam.edu.br

quando não se tem conhecimento da realidade socioeconômica, dos estudantes e das escolas de um determinado município, as perspectivas teórico-metodológicas para o processo de ensino e aprendizagem e, sobretudo, para a realização do estágio supervisionado devem ser reavaliadas e repensadas, inclusive no que diz respeito à ausência de acompanhamento, ou seja, a maioria dos professores que acompanharão os estagiários nas escolas não tem formação específica na área do estágio. Alguns não concluíram nenhum curso de formação em licenciatura plena. Alguns, sendo de outras áreas, complementam sua carga horária com aulas de Geografia. Desta forma, o aluno/estagiário, sente-se sem referência de profissionais da área. Assim, toma-se cuidado para que a atividade de estágio, não supra a necessidade da falta de professores na escola.

O componente curricular Estágio Curricular Supervisionado II tem uma carga horária de 150 horas dedicadas ao Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano, distribuídas em aulas teóricas (30 horas) e aulas práticas (120 horas).

No PARFOR – Geografia, município de Uarini, os encontros formativos foram realizados de 13 a 16 de março de 2024, na Escola Municipal Azenilda Braga Lopes, cedida pela Secretaria de Educação Municipal de Uarini/AM. essa escola encontra-se parcialmente em funcionamento, atendendo apenas a etapa de formação de EJA - Educação para Jovens e Adultos.

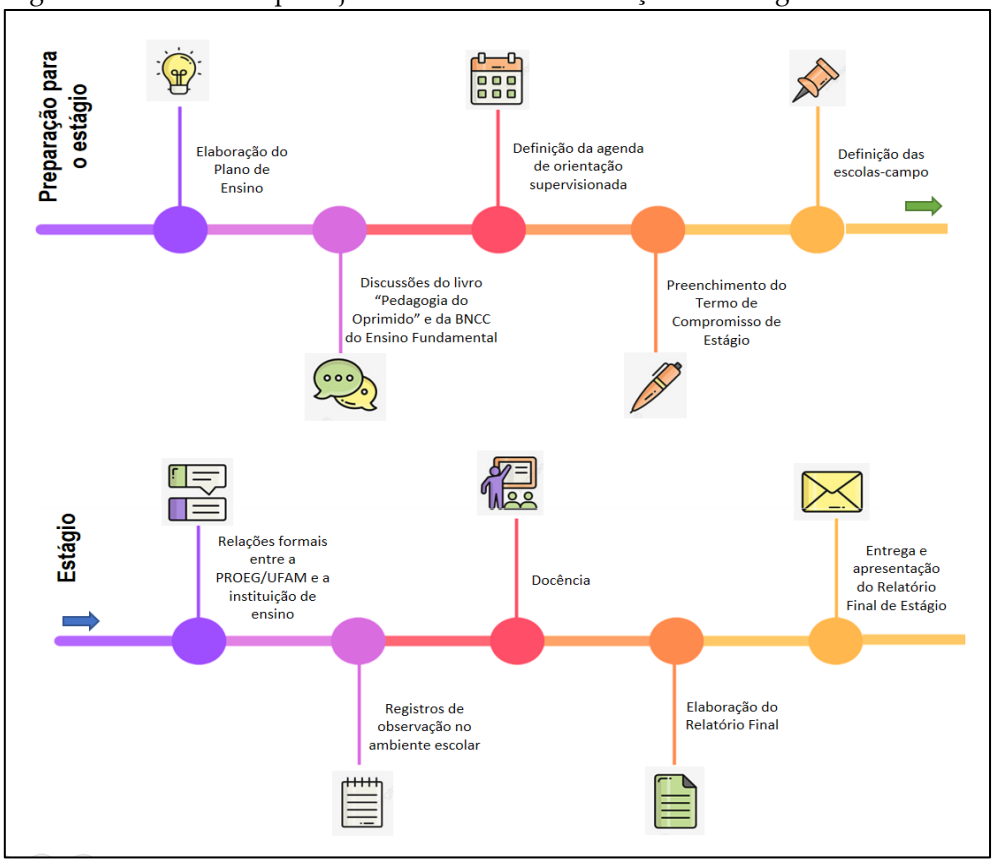
Nas aulas teóricas, foi discutido o livro "Pedagogia do Oprimido", de Paulo Freire, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental – Anos Finais (Figura 32).

Figura 32 - Aulas presenciais na E.M. Azenilda Lopes (Uarini/AM)

Fonte: As autoras (2024).

A Figura 33, apresenta um resumo das prioridades que foram consideradas para a realização do estágio supervisionado.

Figura 33 - *Timeline* do planejamento de ensino e inserção dos estagiários nas escolas



Fonte: Org. pelas autoras (2024).

A inserção no campo de estágio

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Uarini obteve um Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) de 3,7 para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) em 2021. Em comparação com outros municípios do Amazonas, o município ocupa a posição de 52º entre os 62 municípios do estado. Em relação aos municípios brasileiros, a posição é de 4.599º de 5.570. O baixo índice na aprovação no IDEB é explicado pelos resultados baixos na taxa de aprovação (poucos alunos passam de ano) e no desempenho no *Sistema de Avaliação da Educação Básica* - SAEB (poucos alunos alcançam boas notas). É importante salientar que a meta do IDEB para 2021, referente ao Ensino Fundamental – anos finais, foi de 5,5.

Diante dessa realidade, como todas as turmas de licenciatura no interior do estado do Amazonas ofertadas e fomentadas pelo PARFOR, as etapas acadêmicas não são fáceis. Os estudantes, que são, na maioria, professores, enfrentam diversas dificuldades, uma vez que precisam ajustar a jornada de trabalho aos módulos das disciplinas que extrapolam o período de recesso escolar e vivem e trabalham em comunidades distantes da sede do município.

Para minimizar esses problemas, concedemos dispensa de 30 horas de estágio, das 120 horas, para os estudantes que comprovassem estar atuando como professores de Geografia no ensino fundamental (6º ao 9º ano).

A lista das escolas da rede Municipal e Estadual uarinenses com o nível fundamental – anos finais (ensino regular e EJA), estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Escolas do Ensino Fundamental (Anos Finais) – Uarini/AM

Escola	Rede	Modalidades	Anos	Turnos
Santiago Canayo Peres	Municipal	Ensino Regular	6º e 7º	Vespertino
Profª Maria Marcelina	Municipal	Ensino Regular	6º ao 9º	Vespertino
Carlos Braga	Municipal	Ensino Regular	6º ao 9º	Vespertino
		EJA	6º ao 9º	Noturno
Rosilda do Carmo de Lima	Municipal	Ensino Regular	6º ao 9º	Vespertino
		EJA	6º ao 9º	Noturno
Edson Melo	Estadual	Ensino Regular	6º ao 9º	Matutino
Hermano Stradelli	Estadual	EJA	6º ao 9º	Noturno
São Luiz de Gonzaga[1]	Municipal	Ensino Regular	6º ao 9º	Vespertino
		EJA	6º ao 9º	Noturno

[1]Escola situada na Comunidade Punã.
Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Uarini.
Nota: Org. pelas autoras.

Outra adequação foi que, para orientar e supervisionar, os estagiários foram distribuídos entre quatro professoras-supervisoras responsáveis pela disciplina. Ademais, foi realizada uma visita à Escola Municipal São Luiz de Gonzaga, situada na comunidade ribeirinha de Punã, margem direita do Rio Solimões (Figura 29).

O Estágio Supervisionado é dividido em três etapas: observação, coparticipação ou observação participante e regência nas escolas-campo. Em cada um dos casos, foram solicitados documentos que comprovassem sua realização. A figura 34, mostra algumas das escolas onde foram realizados os estágios supervisionados que ocorreu no período de março a maio de 2024. O acompanhamento do estágio nesse período, foi feito de forma remota, através de diálogos via WhatsApp, mensagens através de e-mails, onde os grupos de alunos tiravam suas dúvidas, enviavam seus planos de aula das regências para serem avaliadas e fotos de suas atividades docentes.

Figura 34 - Escolas-campo do município de Uarini/AM. Da esquerda para a direita: Escola Estadual Hermano Stradelli; Escola Estadual Edson Mello; Escola Municipal São Luiz de Gonzaga (comunidade de Punã

Fonte: Foto de Mircia Fortes (mar. 2024).

Considerações finais

Os desafios da prática docente não se limitam à sala de aula. Observamos que a grande maioria dos estudantes não reside na sede do município de Uarini. Dessa forma, muitas vezes, é necessário retornar às comunidades antes do término do módulo, uma vez que à saída e o horário de barcos para a comunidade onde residem e trabalham não coincidem com o término do módulo, o que causa atraso no início de suas atividades docentes nas escolas.

Outra dificuldade diz respeito às escolas onde esses alunos dessas comunidades ministram aula. As salas são multisseriadas. Logo, só poderiam realizar o estágio no ensino fundamental – anos finais, no município sede. Apesar dessas dificuldades, os estagiários se organizaram para cumprir as atividades propostas, pois sentiram-se seguros com a proposta de acompanhamento, que mesmo no período remoto, não deixaram de ter suas dúvidas sanadas.

Apesar do PARFOR, ser um programa necessário e importante para formação de professores em municípios em que a universidade não se faz presente de forma integral, precisa ser repensado, principalmente no que diz respeito aos seus projetos pedagógicos, pois são projetos construídos para uma realidade urbana, dos grandes e médios centros, com realidades que não refletem o lugar e os sujeitos que serão envolvidos, no caso do Amazonas (agricultores, pescadores, pessoas de diferentes etnias). Quando o curso tem duas habilitações, como é o caso da Geografia (Bacharelado e Licenciatura), os projetos pedagógicos ainda se distanciam mais da formação dos professores, pois há um peso grande nos projetos pedagógicos para a formação de bacharéis, ficando apenas a carga dos componentes pedagógicos, a responsabilidade com a formação plena dos

licenciados. Porém, não se pode deixar de reconhecer a importância e contribuição do PAFOR com a formação desses professores.

Referências

IBGE. **Uarini**: panorama. Brasília, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/uarini/panorama. Acesso em: 19 abr. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

5.2.4 Relato de Experiência

Formação, trabalho de campo e geografia

Thiago Oliveira Neto[51]

Participei do PARFOR enquanto "apoio técnico" a coordenação do professor Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, com a realização de uma viagem entre Manaus e Uarini entre os dias 06 e 10 de fevereiro de 2024, com o objetivo de reunir diferentes elementos para a organização do livro referente a experiência de formação de professores no interior do Amazonas e o papel desempenhado pelo Departamento de Geografia da UFAM.

Essa missão desdobrou-se ainda em duas atividades: referente a colaboração com a disciplina de Geografia Humana da Amazônia ministrada pelo professor Dr. Marcos Castro de Lima e que gentilmente destinou a tarde do dia 08 de fevereiro para eu realizar uma participação com apresentação sobre as pesquisas sobre transportes na Amazônia e a aplicação de uma atividade de produção textual e apresentação pelos estudantes no mesmo dia; a segunda atividade com participação foi realizada na manhã do dia 09 de fevereiro com um trabalho de campo realizado ao longo percurso entre o Centro de Formação Profissional Azenilda Braga Lopes e o porto da Capela em um percurso com 12 quilômetros ao longo da Estrada Dezenove de Abril, atividade de campo que teve como objetivo observar as múltiplas espacialidades, manifestações do urbano nas áreas rurais, presença de atividades econômicas com os circuitos espaciais produtivos e as redes geográficas. Essa prática de campo teve pontos de parada (lixão, casa de farinha mecânica e a produção de farinha, capela e ponto nodal local; cemitério, fabrica de tijolos) destacando as diferentes interpretações geográficas que podem ser realizadas das espacialidades observadas.

Essas três interações realizadas foram fundamentais para mim enquanto professor-pesquisador para conhecer outras realidades e a importância do processo de expansão da formação superior no interior do estado do Amazonas, contribuindo mesmo que em um período curto de estadia na cidade de Uarini e desenvolvendo atividades que buscaram aproximar diversas discussões da geografia brasileira com a realidade vivida.

Como a Geografia está em toda parte como menciona Denis Cosgrove, as viagens de ida e volta, as interações em sala de aula e o trabalho de campo possibilitaram observar transformações espaciais, arranjos espaciais referentes as dinâmicas de transportes essencialmente fluviais com uma rede bastante capilar e com diversos fluxos de articulação entre os lugares, a importância dos portos enquanto nodais de

[51] Professor voluntário do Departamento de Geografia da UFAM, Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2024). Pós-doutorando em Geografia pela UFAM. E-mail: thiagoton91@live.com

conectividade entre as cidades e a rede urbana, dinâmicas da geomorfologia fluvial com as erosões fluviais com os fenômenos das terras caídas[52], presença de falésias fluviais e a ocupação ribeirinha com casas distantes uma das outras, vilas e roças com produção agrícola para abastecer internamente as demandas e as feiras e comércios das cidades ribeirinhas, ou seja, uma viagem que representou em um trabalho profissional e um enorme trabalho de campo.

Figura 35 - Turma de geografia do município de Uarini em 08 de fevereiro de 2024

Fonte: Acervo do autor.

[52] Ver definição e um estudo detalhado em Carvalho (2006).

5.2.5 Relato de Experiência

A Importância do PARFOR na Formação de Profissionais do Interior do Amazonas: Perspectiva gerais e Atuação do Coordenador Local

Kauai Cavalcante Barbosa[53]

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) é uma iniciativa fundamental para a qualificação de professores no Brasil, especialmente em regiões mais isoladas, como o interior do Amazonas. Este programa tem como objetivo proporcionar formação superior a professores em exercício, garantindo que eles possam adquirir ou concluir sua graduação em cursos específicos. No contexto do Amazonas, onde as distâncias geográficas e a falta de infraestrutura educacional são desafios constantes, o PARFOR desempenha um papel crucial na democratização do acesso à educação superior e na melhoria da qualidade do ensino.

Cardoso (2017) destaca de forma eficiente, o PARFOR como uma política nacional de formação de professores da rede pública, enfatizando sua relevância na melhoria da qualidade da educação básica no Brasil. Apesar de ser uma iniciativa recente, o PARFOR enfrenta desafios burocráticos e econômicos desde sua implementação. A necessidade de estudos mais aprofundados é ressaltada para avaliar se os princípios estabelecidos estão sendo integralmente cumpridos em níveis federal, estadual e municipal.

O estudo de Souza (2017) analisou o impacto do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) nas escolas públicas do ensino fundamental. Foram avaliados dados sobre a quantidade de pedagogos formados pelo PARFOR atuando nessas escolas e a relação entre a participação no programa e a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Notou-se que PARFOR tem contribuído para aumentar o número de pedagogos nas escolas públicas e tem influenciado positivamente o Ideb, indicando sua eficácia na melhoria da qualidade da educação nessas instituições.

O trabalho de Damasceno (2019) analisa a implementação do PARFOR, que visa adequar a formação dos professores em exercício na rede pública de Educação Básica. O PARFOR busca promover a articulação entre instituições de ensino superior e redes de ensino, visando melhorar o desempenho das escolas nos processos de avaliação da qualidade do ensino. Destaca-se a importância da formação docente para garantir a qualidade do ensino, sendo um direito constitucional, e a necessidade de políticas públicas que promovam a formação inicial e continuada dos professores.

[53] Professor de Geografia da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Uarini; Coordenador Local do Curso de Geografia – PARFOR pela UFAM. E-mail: kauai_cavalcante@yahoo.com

Contexto de implementação do PARFOR

A implementação do PARFOR foi motivada por diversos contextos que evidenciaram a necessidade de melhorar a formação dos professores da Educação Básica. Alguns desses contextos incluem a importância do desenvolvimento profissional contínuo dos docentes, a relação entre os conhecimentos adquiridos na formação e sua aplicação prática, a necessidade de adequar a formação dos professores às disciplinas que ministram, e a busca por fortalecer e qualificar o ensino nas escolas públicas. Além disso, a Política Nacional de Formação Docente induzida pelo Ministério da Educação destacou a importância da formação contínua dos professores como um processo de construção de uma prática docente qualificada e de afirmação da identidade profissional. Esses contextos culminaram na criação e implementação do PARFOR como uma ação para promover a formação dos profissionais do magistério da Educação Básica, visando a melhoria da qualidade da educação no país.

Segundo Damascento (2017) a implementação do PARFOR pode contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de diversas maneiras: Adequação da formação dos professores: O PARFOR busca adequar a formação dos professores em exercício na rede pública de Educação Básica às disciplinas que ministram em sala de aula, o que pode resultar em práticas pedagógicas mais eficazes e alinhadas com as necessidades dos alunos. Incentivo à inovação na formação: O programa estimula o desenvolvimento de propostas formativas inovadoras, considerando as especificidades da formação em serviço para professores da Educação Básica. Isso pode resultar em métodos de ensino mais dinâmicos e eficientes. O PARFOR busca estimular o aprimoramento dos PPC (Proposta Pedagógica Curricular) das licenciaturas, com base nas experiências observadas nas turmas especiais implementadas. Isso pode resultar em cursos mais alinhados com as demandas da Educação Básica e dos professores em exercício. Ao promover a formação continuada dos professores e a articulação entre instituições de ensino superior e redes de ensino, o PARFOR pode contribuir para o fortalecimento da qualidade do ensino nas escolas públicas, impactando positivamente o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Em Resumo, a implementação PARFOR cumpriu um papel fundamental na formação de professores sem a habilitação exigida, proporcionando-lhes a oportunidade de qualificação acadêmica, atualização profissional e aprimoramento da prática docente, contribuindo assim para a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil.

PARFOR no contexto amazônico

Angotti (2016) em sua tese de doutorado aborda a importância da formação de professores em Ciências Biológicas na região amazônica, por meio do PARFOR, Plano Nacional de Formação de Professores. Destaca-se a necessidade de abordar questões socioambientais relevantes para a região, considerando as características geográficas, socioeconômicas e históricas locais.

A formação dos professores no PARFOR visa transformá-los em agentes ativos, conscientes e comprometidos com a realidade socioambiental amazônica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a justiça social na região. O trabalho ressalta a importância da conscientização e da reflexão dos professores em formação, visando uma educação mais contextualizada e engajada com as questões socioambientais locais e globais.

O PARFOR na Amazônia se caracteriza por ser uma iniciativa voltada para a formação de professores em exercício, principalmente aqueles que não possuem formação adequada para a docência, como os professores leigos. Essa formação é oferecida em diversos Estados da região amazônica, visando suprir a demanda por profissionais qualificados, especialmente em áreas como Ciências Biológicas, Matemática, Química, Educação Física, Letras e Geografia.

O PARFOR na Amazônia enfrenta desafios específicos devido às características geográficas e socioeconômicas da região, que incluem dificuldades de acesso à formação devido à dispersão populacional e precariedade estrutural e pedagógica das escolas. Além disso, a história de exploração socioeconômica da região faz parte da identidade dos professores que ali se formam, influenciando sua percepção sobre questões socioambientais e seu papel na transformação social e no desenvolvimento local.

A presença do PARFOR nessa região destaca a importância de abordar questões socioambientais relevantes, tanto em nível global quanto regional, a fim de capacitar os professores para atuarem de forma consciente e ativa em suas comunidades. A conscientização sobre a realidade socioambiental amazônica pode levar à transformação dos professores de sujeitos passivos em agentes de mudança, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na região.

Portanto, o PARFOR tem a responsabilidade, através da formação continuada, conscientizar dos professores, possibilitando a reflexão e a ação em prol de uma educação mais contextualizada e comprometida com as questões socioambientais locais e globais, não importa em qual área do conhecimento seja.

Coordenação local como articuladora entre a universidade, o município e a comunidade

Para entendermos efetivamente o contexto desse tópico, devemos levar em consideração as colocações de Lucena *et al*. (2012), quando abordam o desafio da educação a distância na Amazônia, destacando a iniciativa da Universidade Federal do Amazonas em oferecer cursos de graduação à distância em regiões remotas. Devido ao isolamento geográfico e às dificuldades econômicas e sociais enfrentadas pelos habitantes da região, a educação a distância se torna uma oportunidade crucial para o acesso à educação superior.

Nesse contexto, surge nosso objeto de estudo, o curso de Geografia do PARFOR da Cidade de Uarini, que no atual contexto é administrado pela UFAM, todavia, vale destacar que outras IES já administraram outros cursos na mesma cidade, como é o Exemplo do Curso de Pedagogia que foi concluído em 2022 e administrado pela UEA.

Nosso Relato de Experiência, tem como vigência o período de julho de 2023 a maio de 2024, pois o atual coordenador foi escolhido via edital com vigência de um ano. Mas afinal quem é esse coordenador? O que ele faz?

A função do coordenador local é de articulador entre a universidade, o município (SEMED) e a comunidade acadêmica (ALUNOS) é de extrema importância no contexto do PARFOR. Esse profissional desempenha um papel fundamental na integração e na comunicação entre essas diferentes esferas, garantindo uma atuação colaborativa. Ele trabalha para que as orientações vindas do poder público sejam cumpridas de forma a beneficiar diretamente os cursistas e demais membros da comunidade acadêmica, pois a maioria dos alunos já são professores e eles precisam se ausentar por 3 a 4 semanas duas vezes por ano para participar dos módulos de disciplinas. Assim o coordenador precisa providenciar toda a documentação para liberação desses acadêmicos, para que os mesmos não sejam prejudicados.

Além disso, o coordenador local é responsável por organizar as situações de ensino-aprendizagem, valorizando a ação docente e contribuindo para a formação e valorização dos professores. Ele deve atuar com um elo essencial entre os cursistas, a coordenação da universidade e as demandas do município.

Em resumo, a função do coordenador local como articulador é garantir a integração e a cooperação entre a universidade, o município e a comunidade acadêmica, promovendo uma formação docente de qualidade e alinhada com as necessidades e realidades locais.

Durante o período as atividades (2023-2024) foram realizadas pela UFAM, via Coordenação Local do PARFOR em Uarini, atividades junto a turma de Geografia da Cidade, evidenciando o compromisso da instituição com a formação dos professores cursistas. Ao longo do curso, uma série de iniciativas foram implementadas visando o aprimoramento profissional e acadêmico dos participantes.

Uma das principais atividades desenvolvidas foi a oferta regular de disciplinas, proporcionando aos cursistas a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em áreas específicas, como Geografia Humana e Física. Além disso, foram realizados trabalhos de campo, que permitiram a aplicação prática dos conteúdos estudados em sala de aula, enriquecendo a formação dos professores.

Destaca-se também a participação em eventos acadêmicos, como a Mostra de Gestão da SEMED, palestras e seminários relacionados ao ensino de Geografia. Essas atividades propiciaram a troca de experiências, o debate de ideias e a ampliação do repertório dos cursistas, contribuindo para a construção de uma prática pedagógica mais sólida e inovadora.

No que diz respeito aos resultados alcançados, A Coordenação Local e Geral sempre incentivou à produção acadêmica por parte dos discentes e docentes do curso de Geografia. Sob nova coordenação, foram estimuladas a elaboração de artigos, relatos de experiências e resumos expandidos, demonstrando o engajamento da comunidade acadêmica em produzir conhecimento relevante e atualizado.

É importante mencionar que, apesar dos avanços, o curso também aborda as dificuldades enfrentadas, como a evasão nas turmas, muitas desistências foram feitas. Questões como a falta de infraestrutura adequada, a pandemia de Covid-19 e a disponibilidade de horários dos professores impactaram negativamente a continuidade e o aproveitamento do curso. No entanto, a instituição está empenhada em superar esses desafios e garantir a qualidade da formação oferecida para turma vigente.

Em resumo, o trabalho desenvolvido pela UFAM em Uarini no âmbito do PARFOR em 2024 reflete o comprometimento com a valorização e qualificação dos profissionais da educação. As atividades realizadas evidenciam a busca constante por inovação, excelência acadêmica e impacto positivo na comunidade, reafirmando o papel fundamental do programa na promoção de uma educação mais inclusiva, democrática e de qualidade para todos.

Considerações finais

É evidente a relevância do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) na região do Amazonas, especialmente no interior. O PARFOR desempenha um papel crucial na qualificação de professores em exercício, muitos dos quais não possuem a formação adequada para a docência, como é o caso dos professores leigos.

No contexto amazônico, o PARFOR busca estimular o aprimoramento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) das licenciaturas, alinhando-os com as demandas da Educação Básica e dos professores em exercício. Isso resulta em cursos mais adequados às necessidades locais, contribuindo para o fortalecimento da qualidade do ensino nas escolas públicas e impactando positivamente o processo de ensino e aprendizagem dos alunos 6.

Além disso, a presença do PARFOR na região destaca a importância de abordar questões socioambientais relevantes, capacitando os professores para atuarem de forma consciente e ativa em suas comunidades. A formação dos professores no PARFOR visa transformá-los em agentes ativos, conscientes e comprometidos com a realidade socioambiental amazônica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a justiça social na região 6.

Nesse contexto, o papel do Coordenador Local do PARFOR é fundamental. O Coordenador Local desempenha um papel vital no suporte às atividades dos módulos de aula, organizando a logística, gerenciando os aspectos administrativos, facilitando a comunicação entre alunos e professores, e oferecendo apoio pedagógico e motivacional. Em regiões como o interior do Amazonas, onde os desafios geográficos e estruturais são constantes, o Coordenador Local é essencial para garantir o sucesso e a qualidade do programa educacional.

Portanto, o PARFOR não apenas contribui para a formação de professores qualificados no interior do Amazonas, mas também promove uma educação mais contextualizada, engajada com as questões locais e globais, e comprometida com o

desenvolvimento sustentável da região. O programa, aliado ao trabalho do Coordenador Local, desempenha um papel fundamental na melhoria da qualidade da educação básica e no fortalecimento do ensino nas comunidades amazônicas.

Referências

ANGOTTI, Peres. **A formação de professores na Amazônia e as dimensões socioambientais**: um estudo sobre o PARFOR. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

CARDOSO, Elisângela Andrade Moreira; NUNES, Claudio Pinto. O plano nacional de formação de professores da educação básica (PARFOR): o ideal e a realidade vigente. **Educação & Formação**, v. 2, n. 6, p. 54-69, 2017.

DAMASCENO, Lorena Lins; FONTES, Mariana Gomes. Formação de professores para a qualidade na educação básica: contextos que conduziram à implementação do PARFOR. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, 2019.

FERREIRA, Cristina Torres da Silva. Coordenação local do PARFOR presencial na Universidade Federal do Maranhão: parte constitutiva do processo de formação dos professores da educação básica. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 11, p. 169-184, 2022.

LUCENA, Ketlen K. Teles *et al*. O desafio da educação a distância na Amazônia: um estudo de caso. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (SIED), ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ENPED), 10 a 12 set. 2012, São Carlos, SP. **Anais** [...]. São Carlos, SP: CIET: Horizonte, v. 1, n. 1, 2024.

SOUZA, Valdinei Costa. Impacto do PARFOR nas escolas públicas do ensino fundamental. **Educação & Realidade**, v. 46, p. e106417, 2021.

6 Perspectivas e a importância da formação no interior do Amazonas

Nesta última páginas gostaria de traçar algumas reflexões sobre o processo de formação superior e a interiorização desta formação no país e principalmente no estado do Amazonas, pois a interiorização apresenta diversos significados para a sociedade amazonense, abre caminhos novos para pensar, agir, construir e avançar na construção do saber e das lutas diárias para garantir dignidade, tendo as instituições públicas a missão de garantir cada vez mais a formação e a construção de uma cidadania plena e esta é feita somente com esforço coletivo e de articulação institucional em diversas escalas.

O esforço para a formação deve ocorrer de maneira coletiva, para isso, atores que se fazem presentes nas instituições municipais e públicas de ensino devem ter claramente uma consciência de classe, das realidades sociais locais e dos mecanismos que podem ser articulados e reunidos para propiciar uma ampliação da formação acadêmico-pedagógica visando a construção de uma sociedade com professores qualificados visando a formação de sujeitos cidadãos, pois o que temos no Brasil como menciona Milton Santos é uma sociedade com sua cidadania mutilada e esfacelada, com graves marcas das desigualdades espaciais e consequentemente sociais, sendo um dos objetivos a superação destas, principalmente no âmbito do acesso a formação acadêmica.

A formação acadêmica superior brasileira teve ao longo de sua história diversas contradições como a concentração das formações com universidade em áreas que tiveram dinamismo econômico e a formação de uma elite aristocrática como mencionamos nas primeiras páginas deste livro, mas a redução destas distorções apresentou dois importantes movimentos, o primeiro no que concerne a criação e consolidação das universidades públicas em diversas cidades, principalmente com a ampliação na oferta de vagas após o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) instituído em 2007[54]; o segundo movimento correspondeu pelo fortalecimento e a criação de programas voltados a interiorização da graduação para as cidades que não possuem campus ou campis com o oferecimento do ensino superior, sendo um desafio principalmente para regiões como a Amazônia que um deslocamento médio para acessar uma universidade é superior a 400 quilômetros e pode chegar a mais de 1000 quilômetros em caso de acesso a uma universidade com mestrado ou doutorado.

Tendo em vista a existência de programas federais visando a formação e qualificação profissional de professores no interior do estado do Amazonas, o curso de Geografia abraçou e participa desse processo. De acordo com professor Dr. Manuel Masulo[55] um dos professores do Departamento de Geografia que organizou e estimulou a participação na formação de professores no interior do estado foi o professor Dr. José Aldemir de Oliveira, que posteriormente participou da formação dos professores

[54] Por meio do Decreto 6 096, de 24 de abril de 2007.
[55] Em entrevista realizada em 07 de fevereiro de 2024.

quando retornou do doutorado e ocupou importantes cargos como presidência da FAPEAM, secretária de Ciência e Tecnologia do estado do Amazonas e da reitoria da UEA.

A participação da Geografia amazonense inicia-se a partir de 1991, com o processo de interiorização do curso com turmas abertas e formadas nas cidades do interior do estado, dando o pontapé inicial para a qualificação profissionais dos professores que anteriormente possuíam apenas o magistério e passam a serem portadores de uma formação solida e com diplomados com ensino superior.

Esse processo de interiorização rompeu com a ausência da presença da instituição e do departamento no interior, também se rompeu com a presença de outras universidades do Sul e Sudeste que tinha polos no estado do Amazonas, a rigor a formação é fortalecida e solida quando ocorre com a participação de geógrafos e geografas que já atuam no estado e realizam pesquisa das dinâmicas e processos, evitando-se exemplos e devaneios exógenos a realidade social amazônica ou até o mesmo o extrativismo científico sem um retorno claro aos grupos sociais do(s) lugar/lugares.

Além desse rompimento é necessário pontuar que as turmas formadas contribuem com a formação no ensino básico, nas atividades técnicas e administrativas e também universitárias, pois professores que foram formados nos cursos fizeram mestrado, principalmente na UFAM em Manaus, e foram aprovados em concursos públicos para a carreira de magistério no ensino superior da UFAM e UEA, isso denota que a formação acadêmica estabelecida possibilita que o estudante possa continuar seus estudos e realizar pesquisas, principalmente sobre sua realidade socioespacial.

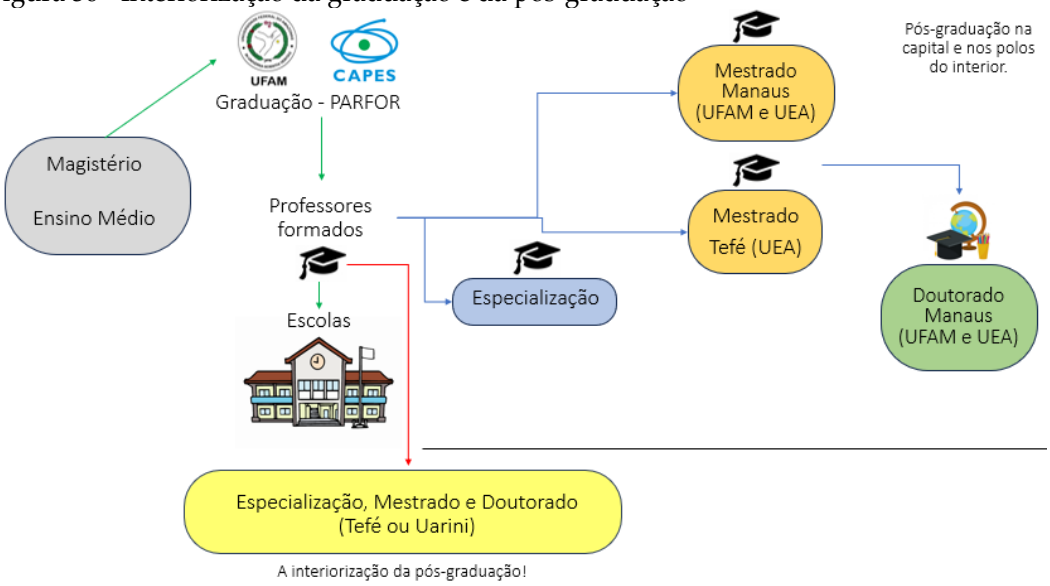
Um geógrafo já falecido mencionou de maneira curiosa em um título de uma das suas obras com os dizeres "Saudades do Futuro", que podem ser expressas enquanto diferentes perspectivas que podemos ter com base naquilo que já foi vivenciado, o antes, e a vivência de agora, o depois, o começo e recomeço das aventuras novas em devaneios e caminhos antes não trilhados com um olhar para trás, o futuro, este em uma perpetua construção. Em um paralelo metafórico, podemos pontuar que o antes foi uma longa construção da interiorização, o agora corresponde pelo andamento da formação acadêmica no interior do Estado com apoio institucional e dedicação de professores, técnicos e estudantes, enquanto que o futuro, dificilmente pensado por nós, mas deve ter um cenário pensado ou imaginado não pode ser marcado apenas com a interiorização dos cursos de graduação, também passa a ser oportuno a interiorização da pós-graduação em nível de especialização, mas também em nível de mestrado e de doutorado, para propiciar que a formação seja continuada com os demais degraus da formação superior, mas que também conhecimentos sejam construídos sobre as diferentes realidades socioespaciais existentes nos municípios com a produção deste saber pelos professores e professoras que ali vivem, superando duas questões: i) baixo processo de interiorização de mestres e doutores, ocorrendo concentração de formação de alto nível nas capitais, não ocorrendo isso somente em Manaus; ii) necessidade de

rompimento com o extrativismo científico e a escrita de trabalhos por *outsiders* que não possuem relação com os lugares, mas que escrevem sobre estes lugares e levam a "fama", em um contexto de neocolonialismo do conhecimento que precisa ser rompido com a geração de conhecimento e de textos fruto de pesquisas *in loco* por pessoas que vivem nesses lugares, pois com isso, vamos ter uma pulverização desse saber não somente nos muros da universidade, mas nas escolas, nos bairros e nas comunidades.

O futuro melhor não corresponde pela reprodução daquilo já existente no âmbito da qualidade de vida e da formação dos professores, mas da possibilidade de manter e ampliar a interiorização da graduação nos municípios e avançar no oferecimento de cursos de pós-graduação, principalmente nas cidades que constituem em importantes nós da rede urbana amazonense como o caso das cidades de Itacoatiara, Humaitá, São Gabriel da Cachoeira, Coari, Tefé, Tabatinga/Benjamin Constant e Eirunepé. Cidades que apresentam conectividade com outras cidades da rede urbana e com uma diversidade de articulações locais por meio da navegação fluvial ou pelo deslocamento terrestre em ramais e rodovias.

Nesse contexto, chama-se atenção que no hoje e agora, o movimento de interiorização com a formação acadêmica e solida deve estar atrelado a continuidade e com abertura de novas turmas de Geografia no PARFOR para formar novos professores, tendo em vista que é uma realidade que marca não somente o estado do Amazonas, mas toda a Amazônia a presença de professores com apenas o magistério e sem uma graduação para lecionar aulas para o ensino básico, sendo necessário qualificar esses professores que já atuam na educação básica e também formar novos professores, além disso, é necessário continuar a formação e não ficar somente no âmbito da graduação, passando a ofertar turmas de especializações para os professores, principalmente para aprofundar leituras, discussões teóricas e metodologias de ensino, ainda possibilitar a realização de pesquisas solidas com mestrados e doutorados (Figura 36).

Figura 36 - Interiorização da graduação e da pós-graduação



Fonte: Org. pelo autor.

O ponto de partida foi dado com o oferecimento de turmas de graduação nas cidades amazonenses e isso se deu por meio de enormes esforços institucionais, dos estudantes e dos professores e do Departamento de Geografia da UFAM ao longo das últimas três décadas, devendo iniciar o processo de continuidade desta formação para além da graduação, visando a qualificação profissional e a construção de pesquisas sobre os lugares de vivência e os processos de transformação nestes lugares.

Enquanto menciona-se esses avanços, deve-se destacar que isso trata-se de apenas um dos braços do processo de formação e de avanço na qualidade do ensino, contudo, outras ações como melhoria das escolas com infraestruturas, conectividade, acervo de livros e demais materiais como atlas, mapas regionais e locais, sistema de transporte local com embarcações com operação subsidia aos professores e estudantes também devem ser vistos como importantes para ampliar o acesso e a qualidade do ensino para as populações amazônicas.

Vemos ainda a necessidade de aproximar as discussões teóricas com a realidade, ainda mais, trazer essa realidade com tecnologias sociais e complexidades vividas, cheia de significados culturais, para serem trabalhados em sala, com o uso de metodologias ativas e de propostas que possibilitem fortalecer a construção do conhecimento levando em consideração os saberes e as vivências dos grupos sociais existentes.

Considerações finais

A formação dos(as) geógrafos(as) no Brasil e no estado do Amazonas apresenta um longo preambulo e que foi brevemente abordo neste livro, chamando atenção que o processo de consolidação do curso teve repercussões importantes no processo de formação para além da capital do estado do Amazonas, ocorrendo a participação do corpo docente dos diferentes programas de formação de professores e contribuindo com missão de qualificar profissionais para atuarem na rede básica de ensino visando a melhoria do desenvolvimento social e intelectual da sociedade que mora nas cidades amazonenses.

O estabelecimento da geografia universitária ocorreu de maneira concentrada e acompanhou o processo de modernização territorial brasileiro, pois o curso dava as bases e subsídios relevantes para a organização territorial e para a formação dos grupos sociais vinculados com as elites regionais e que demandava por cursos superiores em seus estados, esse contexto marcou profundamente a Geografia o ensino desta, pois o processo inicial de interiorização ocorreu com a criação dos cursos acompanhando a marcha de povoamento do território, com a maioria dos cursos criados nas universidades situadas na Amazônia a partir da década de 1980, anterior a essa década, a formação era precária e estava situada apenas em um processo de formação baseada em curso de licenciatura de curta duração como Estudos Sociais e por meio das ações do projeto RONDON.

Com a instalação dos cursos a partir da década de 1980, houve ações voltadas para consolidar e para o estabelecimento dos primeiros convênios para interiorizar a graduação em Geografia nas cidades do interior do Amazonas, mantendo até o período atual essas ações, ocorrendo apenas as mudanças de programas de interiorização de PROING, PEFD-RP para o atual PARFOR.

Vale reafirmar que o processo de formação dos professores ocorreu com diferentes esforços e em diferentes espacialidades dos municípios, ações estas que muito das vezes não são registradas para além dos documentos oficiais burocráticos, nos diplomas e nos currículos das pessoas envolvidas, perdendo-se com o passar dos anos e das décadas a memória desse processo de formação e de expansão do curso de Geografia no Amazonas, com isso, buscou-se com esse livro registrar as mudanças com a interiorização, formação e consolidação da Geografia na UFAM, mas também realizou-se o registro do processo de formação com a participação dos estudantes e dos professores ao longo das páginas desse livro, principalmente no capitulo que abarcou os diferentes relatos de experiência dos estudantes e dos professores.

A formação de mais uma turma representa no compromisso institucional assumido entre as partes, mas representa um largo esforço dos estudantes, professores e coordenadores para ocorre a construção de uma graduação com diferentes disciplinas e atividades. Esse esforço coletivo atende as demandas locais e institucionais de

formação, mas além disso, constrói-se as bases fundamentais para o avanço do ensino básico no interior do estado do Amazonas.

Esse processo de formação representou em um enorme desafio, principalmente pela paralização das atividades presenciais em decorrência da pandemia de Covid-19 que assolou todos os lugares do mundo entre os anos de 2020 e 2022, limitando as interações entre os professores, realização de aulas e o envio de textos aos estudantes, pois apesar dos avanços técnicos presentes com as dinâmicas produtivas econômicas contemporâneas, ocorre uma distribuição desigual das infraestruturas técnicas e isso acarretou em limitações severas no acesso aos materiais e as aulas no período mencionado, sendo estabelecido entre os anos de 2022 e 2024, realização de estudos dirigidos e atividades práticas, esta última visou complementar e aproximar as discussões teóricas com a realidade vivida e observada pelos estudantes, buscando promover uma formação sólida.

A expansão da formação superior em Geografia ocorreu primeiramente com os cursos de graduação em todo o Brasil, apesar de ter ocorrido concentrações e a necessidade de interiorização desta formação, mas após esse movimento que precisa ser continuado, deve-se buscar mecanismos e financiamentos para expandir as turmas de especialização, mestrado e de doutorado para as cidades que já tiveram e que ainda tem a formação de professores de geografia, possibilitando a continuidade da formação e quiçá a geração de conhecimento por meio de textos acadêmicos e também por projetos de intervenção.

Esse aspecto mencionado corresponde pelo desafio que deverá ser enfrentado e que precisa ser realizado para propiciar a continuidade da formação para promoção da qualidade do ensino básico e na vida das pessoas.

O caminhar do processo de expansão dos cursos de graduação em Geografia foi lento ao longo do século XX, ocorrendo concentrações da formação nas principais cidades brasileiras, com esse panorama sendo alterado com diversos esforços institucionais entre municípios, governo federal e instituições de ensino superior que de maneira conjunta foram trabalhando para a formação de professores ao longo dessas décadas, repercutindo positivamente na qualidade do ensino nas escolas do ensino básico.

Por fim, a continuidade do processo de formação dos professores é fundamental, pois parte dos municípios ainda não possuem campis e polos universitários, devendo ocorrer em um horizonte não tão distante a formação em nível de pós-graduação dos professores e a construção de pesquisas sobre as diversas e complexas realidades espaciais e vividas pela sociedade ribeirinha, urbana, rural, indígena e migrante.

Referências

AB'SABER, Aziz. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, p. 221-232, 1996.

ABREU, Mauricio de. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, v. 15, p. 77-97, 1998.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Dois momentos na história da geografia escolar: a Geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 1, n. 2, p. 19-51, 2011.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Um debate acerca da origem da geografia escolar no Brasil. **Interfaces Científicas**, v. 2, n. 2, p. 13-23, 2014.

ANTUNES, Charles da França. **A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)**: origens, ideias e transformações: notas de uma história. 2008. 307 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. O livro didático e o ensino de geografia do Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 4, n. 8, p. 11-33, 2014.

BELLO, Isabel Melero. **Formação superior de professores em serviço**: um estudo sobre o processo de certificação do magistério no Brasil. 293 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BENTES, Dorinethe dos Santos. **Outras faces da história**: Manaus de 1910-1940. 2008. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

BRASIL. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR**. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor/parfor. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. **Lei de n.º 13.005**, de 25 de junho de 2014. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de formação do professor abrirá 710 vagas de licenciatura**. Brasília, [2014?]. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35038#:~:text=O%20Parfor%20%C3%A9%20um%20programa,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20(LDB). Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Uma visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon**. Brasília: MEC, 1980. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002223.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRITO, Rosa Mendonça. 100 anos de UFAM. *In*: REUNIÃO ANUAL DA SBPC – MANAUS, 61., 2009, Manaus. Anais [...]. Disponível em: http://www.sbpcnet.org.br/livro/61ra/conferencias/CO_RosaBrito.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRUNHES, Jean. **A Geografia humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

CARVALHO, Thais Billalba; FERREIRA, Ivan de Jesus; HARA, Francisco Adilson dois Santos. **PARFOR**: realidade e desafios para a formação de professores pela Universidade Federal do Amazonas. Manaus: EDUA, 2017.

CARNEIRO, Valdete da Luz. **A formação de recursos humanos para o ensino de 1º grau no estado do Amazonas**. 1977. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977. https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/c770df9d-b1b7-482d-8e92-e99655541a18/content. Acesso em: 13 fev. 2024.

CARVALHO, José Alberto Lima de. **Terras caídas e consequências sociais**: Costa do Miracauera-Paraná da Trindade, município de Itacoatiara-AM, Brasil. 2006. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

CARVALHO, José Alberto Lima de; CUNHA, Sandra Baptista da. Terras caídas e consequências sociais na Costa do Miracauera, município de Itacoatiara – Amazonas, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, p. 1-16, 2011.

CASQUEIRO, Mayara Lima; IRFFI, Guilherme; SILVA, Cristiano da Costa da. A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais. **Avaliação**, v. 25, n. 1, p. 155-177, 2020.

CONSELHO extingue 4 cursos da Universidade. **Jornal do Commercio**, Manaus, AM, ed. 33982(1), p. 9, 1 ago. 1986. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=170054_02&pasta=ano%20198&pesq=departamento%20de%20geografia%20instituto%20ci%C3%AAncias%20humanas%20e%20letras&pagfis=20000. Acesso em: 25 de fev. 2024.

CONTI, José Bueno. A reforma do ensino de 1971 e a situação da Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 51, p. 57-73, 1976.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, v. 1, n. 1, p. 65-78, 2004.

CRUZ, Valter do Carmo. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. *In*: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: UFPA, 2008.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Caboclos-ribeirinhos: camponeses na Amazônia. **Geonorte**, v. 14, n. 46, p. 278-297, 2023.

DAVID, Robert carvalho de Azevedo. **As dinâmicas do transporte fluvial de passageiros no Estado do Amazonas**. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

DAVID, Robert Carvalho de Azevedo. **Esse rio é minha rua**: perspectivas para o transporte fluvial de passageiros no Amazonas. 2019. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

DIPLOMADOS. **Jornal do Commercio**, Manaus, AM, ed. 39473(1), p. 2, 20 dez. 2005. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=170054_02&pasta=ano%20199&pesq=Geografia%20S%C3%A3o%20Gabriel%20da%20Cachoeira%20universidade%20do%20amazonas%20interioriza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=115277. Acesso em: 25 de fev. 2024.

DOZA, Bianca da Silva. A formação de professores(as) e o pensamento da geografia escolar em Manaus: um passeio pelas décadas de 70 e 80 a partir das narrativas dos(as) educadores(as). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFAS E GEÓGRAFAS, 20., 2022, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2022. p. 1-15. Disponível em: https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=9#B. Acesso em: 25 de fev. 2024.

FILIZOLA, Paula. **Secretarias podem pedir cursos de formação para professores**. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/225-sistemas-1375504326/18097-secretarias-podem-pedir-cursos-de-formacao-para-professores. Acesso em: 25 de fev. 2024

FRANK, Eduardo Klock. **Projeto Rondon** – Primeira Fase (1967-1989). 2020. https://www.inf.ufrgs.br/rondon/wp-content/uploads/2020/10/Artigo_Rondon_Primeira_Fase.pdf

HOJE começa o curso da UA sobre ocupação da Amazônia. **Jornal do Commercio**, Manaus, AM, ed. 22794C, n. 1, p. 3, 20 set. 1979. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=170054_01&pasta=ano%20197&pesq=Jo%C3%A3o%20Ren%C3%B4r%20Ferreira%20de%20Carvalho&pagfis=136576. Acesso em: 25 de fev. 2024.

LIMA, Fábio Souza. As raízes da faculdade de educação da UFAM: uma análise do contexto em que a instituição se desenvolveu (1960 a 1980). **Revista Amazônida**, v. 1, n. 1, p. 106-141, 2020.

MAIS de 3 cursos na UA e 120 vagas novas vagas em 1981. **Jornal do Commercio**, Manaus, AM, ed. 23157(2), p. 1, 9 ago. 1980. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_02&Pesq=semana%20de%20geografia%20universidade%20do%20amazonas&pagfis=2945. Acesso em: 25 de fev. 2024.

MARCUS quer interiorização da UA. **Jornal do Commercio**, Manaus, AM, ed. 36764(1), p. 8, 16 abr. 1992. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=170054_02&pasta=ano%201

99&pesq=geografia%20universidade%20do%20amazonas%20Parintins&pagfis=48637. Acesso em: 25 de fev. 2024.

MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RAEGA**, p. 83-91, 2004.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira; MAIA, Geyce Iris Goering. Os primeiros professores de geografia formados na USP (1934-1960). *In*: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 6., 2018, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2018. p. 107-114. Disponível em: https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/ereg/article/view/3582/3452. Acesso em: 13 fev. 2024.

MONBEIG, Pierre; AZEVEDO, Aroldo de; CARVALHO, Maria Conceição V. de. O ensino secundário da Geografia. **Geografia**, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 77-83, 1935.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira; MAIA, Geyce Iris Goering. Mulheres na USP: as primeiras professoras de Geografia formadas na FFCL entre 1934-1960. **Revista Geografia e Pesquisa**, v. 13, n. 1, p. 1-6, 2019.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço**. São Paulo: mimeografado, 1984.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Amazônia: uma visão que emerge das Águas. **Revista do Departamento de Geografia (USP)**, v. 12, p. 211-216, 1997.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Entrevista. **Entre-Lugar**, Dourados, MS, ano 6, n. 12, p. 208-215, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Monopólio, expropriação e conflitos**. São Paulo: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, Jose Aldemir. As cidades na Amazônia: novas territorialidades e velhas exclusões reencontradas. **Caderno Prudentino de Geografia**, São Paulo, v. 21, p. 53-70, 1999. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6946. Acesso em: 13 fev. 2024.

OLIVEIRA, Márcio; BORGES, Heloisa da Silva; SILVA, Thaiany Guedes; NASCIMENTO, Jefferson Araújo do. Os desafios Amazônicos para a formação de professores/as: em foco o PARFOR/UFAM. **Humidades & Inovação**, v. 9, n. 11, p. 80-93, 2022.

OLIVEIRA NETO, Thiago; BRAGA, Eduardo Henrique Freitas; VASCONCELLOS, Luiz Gonzaga Falcão. Entrevista com Professor Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos: Interview with Professor Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos. **Revista Geonorte**, v. 11, n. 37, p. 292–313, 2020.

OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Os transportes e as dinâmicas territoriais no Amazonas. **Confins**, n. 43, 2019.

PINTO, Rafael Ângelo Bunhi; MARQUES, Waldemar; SILVA, Leo Victorino. O Programa Nacional de Formação de Professores – PARFOR em uma Universidade Comunitária: impactos e resultados. **Avaliação**, v. 25, n. 3, p. 769-790, 2020.

BRASIL. MEC. **Plano Nacional de Educação (PNE)**: Base Legal. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/17-cooperacao-federativa/31-base-legal. Acesso em: 28 mar. 2024.

SOUZA, Matheus Pinto; SOUSA, Isaque dos Santos; LIMA, Susane Patrícia Melo de. Contribuições da Literatura Regionalista na formação do pensamento geográfico no Amazonas. **Caminhos da Geografia**, v. 21, p. 253-262, 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SEMANA de Geografia abre hoje na ETFA. **Jornal do Commercio**, Manaus, AM, ed. 33286(1), p. 4, 12 jun. 1984. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=170054_02&pasta=ano%20198&pesq=Falc%C3%A3o%20geografia&pagfis=9432. Acesso em: 25 de fev. 2024.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil. **Terra Livre**, n. 15, p. 129-144, 2000.

ROCHA, Genyton Odilon Rêgo da. O colégio Pedro II e a institucionalização da geografia escolar no Brasil Império. **Giramundo**, v. 1, n. 1, p. 15-34, 2014.

RODRIGUES, Leonardo Bentes. "Tudo vê, tudo sabe e a todos conhece": espionagem, estudantes e a ditadura militar no Amazonas (1968-1978). *In*:– 31º Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro, 2021. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPUH-Brasil, 2021. https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628134396_ARQUIVO_13f99fb807ca3575d3dcdad1ea8ac2e5.pdf

RIBEIRO FILHO, Vitor. **Memorial descritivo**: das Gerais à Amazônia, de volta às Gerais. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2022.

SANTOS, Francisco Jorge dos; NOGUEIRA, Amélia Regina Batista; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **História e Geografia do Amazonas**. Manaus: Novo Tempo, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspetos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr., 2009.

SEABRA, Manoel Fernandes G. Estudos sociais e vulgarização do magistério e do ensino de 1º e 2º grau. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 58, p. 121-134, 1981. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1039. Acesso em: 25 fev. 2024.

SHEIBE, Leda. Formação de professores no Brasil: A herança histórica. **Revista Retratos da Escola**, v. 2, n. 2-3, p. 41-53, 2008.

SIOLI, Harald. **Amazônia**: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Petrópolis: Vozes, 1985.

SILVA, Armando Corrêa da. **Saudades do Futuro**. São Paulo: Mandaracu, 1993.

SILVEIRA, Rodrigo Pinheiro; PINHEIRO, Roseni. Internato rural na Amazônia: aspectos históricos, contexto atual e principais desafios. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 24, n. 2, p. 371-390, 2017.

SILVA, Esther da Costa. História do pensamento geográfico no Amazonas: de sua gênese às bases epistemológicas. 2022. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2022. Disponível em: http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/4409/1/Hist%C3%B3ria%20do%20pensamento%20geogr%C3%A1fico%20no%20Amazonas%20-%20de%20sua%20g%C3%AAnese%20%C3%A0s%20bases%20epistemol%C3%B3gicas.pdf. Acesso em: 25 fev. 2024.

STERNBERG, Hilgard O'Reily. **A água e o homem na várzea do Careiro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Cidade e floresta: paisagens, interações e horizontes de vida urbana na Amazônia. **Ciência Geográfica**, v. XXV, p. 311-324, 2021.

TISCHER, Wellington; ROCHA, Isa de Oliveira Novas universidades federais para o desenvolvimento regional: expansão do ensino superior público e a interiorização dos campi. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. **Anais** [...]. Natal: ANPUR, 2019. Disponível em: http://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=467. Acesso em: 28 mar. 2024.

TUFFANI, Eduardo. Centenário da universidade brasileira: para a história da Universidade de Manaus (1909/1910-1926). **Soletras**, n. 17, p. 64-80, 2009.

UA implanta cursos no Interior. **Jornal do Commercio**, Manaus, AM, ed. 36501, n. 1, p. 8, 30 maio 1991. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=170054_02&pasta=ano%20199&pesq=geografia%20universidade%20do%20amazonas%20Parintins&pagfis=44279. Acesso em: 25 de fev. 2024.

UFAM diploma mais de 3.500 alunos das unidades municipais. **Jornal do Commercio**, Manaus, AM, ed. 39476(1), p. 23, 23 dez. 2005. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=170054_02&pasta=ano%20199&pesq=Geografia%20S%C3%A3o%20Gabriel%20da%20Cachoeira%20universidade%20do%20amazonas%20interioriza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=115370. Acesso em: 25 de fev. 2024.

UFAM. **Reconhecimento do curso de Geografia Licenciatura Plena**. Processo n.º 23001.001562/89-43. 16/02/1990. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd005802.pdf. Acesso em: 25 de fev. 2024.

VERDI, Elisa Favaro. A Geografia ativa: um legado crítico para a Geografia brasileira. **Terra Brasilis**, n. 13, 2020. Disponível em: https://journals.openedition.org/terrabrasilis/6312. Acesso em: 25 de fev. 2024.

VIEIRA, Antonio Fábio Guimarães. **Desenvolvimento e distribuição de voçorocas em Manaus (AM)**: principais fatores controladores e impactos urbano- ambientais. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2008. p. 310.

VITTE, Antonio Carlos. O desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua inserção na geografia física. **Mercator**, v. 6, n. 11, 2007, pp. 71-78.

WAIBEL, Leo. Was verstehen wir unter Landschaftskunde? Gotha. **Geographischen Anzeiger**, n. 34, 1933.